



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 121

III Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 13 de setembro de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Deputada Isabel Teixeira e Marco Costa, substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado Carlos Freitas.*

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 02 minutos.

Sumário

Após a chamada das Sras. e Srs. Deputados/as deu-se início ao **Debate de urgência a respeito do “Incumprimento das responsabilidades do Governo da República para com a Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PPM.

Usaram da palavra os/as Srs./as. Deputados/as Paulo Estevão (*PPM*), José San Bento (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), José Pacheco (*CH*), Vasco Cordeiro (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Furtado (*Indep.*), Pedro Neves (*PAN*), Vice-Presidente

do Governo Regional (*Artur Lima*), Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*) e Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Posteriormente, foi debatido e votado o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 94/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2023/A, que aprova o modelo de educação inclusiva”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

Usaram da palavra os/as Srs./as. Deputados/as Délia Melo (*PSD*), Alexandra Manes (*BE*), Carlos Furtado (*Indep.*), Rodolfo Franca (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Paulo Estevão (*PPM*), Nuno Barata (*IL*) e Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*).

O Projeto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade em votação final global.

Seguidamente foi debatido e votado o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 80/XII – “Passes de Mobilidade para Transportes Públicos Coletivos”** apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Usaram da palavra para participar no debate os/as Srs./as Deputados/as António Lima (*BE*), Gustavo Alves (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*), Paulo Gomes (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Furtado (*Indep.*), Tiago Branco (*PS*), José Pacheco (*CH*), Carlos Silva (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*) e Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*), Secretário Regional das Finanças,

Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 80/XII foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PAN e 1 do Deputado independente, 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais. Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada, tem a palavra a Sra. Secretária, faz favor.

Secretária: Muito obrigada, Sr. Presidente, bom dia a todos.

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Célia Otelinda Borges **Pereira**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Joana Pombo Sousa **Tavares**

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Maria **Isabel Góis Teixeira**

Mário José Dinis **Tomé**

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**

Sandra Micaela Costa **Dias Faria**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Maria **Valdemira Gouveia** Andrade Carvalho

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Vilson Filipe da Costa **Ponte Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Délia Maria Melo

Elisa Lima de **Sousa**

Flávio da Silva **Soares**

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

João Luís **Bruto da Costa** Machado da Costa

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da Costa

Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio

Paulo Duarte Gomes

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Ricardo Beato Gomes Vieira

Maria Salomé Dias de Matos

Vitória Alexandra Correia Pereira

Partido Popular (*CDS/PP*)

Rui Miguel Oliveira Martins

Bloco de Esquerda (*BE*)

Alexandra Patrícia Soares Manes

Partido Popular Monárquico (*PPM*)

Gustavo Valadão Alves

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Iniciativa Liberal (*IL*)

Nuno Alberto Barata Almeida **Sousa**

Deputado Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues **Furtado**

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária. Estão presentes 45 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum, declaro aberta a Sessão, pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, decidi a conferência de líderes que esta manhã está reservada para o **Debate de urgência a respeito do “Incumprimento das responsabilidades do Governo da República para com a Região Autónoma dos Açores”**, é um debate solicitado pelo Grupo Parlamentar do PPM.

Regem esta matéria os artigos 185.º e 186.º do nosso Regimento e os tempos já estão espelhados nos nossos painéis, são os seguintes: o PS, o Governo e o PPM dispõem de 28 minutos, o PSD de 24 minutos, o CDS 14 minutos, o Bloco de Esquerda 12 minutos, as Representações Parlamentares do CHEGA, do IL e do PAN 10 minutos cada, o Sr. Deputado Independente 5 minutos.

Para iniciar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Ontem, no discurso inicial que aqui realizou para apresentar a sua interpelação ao Governo, o líder parlamentar do PS referiu que não vinha aqui exumar ninguém. E de facto foi isso que aconteceu. Os despojos mortais do último Governo socialista continuam no seu eterno descanso.

Na verdade, o que aconteceu não foi uma exumação, foi uma tentativa de exorcismo. Não resultou. Os velhos fantasmas de uma governação falhada continuam a assombrar o futuro de quem carrega nos ombros um passado tão penalizador.

Compreendo o tom fúnebre do discurso de ontem, é a consequência lógica de um luto prolongado, que mantém o maior partido da oposição refém das soluções governativas e dos protagonistas do passado.

É por isso que o discurso que aqui quero fazer terá um tom muito diferente de o de ontem, um propósito completamente diferente. Não venho aqui defender um emblema partidário ou resgatar um passado incómodo. Não venho aqui fazer propaganda.

Deputado Carlos Silva (PS): Mais ainda!

O Orador: Não estou aqui com o propósito de polir a minha imagem de acordo com as diretrizes de uma qualquer agência de comunicação, para parecer mais próximo e simpático.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Estou aqui para defender os interesses dos Açores, do Povo dos Açores, estou aqui para denunciar o incumprimento dos deveres constitucionais do Governo socialista da República em relação aos Açores.

Estou aqui para defender a democracia açoriana, sim, porque é disso que se trata quando o Povo dos Açores está submetido a um regime sancionatório por parte do Governo da República, só porque decidiu acabar com 24 anos de governação socialista.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e
Membros do Governo)*

O Orador: Alguns podem dizer que não é a primeira vez que faço este discurso, que na verdade, apenas procuro um adversário externo para desviar o foco do meu próprio Governo.

Não é, de facto, a primeira vez que faço este discurso, mas só o repito porque a situação de bloqueio político aos Açores permanece e até se acentuou, e, é por isso que não me é lícito desistir.

Faço aqui, hoje, este discurso e voltarei a fazê-lo amanhã e depois de amanhã e todas as vezes que forem necessárias até que a questão se resolva.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: E não, não procuro um adversário externo, procuro e quero encontrar um Governo da República decente, que cumpra as suas obrigações constitucionais e que seja solidário com o Povo dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Que ao menos cumpra o que escreveu no seu Programa de Governo (2022-2026), numa secção a que chamou “potenciar a autonomia regional”. Comprometeu-se, entre outras coisas, a fazer o seguinte:

“•Dinamizar e reunir com frequência o Conselho de Concertação com as Autonomias Regionais, composto por membros dos Governos da República e Regionais, com o objetivo de valorizar o papel das Regiões Autónomas no exercício das funções do Estado, seja pela participação e colaboração no exercício das competências estatais nessas regiões, seja pelo estabelecimento, quando necessário, de mecanismos de colaboração nas respetivas políticas públicas;

- Assegurar que a existência das autonomias regionais não significa, por si só, a ausência, abstenção ou menor cuidado do Estado quanto aos serviços que cumprem as suas próprias funções nas Regiões Autónomas ou quanto ao cumprimento, nesses territórios, de objetivos e fins do Estado;

- Reforçar a cooperação e a intervenção, legal ou contratualizada, dos órgãos regionais no cumprimento de objetivos e fins do Estado que, nos Açores e na Madeira, são prosseguidos pelos órgãos regionais, uma vez que, pela proximidade e conhecimento que têm, estes se afiguram como um elemento potenciador da eficácia da ação pública.”

Ora, meus Srs., nada disto está a ser feito, muito pelo contrário.

Meus Srs., no sistema internacional de Estados, aplicam-se sanções económicas e políticas a Estados agressores ou aos que não respeitam os direitos humanos nos seus territórios.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é um regime opressivo!

O Orador: Veja-se o caso da Rússia, a quem foi aplicada uma bateria infindável de sanções internacionais devido à agressão que praticou em relação à Ucrânia.

Que crime praticou os Açores para que se lhe aplique, por parte do Governo da República, um brutal regime sancionatório?

O Governo socialista da República, com a cumplicidade e até o incentivo de muitos socialistas de cá, persegue e sanciona o povo açoriano porque ele se atreveu a afastar o Partido Socialista do poder após 24 anos de governo incontestado.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: O Governo socialista da República, com a cumplicidade e até o incentivo de muitos socialistas de cá, persegue e sanciona o Governo dos Açores porque ele se atreveu a baixar os impostos na nossa Região para o mínimo que nos é permitido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Se o fazem é porque não precisam de dinheiro e por isso fecha-se a torneira para saberem a que sabe a sede, terá dito António Costa aos seus ministros.

O Governo socialista da República, com a cumplicidade...

Deputado Tiago Branco (PS): Terá dito!

O Orador: ... e até o incentivo de muitos socialistas de cá, persegue e sanciona o Governo dos Açores porque aqui se melhorou o estatuto dos professores no exato momento em que António Costa se obstinou em esmagar a contestação dos docentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e
Membros do Governo)*

O Orador: O Governo socialista da República mantém um brutal regime de sanções económicas e políticas ao Governo açoriano por muitas coisas e por muitas razões, mas o propósito fundamental dos socialistas de lá e de cá, é utilizar os mecanismos coercivos e sancionatórios do Estado para forçar uma mudança política nos Açores, custe o que custar. Mesmo que isso prejudique gravemente a população açoriana. Os fins justificam os meios, na visão impiedosa que o Partido Socialista tem do poder.

E é por isso que o Governo da República não paga os 85% das despesas da reconstrução e reabilitação das infraestruturas destruídas pelo furacão “Lorenzo”, a que se obrigou através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2019, de 8 de novembro.

Quer sangrar o Orçamento Regional ao dispor do Governo dos Açores, obrigar o Governo dos Açores a retirar dinheiro das creches, das escolas, dos hospitais e da solidariedade social para assegurar a execução de obras de recuperação que não podem deixar de ser feitas, é uma lógica perversa, inspirada nos mais impiedosos jogos de poder.

A mesma lógica se aplica na questão do atraso no pagamento dos nove milhões de euros para assegurar o pagamento das obrigações de serviço público no âmbito das ligações aéreas entre o território continental e os Açores, uma verba inscrita no Orçamento de Estado.

Tudo o resto, o garrote à Universidade dos Açores, o adiamento indefinido da construção do novo estabelecimento prisional de Ponta Delgada, a exclusão dos Açores dos programas de apoio nacionais, o desrespeito absoluto pelas competências da Região no mar e no projeto espacial, a situação de extrema degradação das esquadras de polícia e dos quartéis da GNR, a situação de abandono da Polícia Marítima, o péssimo estado em que se encontram os tribunais, cartórios e serviços de finanças e todos os restantes serviços do Estado, faz parte da política de terra queimada que o Governo da República adotou em relação aos Açores, no sentido de conseguir a submissão política da Região.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e
Membros do Governo)*

O Orador: Meus Srs., ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): E Senhoras!

O Orador: ... resta-nos resistir e persistir na exigência de um comportamento decente por parte do Governo socialista da República. Somos um povo livre, que ama a liberdade.

Estou convencido que o regime de sanções económicas e políticas aplicado ao Povo dos Açores terá resultados contraproducentes para o Governo socialista da República, não obterão a rendição, a capitulação e a submissão do Povo dos Açores, pelo contrário, o bloqueio político e o regime sancionatório em vigor apenas lograrão a união dos açorianos...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: ... em torno da sua Autonomia, do seu sistema representativo e do seu Governo legítimo.

Disse!

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Pergunto ao Governo se pretende usar da palavra nesta fase? Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra, faça favor.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente Luís Garcia

Sras. Deputadas e Srs. Deputados

Sras. e Srs. Membros do Governo

Açorianas e Açorianos

Este debate que agora iniciamos é uma boa oportunidade para proceder a esclarecimentos que se impõem e para rebater algumas mentiras que têm procurado iludir os açorianos sobre uma suposta falta de comprometimento da parte do Governo da República para com a Região Autónoma dos Açores.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Haja coragem!

O Orador: O PS participa neste debate com confiança, com orgulho e de consciência tranquila.

É inegável, para qualquer observador isento, que as maiorias do PS na Assembleia da República e os governos nacionais da responsabilidade do Partido Socialista têm sido, ao longo da história, uma garantia de reforço e aprofundamento da nossa Autonomia e de ganhos da maior importância para os Açores e para os açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Deputado Carlos Freitas (PSD): Duas bancarrotas!

O Orador: Conquistas históricas como a aprovação da Lei de Finanças Regionais, a consagração do Estatuto de RUP no tratado da União Europeia, os sucessivos e generosos quadros de fundos comunitários, a convergência do tarifário elétrico, a despenalização dos agricultores açorianos que excederam as suas quotas de produção de leite, a revisão da constituição de 2004 e a consequente revisão do nosso Estatuto Político Administrativo, a solidariedade nacional aquando da ocorrência das diversas catástrofes naturais que assolaram a Região e a defesa intransigente do rendimento dos nossos pensionistas e daqueles que vivem do seu trabalho, são apenas alguns de muitos exemplos de marcas emblemáticas...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Isso tudo e mais alguma coisa!

O Orador: ... da governação nacional do PS dirigida à nossa Região Autónoma.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Com o PS no poder na República, os Açores e os açorianos têm ganho sempre mais do que com governos de qualquer outra configuração partidária.

Esta constatação irrefutável não significa que não existam diversos problemas que carecem de resolução, que não sejam cometidos alguns erros, que não existam alguns atrasos, ou que não ocorram medidas que uma vez implementadas ficam aquém do seu propósito inicial.

O Mundo não é perfeito e os Governo também não o são, mas o balanço global da atual governação nacional do PS no que toca aos Açores é claramente positivo e mesmo muito encorajador no que diz respeito ao reforço dos serviços e das funções do Estado na Região. Até porque, e muitos fazem por o esquecer, o atual governo da República conta ainda com três anos de mandato pela frente até ao final da legislatura.

Há muito ainda por realizar e para superar. Estamos muito longe do que foi aqui retratado pela intervenção radical do PPM.

O enquadramento constitucional e estatutário da Autonomia Política e Administrativa dos Açores...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não olhe para trás!

O Orador: ... clarifica com detalhe as competências do Estado e as competências da Região.

Apesar dessa explicitação, é óbvio que existem áreas de governação que implicam uma articulação e uma cooperação entre os dois níveis de governo, o nacional e o regional.

Isto significa que os órgãos de poder próprio da nossa Autonomia devem zelar de uma forma serena e realista por uma Autonomia reivindicativa e exigente, uma Autonomia que exija o que é justo para os Açores e que procure do Estado e do Governo da República o cumprimento dos compromissos que são assumidos com a Região.

O PS assume frontalmente e sem qualquer hesitação que sempre que estiver em causa os superiores interesses dos Açores...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Por amor de Deus!

O Orador: ... em contenciosos justos e oportunos com o Governo da República, o GPPS não hesitará em estar ao lado do Governo Regional para defender os interesses da nossa Região.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Fizemo-lo no passado e voltaremos a fazê-lo sempre que a circunstância o justifique!

Porém, defender uma Autonomia reivindicativa é muito diferente de ser cúmplice de uma tentativa desesperada de instituir uma guerrilha institucional com Lisboa como forma de disfarçar os insucessos da

governação regional e de corporizar uma suposta conspiração dos socialistas para prejudicar os Açores. Uma ideia delirante de que o PPM, de há uns meses para cá, vem insistindo insensatamente e sem qualquer prova.

A Tese peregrina de haver um inimigo externo em Lisboa que procura prejudicar os Açores é algo tão absurdo que não resiste ao primeiro contacto com a realidade e com a verdade.

O que devemos questionar é porque é que tantas coisas correm manifestamente mal na governação dos Açores por clara e objetiva incapacidade e incompetência do Governo Regional, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: ... e não procurar alimentar a ideia que existe uma ação deliberada e concertada do governo da República para incumprir com as suas responsabilidades e para prejudicar a Região.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Existe, existe!

O Orador: Este governo de coligação já tem quase 3 anos de vida. É um executivo que já tem passado pelo qual tem a obrigação de responder. É tempo de assumirem as vossas responsabilidades!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Todos os dias assumimos!

O Orador: É um erro o Presidente do governo contemporizar apaticamente e conformado com os seus parceiros extremistas e radicais...

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: ... que arrastam a Região para uma guerrilha institucional na relação com Lisboa que nada beneficiará ao seu governo nem muito menos aos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: O governo regional dos Açores está a cometer um grande erro em embarcar num discurso radical, que nada tem de reivindicativo, e que degrada o quadro de relacionamento que deve existir entre a Região e Lisboa. O que aliás representa uma clara contradição com a postura que foi assumida pelo governo dos Açores numa cimeira com o governo da República em 2021.

O governo dos Açores deve ser reivindicativo e realista. A Região necessita urgentemente de cultivar e desenvolver uma política construtiva com o Governo da República que envolva também os cinco deputados eleitos pela Região para o Parlamento nacional.

Os Açores devem rejeitar embarcar em aventuras estéreis e irresponsáveis que nada de bom trazem à Região e que apenas servem para fugir às responsabilidades pelos repetidos insucessos da governação regional.

Em vez de defender o interesse dos Açores junto de Lisboa o governo regional prefere culpar a República pelos insucessos da governação regional.

Em que medida o governo da república é responsável pelo aumento de 15% da pobreza nos Açores em 2022?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Tasca é para ali! O senhor devia ter vergonha em falar em pobreza!

O Orador: Os Açores foram a região do país em que esse indicador mais piorou, o que é agravado pela grande redução verificada a nível nacional. O País melhorou e com este governo de coligação os Açores pioraram.

Qual é a responsabilidade do Governo da República no galopante aumento de 617 milhões de euros da dívida pública regional entre 2020 e 2022, um aumento de 25% do endividamento da Região em apenas dois anos. Enquanto o País fez uma redução histórica da dívida pública, com este governo de coligação os Açores fizeram um aumento brutal e irresponsável do nível de endividamento da Região.

Em que medida o Governo da República é responsável pela incapacidade do governo dos Açores em criar um regime regional de apoios extraordinários aos agricultores açorianos, tal como o governo do PS fez no continente?

Deputado José Pacheco (*CH*): A culpa é do Chega!

O Orador: No continente o governo apoiou o sector agrícola e na Região o governo de coligação abandonou os agricultores açorianos e culpa a ministra por esse facto.

Qual é a responsabilidade do Governo da República pelo facto dos Açores serem a única Região do País, repito, a única Região do País cuja execução do Programa 2030, referente aos fundos comunitários para o período 2021-27, apresentar 0% de execução, Zero por cento, a meio da vigência desse quadro!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): Que grande mentira!

O Orador: É preciso ter lata, Sr. Secretário das Finanças.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e
Membros do Governo)*

Deputado Berto Messias (*PS*): O senhor secretário regional vai explicar!

O Orador: Os Açores são os últimos classificados do campeonato nacional de aproveitamento dos fundos comunitários do Programa 2030, não por causa do governo nacional do PS, mas por responsabilidade da incapacidade e incompetência do Secretário Regional das Finanças dos Açores.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): O seu trajeto de vida é inspirador! Acabar um curso aos 50 anos!

O Orador: Todas as 5 regiões NUT2 do continente e mais a Madeira avançam no investimento com fundos comunitários e os Açores ficam para trás, em último lugar, com zero cêntimos de execução de fundos do programa 2030, zero, Sr. Vice-Presidente, bola, zero!

E qual é a responsabilidade do governo da República no pedido do Secretário da Agricultura dos Açores ao IFAP para adiar as transferências de verbas para os agricultores açorianos porque o governo regional não tinha disponibilidade financeira para pagar a sua parte desses apoios?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Isso é uma mentira!

O Orador: Mais uma vez o País avança e os Açores ficam para trás.

Em que medida o Governo da República é responsável pela tentativa do Presidente do Governo dos Açores de disfarçar a incapacidade do Governo a que preside através da omissão de que as verbas do furacão Lorenzo estão a ser articuladas com a Portos dos Açores há muitos meses e que não existe atrasos nesses apoios?

O País anda para a frente, a Região fica para trás.

Qual é a responsabilidade do Governo da República no facto dos Açores e das empresas dos Açores terem perdido 117 milhões das célebres agendas mobilizadoras...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): isso é falso!

O Orador: ... que custaram a cabeça a um Secretário das Finanças, e, dessa forma...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: ... terem privado as empresas açorianas dos sectores da Agroindústria, do Turismo e da Inovação Empresarial de quaisquer apoios dessas agendas?

E o que dizer da completa incapacidade do governo regional em tomar medidas de combate à inflação e de reposição do poder de compra como aconteceu no final do ano transato, enquanto o Governo da República devolveu 2.6 mil milhões de euros à economia portuguesa nos Açores, apesar do governo contar com mais de 50 milhões de euros de receita fiscal excedentária, devolveu zero às famílias e às empresas açorianas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Ou seja, o Governo da República tem feito mais pelos açorianos no combate aos efeitos da inflação do que os Governo da Região Autónoma dos Açores.

É verdadeiramente espantoso! É uma abdicação autonómica!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: É mais um exemplo de que o País avança, o Continente progride e os Açores ficam para trás e regridem por única e exclusiva responsabilidade da incapacidade e da incompetência do atual governo regional de coligação e dos deputados que o apoiam.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Vamos ver nas próximas eleições quem é que fica para trás a ver pelas sondagens!

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, ...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Essa parte foi escrita pelo Senhor Deputado José Contente!

O Orador: ... Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. O Partido Socialista conta na sua história com cinquenta anos de atividade política nos Açores.

Tivemos momentos empolgantes e de grande sucesso na Região, mas também vivemos circunstâncias muito difíceis em que apenas um pequeno grupo de resistentes manteve o partido em atividade.

Resistimos a bombas, tiros e atentados às nossas sedes, mas nunca desistimos de lutar pelos Açores, pelos açorianos. Pelos Açores nunca viramos a cara à luta.

Hoje, no nosso meio centenário, olhando para trás e vendo a história na sua plena perspetiva, e não negando a grande importância que o PSD teve nas primeiras duas décadas da nossa Autonomia, acredito que fomos nós, foi o PS com o apoio de milhares de açorianos, que escrevemos as páginas mais douradas da nossa Autonomia. Digo-o com toda a convicção!

Porém, o PS hoje não quer voltar ao passado saudoso. O passado já lá foi. Nós queremos olhar em frente, encarar o futuro e enfrentar os desafios que se nos colocam e que este governo de coligação não revela capacidade nem visão para o fazer.

Os Açores precisam de regressar ao futuro! O PS necessita de resgatar a Região do declínio e conquistar o futuro para servir os Açores e os açorianos.

E esse regresso não pode ser realizado por um governo incompetente e arrogante que nos está a conduzir para o declínio e para um beco sem saída, um governo que está a deixar os Açores para trás e que utiliza como desculpa para o seu insucesso a responsabilização de um governo da república que tem provas dadas, mesmo em circunstâncias muito difíceis e exigentes, de estar disponível para apoiar os Açores e para colaborar com o Governo Regional.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Começar o dia com uma anedota!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Uma brevíssima intervenção sobre este debate de urgência promovido pelo Grupo Parlamentar do PPM, que, visa sobretudo, dar nota daqueles

situações que devemos na defesa dos Açores e dos açorianos, alertar e reivindicar como justas, uma brevíssima intervenção, ...

Deputado Berto Messias (PS): Quais medidas?

O Orador: ... como dizia, para lamentar profundamente o momento parlamentar que acabámos de assistir.

Ele foi excelente para a democracia, foi clarificador para no início da última sessão legislativa, poderemos aferir bem onde...

Deputado Berto Messias (PS): Comparar o Governo da República com as sanções da Rússia é que não dá! É preciso ter lata!

O Orador: ... cada um se situa na defesa dos Açores e da autonomia, mas neste Parlamento regional, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, quando comemoramos o centenário de Natália, a autora do nosso hino que nos ilustra tão bem enquanto povo, vir um Deputado do Partido Socialista, com bastante experiência e anos de trabalho político e parlamentar, ameaçar o Parlamento dos Açores, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ameaçar o quê?!

O Orador: ... não se portem bem, coliguem-se com algumas pessoas pouco recomendáveis, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Quem são as pessoas não recomendáveis?

O Orador: ... façam medidas que não são bem-vindas na República e depois não se queixem e depois não se admirem e depois não atirem para o Governo da República a responsabilidade das más relações...

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e
Membros do Governo)*

O Orador: Quando o Sr. vem dizer isto ao Parlamento dos Açores, eu acho que o Partido Socialista hoje mostrou bem aquilo que tem sido o seu comportamento nos últimos 3 anos, desde que foi posto fora do poder na Região Autónoma dos Açores pelos açorianos, mostrou bem desde a TSU, do padrão de comportamento que tem sido de vingança pelos Açores, por estarmos a tomar medidas mais favoráveis para o povo dos Açores do que aquelas que o Governo da República consegue tomar, o Partido Socialista demonstrou bem, pelo interlocutor que escolheu, pela forma como fez esta intervenção, e, pela defesa obstinada contra os Açores de medidas que não têm justificação de existirem, o Partido Socialista mostrou bem o que tem sido o seu comportamento da oposição, e isto eu não podia deixar de assinalar neste momento, pelo início da Sessão Legislativa, assistirmos ao maior partido da oposição, pelas responsabilidades que teve, a vir ameaçar a democracia dos Açores, que temos que fazer aquilo que convém ou que interessa ou que o Governo da República acha bem. Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra Sr. Deputado Rui Martins.

***) Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo.

Assistimos aqui daquele púlpito pela voz do Sr. Deputado José San-Bento a um discurso eletrizante, assim à boa maneira da propaganda da propaganda estalinista, assim, com vigor, a falar alto, a encher a sala.

Um discurso eletrizante é pena é que não entusiasme, não entusiasme ninguém, aliás, entusiasmou moderadamente a própria bancada socialista, mas foi com alguma contenção, ou seja, não entusiasmou ninguém a não ser a bancada socialista e mesmo assim, com muita contenção.

Mas eu devo dizer que o PPM, pela voz do Sr. Deputado Paulo Estêvão, traz-nos aqui, um debate de urgência e referiu, fez uma expressão como sanções económicas e políticas, é uma expressão forte, ...

Deputado Berto Messias (PS): Expressão lamentável! Essa sim devia dar azo a protestos!

O Orador: ... efetivamente, mas que traduz bem aquilo que tem sido a realidade da concertação que tem existido entre o Partido Socialista Nacional e o Partido Socialista dos Açores, que têm concertado manobras políticas que penalizam a Região.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Para depois vir normalmente o homem providencial, neste caso, Francisco César, que depois normalmente vem desbloquear as situações que o próprio Partido Socialista criou.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: Ou seja, o Partido Socialista cria dificuldades ao governo regional para depois vir o homem providencial, Francisco César, resolver e desbloquear e eu dou-vos aqui alguns exemplos, foi assim, por exemplo, com a verba consignada no Orçamento do Estado para as obrigações de serviço público, foi inscrito numa fase inicial 3 milhões de euros para as obrigações de serviço público na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente das ilhas Faial, Pico e Santa Maria e esses 3 milhões de euros, obviamente eram manifestamente insuficientes e então o vem o homem providencial, Francisco César, e, consegue inscrever no Orçamento de Estado 9 milhões de euros, o que é maravilhoso agora, o que é que acontece? Ele até podia ter inscrito 20 milhões ou podia ter inscrito 1 milhão, porque a realidade é que enquanto o Governo da República não lançar o concurso das obrigações de serviço público, podia lá ter zero, porque zero é o que vai ser executado e a realidade é que estamos em setembro, não há concursos de obrigações de serviço público e os 9 milhões não vão ser 9 milhões nenhuns, não se vai gastar rigorosamente nada, nem sequer os 3 milhões de euros e isto é o quê? Prejudicar os Açores e os açorianos.

Deputado Berto Messias (PS): Os Srs. é que prejudicam os Açores todos os dias!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E foi uma situação que o Partido Socialista na República criou e que depois veio tentar desbloquear isso, é um facto.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e
Membros do Governo)*

Deputado Berto Messias (PS): O debate foi ontem e o CDS não participou!

O Orador: Posso dar outro exemplo, aliás, ainda ontem, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro esteve naquela tribuna também a falar das questões da Ryanair e das Low Cost nos Açores, que foi a situação da redução da taxa de segurança, e, o que é que aconteceu? Há uma decisão e andaram a protelar três meses até que pudesse ser publicado com impactos diretos naquilo que era a solução deste problema.

E, depois, não se preocupe que hoje tenho um debate televisivo em que vou dar...

Deputado Berto Messias (PS): Interessante!

O Orador: ... na televisão, não vão estar todos, aqui estavam.

Mas devo dizer ao Sr. Deputado José San-Bento, o Sr. Deputado José San-Bento falou aqui na agricultura e então, o Sr. Deputado José San Bento, veio enaltecer o Governo da metrópole. Eu devo-lhe dizer que não há um Governo da metrópole, há um Governo nacional, há um Governo da República Portuguesa e então o Governo, o Governo da metrópole, que o Sr. Deputado José San-Bento veio aqui enaltecer, deixe-me que lhe diga, há uma coisa que o Sr. Deputado José San-Bento se calhar não percebeu, é que as ajudas de Estado são solicitadas à Comunidade Europeia pelo

Estado Membro, ou seja, que é efetivamente o Governo da metrópole, como Sr. apelidou ou do continente.

Deputado José San Bento (PS): Metrópole, eu não uso essa expressão!

O Orador: É parecido, mas é a mesma lógica, é a mesma lógica, Sr. Deputado, e, por isso, como são ajudas de Estado, são solicitadas pelo Estado Membro, não é a Região Autónoma que vai fazer esse pedido, tem de ser o país, e, o país fê-lo e depois excluiu os agricultores açorianos, isso é um facto inegável.

Devo lhe dizer outra coisa, Sr. Deputado José San-Bento, Agendas Mobilizadoras, ainda ontem foi dada nota pública dos 49 milhões de euros que foram consignados a empresas açorianas no âmbito do PRR.

Deputado José San-Bento (PS): 46 milhões!

O Orador: E o que é que eu lhe devo dizer? Isso demonstra é que o Sr. Deputado intermitente, José San-Bento, o Sr. Deputado Intermitente José San-Bento, na verdade, demonstra um profundo desconhecimento e demonstra que três anos volvidos ainda não sabe o que é que foram as Agendas Mobilizadoras, não faz ideia o que é que são avisos nacionais no âmbito do PRR.

O Sr., a única coisa que conseguiu fazer foi demonstrar puro desconhecimento, e, vou terminar dizendo, Sr. Presidente, que Sr. Deputado José San-Bento combate à pobreza? O Sr. veio falar daquela tribuna no combate à pobreza? Sabe o que é que foi a pobreza 24 anos é o legado socialista de pobreza nesta Região.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e

Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E sabe o que é que lhe vou dizer? Sabe o que é que é o seu combate à pobreza? O combate à pobreza foram a ajuda que deram aos mais necessitados, aos mais vulneráveis, que foi congelar o cheque pequenino entre 2016 e 2020.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

O Orador: Sabe o que é que os Srs. fizeram? Bola, zero, foi isso que os Srs. fizeram e termino com isso, acho que devia refletir naquilo que disse e talvez moderar um bocadinho a sua fleuma, porque eu acho que está um bocadinho equivocado com aquilo que tem sido a postura do Governo da República face ao Governo da Região Autónoma dos Açores. Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Repete o aparte!

Deputado José San-Bento (PS): Disse tantos!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Nem educação o senhor tem! Repita o que disse! Cobarde!

Deputado José San Bento (*PS*): O senhor está-me a chamar Cobarde?! Cobarde é o senhor!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão

(*) **Deputado Paulo Estevão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo.

O regresso à primeira linha do Sr. Deputado José São-Bento é a melhor notícia que o PPM teve nos últimos tempos, porque o Sr. Deputado José San-Bento veio aqui demonstrar ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro como é que se faz oposição, é preciso músculo, é preciso recordar a história do Partido Socialista antes de tudo, de onde é que nós saímos, o orgulho naquele que é o Partido Socialista e os seus feitos, muito orgulho, isso em primeiro lugar e depois a seguir, então é que se vai falar nos Açores, é sempre a segunda opção.

E o que eu lhe quero dizer, Sr. Deputado, é que referiu V. Exa. que o Governo de António Costa legislou e muito bem para o continente e que em relação aos Açores que devia fazer a mesma coisa, eu quero lembrar, Sr. Deputado, que não existe um Governo do continente, existe um Governo de Portugal e essa sua perceção que existe um Governo do continente está errada e que nós combatemos Sr. Deputado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e
Membros do Governo)*

O Orador: Foi isso que eu aqui lhe transmiti e essa opção, porque essa sua observação corresponde à realidade é que existe um Governo do continente, há um Governo que toma decisões para o continente, a verdade é que, esse Governo é um Governo de Portugal e, de acordo com a Constituição, de acordo com a decência, de acordo com aquilo que é a justiça daquilo que são as suas obrigações legais esse Governo toma decisões para Portugal e não apenas para uma parte de Portugal.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

O Orador: Diz V. Exa., diz o Sr. Deputado também, que não há nenhum atraso, cumprimos tudo.

Deputado José San Bento (PS): Não disse isso! Não seja desleal! Disse exatamente o contrário!

Deputado Berto Messias (PS): Disse precisamente o contrário!

O Orador: Há 20 milhões de atrasos por parte do Governo da República, oiça, Sr. Deputado, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 182/2019 estabelece que em 2020 se irá proceder a um adiantamento de 20 milhões de euros, 2020, estamos em 2023 e as obras que têm sido feitas...

Deputado José San-Bento (PS): Diga quais são?

O Orador: ... têm sido com recurso ao orçamento regional, ...

Deputado Berto Messias (PS): Quais são as obras com recurso a orçamento regional? Quais são?

O Orador: ... retirando de outras áreas porque o seu Governo, o Governo do Partido Socialista, não cumpriu a sua palavra.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

O Orador: E vou-lhe dizer, Sr. Deputado, em relação Sr. Deputado, às verbas que têm a ver com a verba que tem de ser transferida para a SATA, esse dinheiro que está contemplado no Orçamento de Estado, esses 9 milhões de euros, Sr. Deputado, o que eu lhe pergunto em relação a esses 9 milhões de euros, Sr. Deputado, é se eles foram pagos e se a República, está a cumprir aquelas que são as suas obrigações perante os Açores? Não, não está Sr. Deputado, não está Sr. Deputado e também lhe quero dizer, Sr. Deputado, diga-me uma coisa e em relação àquele que era o compromisso do Governo da República de reunir com frequência o Conselho de Concertação com autonomias regionais, reunir o Conselho de Concertação com as autonomias regionais, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Zero!

O Orador: ... quantas vezes é que o Governo da República reuniu com as autonomias regionais? Eu vou lhe dizer, zero vezes, Sr. Deputado, é este o diálogo? É o diálogo defendido pelo Governo da República!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

Deputado Berto Messias (PS): Pediram para fazer isso!

O Orador: Existe sim, Sr. Deputado, um regime de sanções aos Açores que passa pelo facto de não se pagar aos Açores aquilo que é devido por parte do Governo da República.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

O Orador: E, Sr. Deputado, o Sr. Deputado falou de tudo e mais alguma coisa, menos da discussão que aqui tem que se ter, quer em relação a estes assuntos, em que o Sr. nada tinha para dizer, nada tinha para dizer a não ser mentir descaradamente...

Deputado Berto Messias (PS): É preciso ter lata!

O Orador: ... pelo facto de ter dito que estava tudo a ser cumprido e que o Governo estava de boa-fé, como é que o Governo da República está de boa fé se não cumpre os seus compromissos em relação aos Açores? E mais, deixou ali a ameaça velada.

Deputado Berto Messias (PS): Ameaça é com a coligação!

O Orador: Não, não embarquem em exigências, portem-se bem, porque se não se portarem bem, as coisas vão ainda correr pior, foi que o Sr. disse.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

O Orador: Sr. Deputado, eu esperei que, depois daquelas participações televisivas, em que V. Exa. participava como comentador independente...

Deputado José San-Bento (PS): Nunca fui!

O Orador: ... nos programas de análise política na RTP Açores, pensei que V. Exa. viesse aqui com outra abertura, outro tipo de abordagem, ...

Deputado José San-Bento (PS): Era o que o senhor queria!

O Orador: ..., mas vejo, que, afinal, o dogmatismo, o triunfalismo, o dogmatismo de V. Exa. permanece, como permaneceu naqueles programas, a única diferença é que V. Exa. agora já não está num programa da RTP Açores, onde não tem contraditório...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ...aqui teve contraditório e o seu discurso foi desmentido de alto a baixo, Sr. Deputado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Vice-Presidente, tem a palavra para uma interpelação, faça favor.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Saúdo todos no regresso aos nossos trabalhos.

Sr. Presidente, queria colocar-lhe uma questão, sou um grande defensor dos debates parlamentares acesos...

Deputado José San-Bento (*PS*): É verdade!

O Orador: ... e que às vezes nós nos excedemos, numa frase ou outra. Mas eu gostaria de perguntar ao Sr. Presidente, estava eu a fazer aqui um aparte ao Sr. Deputado José San-Bento...

Deputado José San-Bento (*PS*): Estava-me a provocar!

O Orador: ... e o Sr. Deputado, pronto um aparte para o Sr. Deputado José San-Bento é uma provocação.

Foi o que acabaram de fazer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, na intervenção dele, foi só provocar e provocações, não é!?

Deputado José San Bento (*PS*): Não foi!

O Orador: Mas eu não vou entrar nesses pormenores, Sr. Presidente, quero apenas perguntar-lhe, e está registado, o Sr. Deputado Tiago Lopes, o Sr. Deputado Berto Messias ouviu, a Sra. anotadora ouviu, se o termo “vai para o raio que te parta” é um termo digno de se usar por um Deputado nesta Casa, dirigindo-se ao Vice-Presidente do Governo, a um cidadão honrado, que está aqui a exercer o seu cargo e aquele Sr., não me ofende porque só me ofende quem pode e aquele Sr. não me pode ofender, mas de qualquer dos modos, no seu trajeto e no meu de vida não me pode ofender.

E, eu quero Sr. Presidente, perguntar se o termo “vai para o raio que te parta” é um termo que se permita usar aqui dentro, lamento profundamente, não vou fazer nenhum protesto, porque não tenho que o fazer, acho que essa atitude do Sr. Deputado José San-Bento, adjetiva-o e classifica-o na sua personalidade como homem e como político. Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Sr. Vice-Presidente, naturalmente que essa expressão não deve ser utilizada aqui dentro nem noutros lugares, lamento a situação e se foi ouvido, será registado. Se pede a cópia eu direi aos serviços para disponibilizarem a cópia do Diário o mais breve possível.

Sr. Deputado José San-Bento pede a palavra para?

(*) **Deputado José San Bento (PS):** Defesa da honra.

Presidente: Não há defesa da honra em relação a interpelações. Dou-lhe a palavra para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado José San Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os que nos estão a ouvir, eu acho que é óbvio, que, o que se está a procurar fazer aqui é criar um incidente para desviar a questão do essencial deste debate.

O Sr. Deputado Artur Lima e eu, conhecemos há muitos anos, há muitos anos.

Partilhamos de inúmeros momentos de convívio e de trabalho, e, portanto, o Sr. Deputado Artur Lima conhece-me muito bem e eu conheço-o muito bem.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): É verdade!

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, eu acho que foi lamentável aquilo que o Sr. procurou aqui fazer, a citação não é rigorosa, desde logo, o Sr. é Vice-Presidente do Governo, o Sr. devia zelar, o Sr. devia zelar pela dignificação da instituição, e, todos nós como é óbvio, e, portanto, Sr. Presidente, eu não vou alinhar em qualquer tipo de polémica...

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD Disse ou não disse?

O Orador: ... que desvie a atenção deste debate e, o foco deste debate é que está a haver uma tentativa de criar uma ideia de um inimigo externo para justificar a incapacidade e a incompetência...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Mas o que é isto?

O Orador: ... deste Governo Regional e é isso que o Sr. Vice-Presidente não quer que se discuta.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. O facto de V. Exa. conhecer muito bem o Sr. Vice-Presidente e o Sr. Vice-Presidente conhecê-lo a si muito bem, não permite a utilização de apartes dessa natureza, se, foi efetivamente registado, e, portanto, vamo-nos nos centrar naquilo que é efetivamente, a verdade, Sras. e Srs. Deputados, a verdade é que quando o

Sr. Deputado José San Bento fez a sua intervenção de tribuna, as bancadas da minha esquerda fizeram uma barulheira enorme.

Quando o Sr. Deputado Paulo Estêvão agora estava a falar, o barulho era do outro lado e assim ninguém se entende. Os debates podem ser vivos, acesos, os apartes regimentais, são regimentais e são permitidos, mas o que tem existido não são apartes, peço muita desculpa, mas não são apartes e vejam os vídeos para o comprovar.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima, faça favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Intervenho neste debate, tentando introduzir nele o debate sobre aquilo que era suposto ser, sobre as questões relativas ao Governo da República e infelizmente ao longo do debate, nós temos visto debater muita relação partidária e não é relação de governos e não é o interesse dos Açores, são relações partidárias e conflitos partidários e pouca política e poucos Açores e poucos problemas concretos das pessoas.

E, começo pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, que efetivamente traz esse assunto e bem, porque o assunto tem muita matéria para debater, mas trá-lo de uma forma que nós não acompanhamos na sua linguagem, como é óbvio, essa linguagem belicista de que há uma guerra...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nunca fiz referência à guerra!

O Orador: ... entre os Açores e o continente, julgo eu que ultrapassa os limites do aceitável, mas fez a referência à guerra ao falar de sanções, que,

naturalmente, o Governo da República tem muitas responsabilidades, muitíssimo, muitas e grandes falhas para com os Açores, mas falar de guerra e de sanções é um limite, que, julgo eu que não beneficia os Açores, prejudica o debate parlamentar e, aliás, é uma contradição absolutamente flagrante com aquela que tem sido a posição do Governo Regional, pela voz do seu Presidente, que diz que tem excelentes relações cordiais com o Sr. Primeiro-Ministro.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Falta é o dinheiro!

O Orador: Aliás, fazendo querer passar a ideia de que o problema são os Ministros, o Primeiro-Ministro até é bom, os Ministros é que são um problema. Ora nós não vemos isso assim, vemos que há um Governo, há um Governo que responde perante o país e que tem um Primeiro-Ministro e que é responsável pelos incumprimentos, o Primeiro-Ministro é responsável, é o principal responsável, Sr. Presidente do Governo, e, aí há uma contradição que naturalmente, diz respeito à coligação e não ao Bloco de Esquerda, mas não deixamos de a assinalar.

E, neste debate, naturalmente, sobre várias áreas que são responsabilidade do Governo da República, não vou elencar todas, nem vou abordar todas por falta de tempo e porque julgo que devemos focar as intervenções também em alguns aspetos, sempre que possível.

E, há dois aspetos que gostaria de focar naquela que é a relação do Governo Regional e da Região, no sentido lato com a República e com os Governos da República.

Em primeiro lugar da necessidade de melhorar significativamente aquela que é a relação financeira entre o Governo Regional entre a Região e a República, e, nesse aspeto, sem abordar nesta intervenção, outras matérias excepcionais e outras relações excepcionais que vão para além daquela que é a relação normal, que é regulada pela Lei de Finanças Regionais, esta relação da Lei de Finanças Regionais, está em nosso entender atirada para as calendas.

E pior está colocada numa perspetiva errada, o Governo decidiu contratar, nesse sentido bem apoio técnico, para redigir uma proposta, mas não tem a decisão política sobre o que é que quer para a proposta, não debateu com este Parlamento o que é que quer para a proposta, ou seja, serão os técnicos a decidir qual é o caminho que deve ter a Lei de Finanças Regionais? Isto é o contrário do que deve ser, primeiro há que haver a decisão sobre que caminho é que se quer e que alterações é que se querem fazer à Lei de Finanças Regionais que nós não sabemos quais são as alterações que o Governo quer, o Governo nunca trouxe a este Parlamento uma ideia concreta, escrita com parâmetros concretos a alterar.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: E atira isto para uma negociação com o Governo da Madeira que nós desconhecemos por completo e para uma redação feita por técnicos, por mais competentes que são e não temos qualquer dúvida que o gabinete que foi contratado Dr. Paz Ferreira, seja competente nesta matéria é talvez a pessoa que mais sabe do assunto, mas a decisão política não é dele, é nossa, é em primeiro lugar deste Parlamento e depois será

naturalmente da Assembleia da República, porque é uma Lei da Assembleia da República.

Ora, não é de modo algum aceitável, em primeiro lugar atirar isto para o ano das eleições, para fazer campanha com a alteração da Lei de Finanças Regionais que nós não sabemos qual é, e, depois entregar na mão dos técnicos a decisão política que deve ser nossa em primeiro lugar, esse aspeto nós não podemos deixar de salientar e esta Lei de Finanças Regionais, que vem do tempo da Troika, tem sido prejudicial, muito prejudicial aos Açores...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O António Costa vem fazer campanha connosco!

O Orador: ... e, tem-nos tirado recursos enormes e essenciais à Região, milhões de euros todos os anos e este ano vamos ter novamente uma perda de receitas no Orçamento de Estado devido a esta Lei e nós perdemos três anos à espera, não se sabe de quê. Segundo aspeto, o Governo da República tem tido e não é de agora desde sempre este Governo do Partido Socialista, os sucessivos Governos do Partido Socialista, uma obsessão com o défice, é conhecida crítica do Bloco de Esquerda a essa obsessão que o Governo da República tem tido com o défice, e, essa obsessão traduz-se em aspetos concretos, não são apenas contas no papel, são aspetos concretos, traduz-se na vida, nos serviços públicos, na vida das pessoas, até no seu emprego, veja-se o caso recente em que soubemos que a RTP/Açores continua com um número enorme de precários, em que 60% deles foram, segundo dados do sindicato, do SINTAF, foram detetados com potenciais irregularidades.

Ora, o que isto significa é que o Ministério das Finanças, depois de um período em que se regularizou alguns precários nos últimos anos, o Ministério das Finanças continua a não autorizar contratações na RTP, com um prejuízo enorme para a RTP/Açores, que tem de contratar a recibos verdes, com um prejuízo enorme para esses trabalhadores que são precários durante anos e ganham muitos deles pouco mais que o salário mínimo e até menos que o salário mínimo em termos líquidos.

Ora, isso não é de modo algum aceitável, e, o que é estranho neste processo é que, no seguimento da denúncia do sindicato, vem a Inspeção Regional do Trabalho tutelada por este Governo dizer que não se deveria ter dito nada sobre o assunto e que, ai Jesus, que temos que proteger aqui a entidade patronal, que temos que proteger a RTP e o Ministério das Finanças, mas porquê? Que estranha coligação de interesses é que há aqui entre a Inspeção Regional do Trabalho, a Administração da RTP e o Ministério das Finanças? Que coligação de interesses é esta? E nós queremos saber que coligação de interesses é essa e o que é que está aqui por trás e por isso mesmo, vamos chamar...

Secretária Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Maria João Carreiro): Muito bem! Separação de poderes!

O Orador: ... a Inspeção Regional do Trabalho ao Parlamento para explicar que comunicado inusitado é aquele e vamos chamar o sindicato que fez essa denúncia para nos explicar quantos precários é que há na RTP/Açores e o que é que a Inspeção Regional do Trabalho anda a fazer. Essas matérias são aspetos concretos da vida das pessoas e que dizem

respeito ao Governo da República e que dizem respeito também às relações entre o Governo Regional e o Governo da República.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, um bom dia a todos antes de mais.

Costuma-se dizer que não há um bom espetáculo se não houver um bom ilusionista, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O palco é seu!

O Orador: ... e foi o que nos aconteceu, já tínhamos saudades, e, com um momento de humor fantástico, com momentos do humor fantástico e a frase que eu mais retive, que nem coragem há é para a dizer, é que a culpa é do CHEGA.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor enfiou o barrete!

Deputado Berto Messias (PS): Ó senhor não é consigo, é com o PPM!

O Orador: A culpa é deste radical, estes radicais, ó Sr. eu percebo que a vossa coragem é sempre muito limitada, digam que é CHEGA, digam que a culpa é do CHEGA, dos cartórios terem fechado no verão, é do CHEGA, das esquadras da polícia estarem degradadas, é do CHEGA, do Ministro da Administração Interna ter vindo a este Parlamento prometer mundos e fundos quanto à polícia, vem vinte polícias para os Açores, isto é tudo culpa do CHEGA este grande partido radical.

É o ilusionismo do socialista, ó Sr., mas quem é que lhe encomendou esse sermão? Isto é um sermão tão feio, Sr., tenham cuidado com isto, então vêm para aqui atirar as culpas, uns atiram as culpas para a República, a culpa é daquele menino, aquele menino pôs-me a língua de fora e os outros vêm cá e dizem não, ele torceu-me o nariz.

Deputado Berto Messias (PS): Não enfie o barrete!

O Orador: A verdade é que a governação faz-se em diálogo, este diálogo não se faz, nem silêncio, nem de costas voltadas, aqui é Portugal, aqui é Portugal, aqui é Portugal, aqui não há um Governo da República, há um Governo de Portugal, de Portugal e os Açores são Portugal.

Eu, há bocadinho tinha uma imagem na cabeça, quando vi o Sr. Deputado Paulo Estêvão, do PPM, com aquele discurso tão inflamado, eu só imaginava a bandeira da FLA por trás assim a ondular e tal, parecia um discurso, enfim, dos velhos tempos, e, depois vem o Sr. Deputado San-Bento e fala dos carros e das bombas, hei, recuamos 40 anos que alegria, que alegria estamos todos tão felizes, e, os Açores, 40 anos para trás, e é isto, é a imagem que eu tenho, é a imagem que eu tenho de um Governo da República que diversas vezes temos dito aqui, que diversas vezes esquece dos Açores, diversas vezes dizem, eles estão longe, eles não percebem, diversas vezes, dizem, hei pá, não é bem hoje, vocês não são assim tantos votos e depois temos um Partido Socialista que vem aqui com o sermãozinho encomendado, chega ali e diz, plá plá plá, a culpa é do CHEGA.

Eu já não sei o que é que eu hei de dizer mais sobre isso, eu acho é que a governação está naquele estado que nós todos sabemos, a governação, está-se a fazer um estudo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): O CHEGA é nacionalista!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente do Governo Regional, tem a palavra, faça favor.

(*) **Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais.

Creio que, no Parlamento dos Açores, a excelência do debate autonómico e do fazer cumprir através da autonomia política, a capacidade também reivindicativa do cumprimento de Portugal inteiro, tem, nesta manhã e no debate que aqui se realizou toda a pertinência.

Mas permitam-me que, não há nada a acrescentar ao que foi proposto e debatido e apresentado de forma factual pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, no entanto, ouvir o Sr. Deputado António Lima, suscita-me aqui um esclarecimento e uma explicação.

Não atendo aos excessos da dialética política, da política da terra queimada, não me atendo aos exercícios de quem olha mais a dialética eleiçoeira e de campanha ou pré-campanhas eleitorais...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quem é que tem cartazes na rua! Passa fora!

O Orador: ... do que a análise objetiva dos factos, passamos, pois, à visão que o Presidente do Governo, em vários contextos, eu já aponte sobre a

justa reivindicação, a justa negociação e os alertas em relação à cooperação com o Governo da República.

Tive oportunidade de sinalizar este ciclo político aquando da posse do Governo e aquando da aprovação do Programa do Governo, o ciclo da autonomia de responsabilização, e, é assim que temos vindo a agir na governação dos Açores com a configuração que esta tem que é pioneira e verdadeiramente reformista no plano da autonomia, das duas regiões autónomas, porque pela primeira vez nós tivemos uma alternância democrática que permitiu, desde logo um Governo de coligação e também de centralidade do Parlamento, porque o cumprimento e a formulação do Programa do Governo teve esta adesão parlamentar.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Ora, o que tive oportunidade de dizer, na citação errónea da parte do Sr. Deputado António Lima foi de que não tinha um problema de relacionamento, não falei de responsabilização, de relacionamento com o Sr. Primeiro-Ministro, porque é assim que deve ser...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...O relacionamento mesmo com as discordâncias, deve ser cordial, urbano, e, sobretudo, cooperando na solução dos problemas que temos todos para resolver em nome dos Açores e em nome de Portugal.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

O Orador: Se há incumprimentos, se há negligências e omissões do Governo, sim, Sr. Deputado António Lima, é responsável o Primeiro-Ministro, mas o que eu disse e o Sr. interpretou mal, e, com isso, como os seus pressupostos, regra geral, estão errados, as conclusões não têm outro destino, senão o erro, é o problema de relacionamento? Não! É de bom relacionamento! É um problema de sinalizar com objetividade incumprimentos que penalizam o desenvolvimento dos Açores e, com isso, o cumprimento de Portugal inteiro, sim, é verdade. E, sinalizei factos objetivos e que são indesmentíveis, não tem nada a ver com a criação de inimigo externo, estas são táticas socialistas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

Deputado Berto Messias (PS): Isso é a estratégia de polícia bom e de polícia mau!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

O Orador: Não são desta coligação, não são deste Governo.

Tem a ver sim com a responsabilização e com uma ideia de um Portugal inteiro que cumpre a autonomia política e a autonomia política cumpre a responsabilidade do país.

Ora, quando sinalizei que havia um incumprimento do Governo da República relativamente a um compromisso assumido entre o Governo e a

Universidade dos Açores, não criei um inimigo externo, invoquei um facto indesmentível, aliás, reclamado por todos, portanto, objetividade máxima.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

O Orador: Quando, digo, no meu entendimento de que o Governo é da República, como disse o Deputado José Pacheco, de Portugal, pois as medidas são medidas para atingir quando são nacionais o território inteiro e os portugueses todos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E não medidas do continente para um Governo que afinal já não é da República nem do país, mas apenas do continente...

Deputado José San-Bento (PS): Da autonomia, Sr. Presidente!

O Orador: ... não é este o quadro constitucional onde se baliza e se responsabiliza o Governo do país.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

O Orador: Não se trata da criação de um inimigo externo, mas sim de um chamamento ao Governo para cumprir Portugal inteiro.

Citei e informei, que, relativamente aos compromissos do Governo da República para colaboração cofinanciamento relativamente à recuperação dos estragos do furacão “Lorenzo”, não havia o pagamento, porque uma das cláusulas deste compromisso solidário, aliás, tinha a ver com o pagamento realizado, o Governo dos Açores pagou os fornecedores e aos empreiteiros que estão a fazer as obras de recuperação, com especial incidência para a situação dramática de abastecimento à ilha, como é o caso do Porto das Lajes Das Flores, este pagamento, apesar do envio das faturas não foi feito, há uma omissão por parte do Governo da República, essa manifestação de reivindicação de alerta foi dado, o Ministério das Finanças não resolveu o assunto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós falamos sobre a urgência e a importância de, no fim da vida útil dos cabos submarinos de fibra ótica poder ser lançado o respetivo concurso, já devia tê-lo sido, estamos a chamar e a reivindicar esta necessidade de contratação pública, essencial para cumprir os prazos de vida útil dos atuais cabos e substituí-los, aliás, como desejamos não só pelo (impercetível 01:123:16), mas também pela sua redundância e até pela elevação da qualidade dos mesmos, não apenas transmissor de dados, mas serem aquilo que se designa na gíria os “smart cables”, isto é terem sensores para outras informações, é um dado objetivo, não se trata da criação de um inimigo externo, é, por tão objetivo que é, irrenunciável e, sobretudo, incontestável.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

O Orador: Mas, Sr. Deputado, uma outra reivindicação, que, aliás, o Governo e a coligação fez desde cedo, no âmbito da aprovação do Orçamento do Estado para 23 a, de não só o lançamento do concurso internacional para as obrigações de serviço público interterritoriais, como até prever no Orçamento de Estado a verba necessária no valor que nós entendíamos, que seria o essencial para cumprir exatamente a indenização justa à operadora.

Pois, primeiro o Governo da República apresentou uma proposta de Orçamento de Estado com 3 milhões, nós reivindicávamos muito mais do que isto, o triplo desse valor 10 milhões, os Deputados do Partido Socialista na Assembleia da República apresentaram dos 3 para 9 milhões está no Orçamento de Estado, que uso terá este valor previsto no Orçamento do Estado sem o atempado concurso e adjudicação...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Bem lembrado!

O Orador: ... do serviço para as obrigações de serviço público que a operadora, neste caso, por exemplo, a Azorlines cabe? Bom, estamos a reclamar a urgência deste concurso público e a solução para 2023 do componente indemnizatório destas obrigações de serviço público.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

O Orador: Onde está a criação do inimigo externo, senão sermos justos com o que é objetivo, senão defender o interesse dos Açores, senão reivindicar o que é, por qualquer um, por qualquer português, reivindicável, que o Governo de Portugal seja do país inteiro e inclui os Açores e os açorianos no cumprimento das suas obrigações e na sua solidariedade prometida. Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Presidente do Governo, eu percebo a lógica da intervenção, deste debate de urgência, da parte do Sr. Deputado Paulo Estêvão, esta ideia de que na atividade política, todos se movem dentro de um espírito de vingança...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ...que, quando não são da mesma cor política, há aqui uma atmosfera obscura de penalizar, de vingança, eu percebo isso, sobretudo depois de ter estado no Corvo, em Jornadas Parlamentares.

Mas, já não percebo, é o facto, do Sr. Presidente do Governo, se amarrar, de tal forma a essa descrição do relacionamento entre o Governo da República e a Região.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Boa tentativa!

O Orador: Porque fê-lo, ao dizer que, o Sr. Deputado Paulo Estêvão tinha descrito de forma factual o relacionamento e que nada mais havia a acrescentar, e, é isso que julgo, que, merece da minha parte, obviamente, reparo neste momento.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não lhe fica bem!

O Orador: Eu, tenho o Sr. Presidente do Governo, por um homem equilibrado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Olhe que não parece!

O Orador: Tenho o Sr. Presidente do Governo por alguém que, enfim, é razoável, separam-nos, naturalmente, muitas visões das coisas, mas, há algo que, ao longo do tempo tem vindo a acontecer na política regional, e, que já foi avançado pelo Sr. Deputado José San-Bento, e, que hoje, ressaltou com particular evidência, que é se me permite, e, com todo o respeito, a incapacidade do Sr. Presidente do Governo demarcar uma fronteira clara...

Deputado José San Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... entre aquilo que é uma postura reivindicativa, exigente, intransigente em relação à República, e, aquilo que são os devaneios conspirativos do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Tenho também a ideia do Sr. Deputado Paulo Estêvão como um homem habilidoso, do ponto de vista parlamentar, com rasgos até de genialidade parlamentar, mas, como acontece, muitas das vezes, com os indivíduos que têm essas características, às vezes escapa-se-lhe a razoabilidade, e, resvala para uma situação em que ele começa a orbitar num mundo que é só seu, da conspiração, que o Governo da República está escondido atrás de uma Moita, perdoem-me a linguagem a conspirar todos contra o Governo Regional, que todos nós estamos aqui mancomunados numa conspiração contra o Governo Regional.

Isso não é verdade, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Eu não tinha tanta certeza disso!

O Orador: E, lamento profundamente, que, no conjunto da coligação, exista esta visão, que recua tanto no tempo, na forma como os Açores se relacionam com a República.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Infelizmente, os incumprimentos da República para com os Açores atravessam todos os Governos, incluindo os do meu partido, infelizmente.

Isso não invalida de forma nenhuma, aquilo que, nos Governos do meu partido, mas também, julgo que é importante, ter a hombridade de o reconhecer, nos Governos de outros partidos, como é o caso do Partido Social Democrata, em que foram dados passos muito significativos para o avanço da autonomia, da solidariedade, é verdade, mas infelizmente esse fenómeno, que algumas vezes não tem a ver com a convicção profunda de aversão às autonomias, mas tem a ver com o esquecimento, tem a ver com o não prestar a devida atenção, que não ter o devido cuidado, atravessa os Governos de todos os partidos.

E, é por isso que eu acho, que nós quando elencamos uma situação em que escolhemos por motivos político partidários, um determinado inimigo externo, e, já lá vou, um determinado inimigo externo, em detrimento daquilo que é a raiz deste mal, que é a não compreensão adequada, o não prestar a atenção adequada àquela que é a realidade das regiões autónomas...

Deputado José San Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ...não estamos a prestar nem a atacar ninguém na República, estamos em primeiro lugar a prestar um mau serviço às regiões e às autonomias regionais.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Mas, se é certo que, infelizmente esta questão dos, diria a Doutora Assunção Esteves, dos “inconseguintos”, dos Governos da República em relação, atravessa os Governos de todos os partidos, o que é que há de diferente, e, baseio-me naquela que é a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, é querer dar uma conotação político-partidária, a esta questão, para esconder, e, a palavra é esta, para esconder...

Deputado José San Bento (PS): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Mas, não é?

O Orador: ... aquelas que são as falhas do Governo Regional.

E, é por isso que, quando o Sr. Presidente do Governo se atira nos braços do Sr. Deputado Paulo Estêvão, salvo seja, em linguagem figurada, está, na minha opinião, está no fundo a responder à sua própria questão, que é, quem é que procura um inimigo externo? O Sr. acha, que da parte do Partido Socialista, nós achamos que o Governo Regional está a procurar um inimigo externo quando diz que o contrato com a universidade já devia estar cumprido? De maneira nenhuma! De maneira nenhuma! Têm toda a razão e a voz do PS está ao lado da voz deste Governo Regional para defender os Açores e a Universidade dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): A gente não ouviu essa voz!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É só nessa matéria!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Olhe que não se nota!

O Orador: Mas, Sr. Presidente do Governo, respondendo à sua pergunta, quando é que procuram um inimigo externo? Procuram um inimigo externo quando sabem, que não é uma falha do Governo da República, e, mesmo assim imputam-lhe essa responsabilidade para disfarçar as falhas do Governo Regional.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Dê um exemplo!

O Orador: Eu vou-lhe dar um exemplo concreto, o Sr. Presidente do Governo, numa visita recente ao Porto de Ponta Delgada, lamentou, aquilo que seriam atrasos da parte do Governo da República em relação a essa matéria, mas Sr. Presidente do Governo ou o Sr. sabia e não disse a verdade ou informaram-no mal, porque foi feito um requerimento ao Governo da República na Assembleia da República a perguntar exatamente, mas afinal, o que é que se passa? E sabe, afinal, o que é que se passa? O que se passa é que o Governo da República disponibilizou-se à Portos dos Açores para antecipar o lançamento do anúncio público para a utilização das verbas de fundos comunitários para a recuperação das intempéries do furacão “Lorenzo”, ...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Eu já expliquei isso!

O Orador: ... e, é a Portos dos Açores que diz que não tem condições para, em julho avançar com a candidatura a esse anúncio.

Deputado Paulo Estevão (*PPM*): Não é verdade!

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, faço chegar a V. Exa. o requerimento e a resposta a esse requerimento, onde se diz claramente, e, onde se percebe claramente aquilo que está aqui em causa.

O lançamento do aviso estava previsto para o mês de setembro, fruto daquilo que é a articulação entre, o Governo Regional, a Portos dos Açores e o Governo da República, a informação do Governo Regional da “urgência das intervenções no Porto das Lajes das Flores, a autoridade de gestão do programa avançou com a possibilidade de, havendo concordância por parte do beneficiário do financiamento, neste caso a Portos dos Açores, lançar um aviso em extra plano, ou seja, antecipadamente nos meses de julho e agosto, como já aconteceu com outros avisos”, continuo a citar, “após a articulação entre a autoridade de gestão e a Portos dos Açores, verificou-se que o projeto de reconstrução do Porto ainda não reunia as condições para ser apresentado em julho e agosto, pelo que se optou por manter o lançamento do aviso em setembro, dentro do calendário normal do plano de avisos”. Eu não digo que o Sr. Presidente do Governo mentiu, no mínimo, foi mal informado.

E, depois este é o mais recente exemplo, porque aqui há uns meses atrás, o Sr. Secretário da Agricultura chamou mentirosa, a Sra. Ministra da Agricultura, a dizer que havia no fundo aqui uma questão de atrasos, não decidiam apoios em relação aos Açores, mas, afinal, o que a Sra. Ministra diz, é que quem pediu para não pagar as verbas do PRORURAL, pagando as verbas do POSEI foi o gabinete de V. Exa., foi a Secretaria Regional.

Deputado Berto Messias (PS): Foi, foi!

O Orador: No caso das pescas, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fez um requerimento a perguntar claramente, a perguntar claramente, se, na utilização de Fundos Comunitários o Governo Regional tinha dificuldades financeiras para criar medidas de apoio aos pescadores, o Governo Regional na resposta que dá, não diz que não, mas também não diz que sim.

Deputado José Ávila (PS): Nim!

O Orador: É uma forma habilidosa de dizer, é uma pergunta incómoda. E, por isso, Sr. Presidente do Governo, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Ao lado dos Açores contra aquilo que são esquecimentos, pouco cuidado, falta de atenção, sempre! Sempre!

Com aquilo que é uma tentativa, perigosa até, e o debate poderá nos levar para aí, perigosa até, do ponto de vista institucional, de transformar o Governo da República na desculpa para as falhas, para as omissões, nalguns casos, para a incompetência...

Deputado José San Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... do Governo Regional, isso não deve acontecer porque, em última instância, o que isso significa, é instrumentalizar a autonomia dos Açores, em função daqueles que são os interesses políticos momentâneos de um determinado partido político, de um Governo ou de uma determinada coligação.

E, termino como comecei, lamento-me profundamente, Sr. Presidente do Governo, que V. Exa., tendo a oportunidade, de, de forma habilidosa como sabe fazer, se distanciar daquelas que foram a visão incendiária, conspirativa, vingativa, aqui expressa pelo promotor desta iniciativa, tenha optado por pura e simplesmente, atirar-se para os braços políticos do Deputado Paulo Estêvão. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Presidente do Governo, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, acompanha todas as reivindicações que o Governo Regional, através da sua intervenção, faz junto do Governo da República, e, adicionaria mais duas ou três, ou seja, os cabos submarinos, as obrigações de serviço público, seja o estabelecimento prisional de Ponta Delgada, seja a questão do furacão “Lorenzo”, como segurança interna, todas elas sem reservas.

Há, no entanto, dois ou três aspetos da sua intervenção, que não poderia deixar de, não digo rebater, mas de salientar, há um aspeto muito importante que o Sr. Presidente refere, e, que julgo que merece com uma perspetiva menos linear do que aquela que expressou e que tem sido

expressada por diversas vezes e que tem perigos, e, que o Sr. Presidente do Governo, como experiente político, já Deputado desta Casa durante muitos anos, e, naturalmente, conhecedor do Estatuto e da Constituição, não deve incorrer ou não deveria incorrer, que é dizer tão simplesmente que tudo o que são decisões do Governo da República se deveriam aplicar sem mais nos Açores.

Isso não pode ser assim, e, o Sr. sabe que não pode, porque isso seria abdicar da autonomia.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Só isso dava para outro debate!

O Orador: O Governo da República não pode decidir como é que nós organizamos o Serviço Regional de Saúde, não pode, simplesmente é esta Casa que decide, o Governo da República não pode decidir quanto é que nós gastamos em Obras Públicas, não pode decidir, somos nós que decidimos, ora dizer isso, e, fora do calor do debate sobre esta ou aquela medida, se deve ser aplicada porque é nacional ou se não é, fora deste turbilhão do debate sobre uma coisa concreta, falando no abstrato, é perigoso dizê-lo e não deve ser dito, e isso é preciso que fique claro, porque a autonomia tem regras.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Onde está a solidariedade nacional?

O Orador: Há questões que são da competência nacional e há questão que são da competência regional e é preciso salientar que essas regras são para cumprir, por todas as partes, esse é o primeiro aspeto.

Sr. Presidente do Governo, na sua intervenção, introduziu mais uma vez o tema eleições, na sua expressão eleiçoeira, não sei qual foi a intervenção eleiçoeira, mas, como já referi aquilo que parece que é uma preparação de campanha eleitoral, é o que estão a fazer com a Lei de Finanças Regionais e não ouvi uma palavra sobre isso, ultrapassar, dar uma fuga para a frente com essa questão da Lei de Finanças Regionais, ultrapassar a democracia e a decisão deste Parlamento e até sequer o debate, um mero debate, sobre essa matéria neste Parlamento, é que é usar uma ferramenta para a campanha eleitoral, que é isso que o Governo parece estar a fazer com a Lei de Finanças Regionais.

Em segundo lugar, não o vi acompanhar a preocupação com os precários na RTP/Açores, com o aumento de precários, já disse que o Bloco de Esquerda acompanha e junta mais reivindicações àquelas que o Sr. Presidente do Governo anunciou há pouco.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Falta de mão de obra!

O Orador: Mas sobre esta da RTP/Açores e a sua intervenção, aliás, a intervenção do seu governo, da Inspeção Regional do Trabalho neste processo, nem uma palavra.

Uma última referência sobre os atrasos nas transferências, os atrasos inaceitáveis e indecentes do Governo da República sobre as transferências das obras do furacão “Lorenzo”, há aqui uma responsabilidade e uma atuação inqualificável por parte do Governo da República e nós, após a Sra. Secretária não nos ter esclarecido as divergências sobre os valores do

próprio Governo que existem, já foram esclarecidas, todavia, nós ficamos a perceber uma coisa muito clara, é que o Governo infelizmente, está a fazer com a Portos dos Açores aquilo que o Governo da República está a fazer com a Região, que é mandar a Portos dos Açores ir à banca para fazer as obras que são responsabilidade da Região, e, isso tem um problema, é que a Portos dos Açores está fora do perímetro orçamental e, quando se diz que a Portos dos Açores tem uma dívida insustentável, então porque é que não é a Região a assumir esse adiantamento e manda a Portos dos Açores fazer? Ora isso não é correto!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Correto é não fazer nada!

O Orador: ... não desresponsabiliza de modo algum o Governo da República, mas essa desorçamentação que tanto criticavam, e bem, em Governos anteriores do Partido Socialista, também não deve ser feita. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, faça favor.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Para dar aqui algumas explicações e aproveitar para dar conhecimento à Casa e também aos açorianos de algumas situações que nos temos visto confrontados relativamente aos apoios do furacão “Lorenzo”, ...

Deputado Berto Messias (PS): Tudo informações que não é possível confirmar!

O Orador: ... e, este é um bom momento para que todos possamos estar sintonizados com aquilo que se está a passar e com as dificuldades que a Região está a atravessar, começando por um sinal positivo, e, que reconhecemos e contaremos naturalmente com o contributo do Partido Socialista nesse sentido, pelo que percebi do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, juntar-se-á ao Governo dos Açores para exigir que os 20 milhões de euros que estavam prometidos em 2020 e que ainda não chegaram, venham até 31 de dezembro 2023.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Se é assim, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, contamos naturalmente com os vossos esforços e contaremos naturalmente pela sua boa vontade, que esses 20 milhões que estavam previstos vir em 2020, que venham ainda em 2023, primeira nota positiva e que naturalmente, será importante para este processo.

Segunda nota relativamente à questão da ida a Fundos Comunitários, este processo e percebe-se desde o início, foi delicado, complicado, na altura liderado pelo XII Governo e que fez algumas coisas que tinha que fazer, por exemplo, nomeadamente, deu instruções à Portos dos Açores, e bem, para se avançar com as obras rapidamente em 2019 e 2020, deu essas instruções e bem, e, agora o que é que o PACS nos diz? Obras anteriores a 1 de janeiro de 2021 não são apoiadas.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): E agora?

O Orador: Como é que resolvemos agora, Sr. Deputado Vasco Cordeiro? Como é que resolvemos agora? Fomos empurrados pelo Governo da República, que não definiu de início como é que ia expressar a sua solidariedade ou como é que ela ia ser concretizada, agora empurram-nos para o PACS, que tem vários problemas, um deles é esse, não apoia obras com execução antes de 1 de janeiro de 2021, aquelas que o Governo do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, mandou executar em 2019 e 20, e bem, como é que vamos ter o apoio?

Deputado Carlos Silva (PS): Os Srs. mandaram cortar o apoio! Cortaram para 180 milhões!

O Orador: Mas mais, na instrução que foi dada à Portos dos Açores em 2019 e 2020, foram empreitadas de reconstrução, e, portanto, além de serem anteriores a 1 de janeiro de 2021, o título ser de reconstrução também não cabe naquilo que é a latitude do PACS e, portanto, as obras que ascendem a várias dezenas de milhões de euros que foram executadas por indicação do Governo anterior, e bem, e pagas, agora não se pode concorrer ao PACS.

E, portanto, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, e, ao Partido Socialista dos Açores, tal como em relação à vinda dos 20 milhões de euros em atraso, contamos com os vossos bons ofícios, também contamos com os bons ofícios vossos e de toda esta Casa e de todas as açorianas e açorianos para

que o Governo da República possa efetivamente cumprir com os 85% que se comprometeu das despesas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, que se resolva o problema que o PACS tem e é por isso também que ainda esta semana esteve nos Açores o “Grupo Jaspers”, que trabalha com a Comissão Europeia e com o BEI nestes grandes projetos para tentar encontrar uma solução, mas a verdade é que nos estamos a confrontar com uma impossibilidade, e, portanto, nesse sentido, é importante que todos nesta Casa e as açorianas e os açorianos saibam duas coisas, que as obras nunca pararam e o Governo da Região continuou com essas obras...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Exatamente!

O Orador: ...em primeiro lugar, em segundo lugar que estamos confrontados com situações muito delicadas, em que não só o incumprimento de adiantamentos prejudica os Açores, como também, o empurrar-nos para esta solução do PACS prejudica altamente os Açores. Dito isto, e, é bom que todos fiquemos sintonizados com estas matérias, é importante que aqui que todos saibam que da parte do Governo dos Açores tudo será feito para que as obras não parem, para que a situação seja reposta o mais rapidamente possível, mas é evidente que da parte do Governo da República terá que ser encontrada uma solução rapidamente para pagar os 20 milhões em atraso desde 2020 e, especialmente, para encontrar uma solução fora do PACS, pode ser do Orçamento de Estado, para que possa

cumprir os 85% que se comprometeu com a Região das despesas de recuperação do furacão “Lorenzo”.

E, portanto, é isto que está em causa e assim ficamos todos a saber do que se passa, da parte da Portos dos Açores e do Governo dos Açores, há todo interesse em resolver isso, mas estamos confrontados no caminho que nos indicaram com bloqueios que não conseguimos ultrapassar, só podem ser ultrapassados fora do PACS, seja no Orçamento de Estado, seja noutra solução qualquer, que o Governo da República indique, mas nisso temos que estar todos sintonizados e solidários, a vinda dos 20 milhões que estão em atraso desde 2020 e uma solução para que efetivamente os 85% de custos possam ser suportados pela solidariedade nacional, seja PACS seja Orçamento de Estado ou qualquer outra solução.

Só a terminar porque há coisas que têm que ficar claras, não é verdade, repito, não é verdade que existe a execução do 20 30 noutros sítios de Portugal e não nos Açores, não é verdade.

Os dados que estão publicados, há um conjunto de avisos da Região e nacionais e até há um da Madeira.

Deputado Carlos Silva (PS): Execução!

O Orador: Os Açores têm cinco avisos lançados extra mapa, cinco, quatro dos quais são para os privados, não há execução, até não há execução por outra razão tão simples quanto esta, é que a ADC, não há execução, e, isto é importante que fique também, porque vai-nos prejudicar, já nos está prejudicando e vai continuar a prejudicar no futuro, a ADC ainda não tem a plataforma de pagamentos ativada...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Outra vez!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e
Membros do Governo)*

O Orador: E, portanto, se a ADC não tem a plataforma de pagamentos ativa, não é possível haver pagamentos, os avisos são lançados, os avisos são abertos até podem ser fechados, agora, a execução do programa em si não é possível, até porque não há plataforma e isso está prejudicando e pode prejudicar ainda mais os Açores e o resto do país.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Sr. Deputado José San-Bento para uma interpelação, faça favor.

Deputado José San Bento (PS): Obrigado Sr. Presidente.

Eu vou fazer chegar à Mesa, um boletim mensal, o boletim n.º 2 de julho de 2023, do Portugal 20 30, onde é absolutamente claro...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é intervenção!

O Orador: ... que, a execução dos Fundos Comunitários ao nível dos avisos e da abertura desses avisos.

Deputado Paulo Estevão (PS): Utilize o seu tempo!

O Orador: Ó Sr. Presidente do Governo, o Sr. até sabe que eu sei o que é que eu estou a dizer, portanto, não vale a pena entrar por aí, não vale a pena.

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento.

O Orador: Em que é perfeitamente claro, que os Açores têm zero avisos, zero! A única região do país que tem zero!

Presidente: Muito obrigado. Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Uma interpelação para dar nota ao Sr. Presidente que farei chegar, até notícias, que há públicas dos avisos que foram abertos nos Açores, e, que neste momento e até ao final de setembro vamos ter mais avisos abertos, que qualquer região do país, além de que se comprovou pagamentos é zero, quem tem argumentos zero e pagamentos zero é o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor dá sempre informações que não são comprováveis!

Presidente: Muito obrigado. Vamos fazer um intervalo, regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 44 minutos.

Eram 12 horas e 06 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares. Vamos dar continuidade ao nosso debate. Está inscrito o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, a quem dou a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo.

Uma intervenção muito rápida, Sr. Presidente, para referir, que foi aqui referido, a Universidade dos Açores, dizer-lhe que o Governo Regional tem assumido todos os compromissos da Universidade dos Açores.

O Governo Regional tem cumprido mais do que aquele que é o seu papel no financiamento da nossa universidade.

Desde o início da legislatura já vamos num financiamento de 800 mil euros à Universidade dos Açores.

Agora, o que o Governo Regional não pode fazer, é substituir-se ao Governo da República naquilo que são as suas responsabilidades.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Nomeadamente daquelas necessárias à manutenção, por exemplo, do curso de medicina nos Açores, essa é uma responsabilidade exclusiva do Governo de Portugal, do Governo da República.

E, também não pode, o Governo dos Açores, substituir-se a algumas escolhas, que justamente e legitimamente a Universidade dos Açores faz na sua administração local.

O nosso compromisso com a Universidade dos Açores é um compromisso de financiamento da tripolaridade da Universidade dos Açores.

É isso que vamos continuar a fazer, agora não nos substituímos ao Governo da República e também não nos substituímos à Universidade dos Açores nas suas escolhas legítimas que faz, nalguns casos investindo no acessório em vez de investir no essencial, como, por exemplo, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Quais são essas escolhas?

O Orador: ...devia a Universidade dos Açores, também das suas verbas, investir na contratação dos doutorados para o curso de medicina, a Universidade dos Açores faz a opção de investir em outros docentes que não sei se se chamam docentes, mas que gasta dinheiro no acessório e não gasta no essencial. E, para isso, o Governo Regional não está disponível. Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente. Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado José Pacheco, ...

Deputado José Pacheco (CHEGA): Faz favor!

O Orador: ... V. Exa. imagina-me com bandeiras debaixo das quais eu nunca estive, mas eu lembro-me de uma coisa, lembro-me, Sr. Deputado

José Pacheco, lembro-me dos tempos em que V. Exa. era adjunto do CDS-PP, ...

Deputado José Pacheco (CH): Com muito orgulho!

O Orador: ... ainda em 2000 e, portanto, foi nessa altura, há 23 anos que V. Exa. começou a fazer a limpeza...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Limpeza!? Qual limpeza?

O Orador: ...quando aqui chegou ao Parlamento dos Açores, está nos cartazes.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ah! (risos)

O Orador: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, lamento a descortesia da sua intervenção, o mundo que é só seu, devaneios e outras descortesias que não vou aqui referenciar.

Lamento bastante esse tipo de referência, lamento muito esse tipo de referência.

Só lhe quero dizer o seguinte, Sr. Deputado, V. Exa. falou depois de vir do Corvo? Não, depois de vir do Corvo, saiu de uma sociedade livre, que não era enquanto V. Exa. foi Presidente do Governo.

Deputado José Ávila (PS): Não é o que se diz lá!

Deputado Berto Messias (PS): Não é o que se diz no Corvo!

O Orador: Ninguém, ainda hoje, que é encontrado a falar comigo é chamado a um gabinete do poder do Partido Socialista, que ainda permanece.

Quando é encontrado a falar comigo, o que é que ele disse, o que é que ele fez, o que é que não sei quê, portanto, aquilo é ainda, em muitos aspetos, o

poder que permanece nas mãos do Partido Socialista, ainda é um poder pidesco.

E quero aqui referenciar-lhe uma coisa, Sr. Deputado Vasco Cordeiro...

Deputado Berto Messias (PS): Ninguém foi empurrado nas ruas!

O Orador: ...para concorrer em 2008, Sr. Deputado, tive que pedir na altura licença sem vencimento, porque o meu horário, de história, que foi o horário durante muitos anos daquela casa, foi pura e simplesmente varrido, e, sabe por quê? Porque se uniu 7º, 8º e 9º, só em história, educação visual, físico-química, o resto continuava tudo igual, mas para história, 7º, 8º e 9º, chegavam na mesma turma os miúdos todos e na mesma turma os do 10º, 11º e 12º, de forma que existisse menos um horário e eu não estivesse lá e não pudesse concorrer, Sr. Deputado, esses eram os tempos do Partido Socialista no Corvo.

Quer outro exemplo, os processos disciplinares à minha mulher, como Presidente do Conselho Executivo, cinco inspeções num só ano, quer que eu lhe dê mais exemplos, posso ainda dar-lhe mais um exemplo, olhe para não dizer que falo apenas de exemplos que senti na pele, o médico do Corvo, denuncia, 2017, “fui exonerado por não pactuar com viagens à pala de doenças para irem a festas”, e, depois diz assim, o médico do Corvo fez uma série de queixas à ordem dos médicos e diz que teve como resposta do Secretário a exoneração, explica que “não posso permitir que alguém, neste caso, o Sr. Secretário, ainda por cima não é médico se permita violar o meu campo de atuação, algo que aconteceu por duas vezes e desafio o Secretário a desmentir”.

Deputado Berto Messias (PS): O Dr. Salgado?

O Orador: O médico acrescenta ainda, “passados dez dias de ter apresentado estas queixas, na Páscoa, pelo meio fui alvo de exoneração, num puro gesto de retaliação, o Sr. Secretário deu-me catorze dias para sair daqui, estou no Corvo onde não há voos todos os dias, isto é ilegal, isto é imoral”.

Bem, podia com certeza referenciar vários episódios deste tipo, o que lhe quero dizer é que, assim que assumi funções, enquanto partido que apoia o Governo Regional, eu em relação a si, Sr. Deputado, em relação a si, tive comportamento completamente diferente, tive um comportamento decente em relação a V. Exa.

E nenhum Deputado, nenhum membro do Partido Socialista pode alguma vez dizer que foi alvo de qualquer tipo de perseguição da minha parte e, portanto, é esta a diferença entre um período e outro.

Fiz muitas críticas políticas, com certeza, bati-me, e, V. Exa. sabe que até fiz uma greve de fome porque não existia um refeitório escolar, bati-me por um museu e fiz a doação de uma casa para que existisse um projeto museológico na ilha do Corvo, bati-me por muita coisa, bati-me para que existissem condições de trabalho para os Deputados, também na ilha do Corvo, que depois foi construída, graças ao papel importantíssimo da Sra. Deputada Ana Luís, enquanto Presidente da instituição e, portanto, Sr. Deputado em relação ao esforço político que fiz e bati-me muitas vezes, com erros, com certeza, excessos, mas nunca perseguindo absolutamente

ninguém e espero nunca o fazer, e, se o fizer alguma vez, então está na hora de sair daqui.

O que lhe quero dizer, Sr. Deputado, é que diz V. Exa. que é um discurso incendiário da minha parte, eu gostava, que o Sr. Deputado me dissesse e que conseguisse adjetivar, chamar piratas e corsários a governantes da República, se é um discurso menos incendiário ou mais incendiário daquilo que eu fiz, chamar de corsários e piratas governantes da República.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

O Orador: Finalmente, Sr. Deputado, que eu aqui expliquei e assumo, eu acredito, tenho a certeza que existe uns Açores que estão a ser sancionados, um Governo dos Açores que está a ser sancionado por razões exclusivamente políticas, não tenho nenhuma dúvida, em relação aos atrasos, não são distrações, é porque os Srs. querem fazer isso, é porque os Srs. querem alterar o poder político na Região Autónoma dos Açores, e, porque lhes convém que, entretanto, os Açores para fazer coisas que competem à República, gaste do seu Orçamento, e, obviamente, não fazendo noutras áreas que é preciso acudir. Há sempre muita coisa para fazer, mas a vossa estratégia não tenho nenhuma dúvida, é asfixiar o Governo dos Açores e dar-lhe o menor apoio possível, e, não é só uma estratégia de lá, é uma estratégia de cá pedida por cá e não tenho nenhuma dúvida ou se aliada por cá é essa a vossa estratégia e vim ali denunciar essa

situação, não utilizei eufemismos nem utilizei alegorias, tenho a certeza absoluta daquilo que estou a dizer e tenho a certeza absoluta que é essa a estratégia política.

E os açorianos e os portugueses em geral ao longo de todos estes anos, destas décadas, já perceberam que isto não é um cenário irreal, que isto é o cenário concreto e é isto que é feito pelo Partido Socialista, porque quem que se mete com o Partido Socialista leva.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo.

Já aqui nesta Casa foi dito repetidas vezes, pela bancada da Iniciativa Liberal, que centralistas os há em todos os partidos, centralistas os há em todas as bancadas e até centralistas os há nesta própria Casa.

Digo sempre, em jeito de graça, que cada um de nós tem no seu seio um Marques Guedes.

Agora viemos todos a este debate falar de incumprimento da República perante a Região Autónoma dos Açores, como se fosse novidade, não é novidade.

A Iniciativa Liberal durante a campanha eleitoral de 2020, cansou-se de bater neste assunto, a Iniciativa Liberal na última campanha eleitoral para as legislativas nacionais, disse-o repetidas vezes nas nove ilhas dos Açores, disse-o repetidas vezes e com exemplos nas nove ilhas dos Açores, isto não mudará, senão, quando os açorianos perceberem que têm que passar a escolher Deputados de cor diferente dos dois partidos que têm escolhido até agora para os representar na Assembleia da República, isto eu posso garantir aos açorianos, este estado de coisas só muda quando na Assembleia da República estiverem sentados Deputados, mais do que aqueles que são do Partido Socialista e do Partido Social Democrata.

Aliás, já o digo há muito tempo, porque fui candidato numas legislativas nacionais e disse-o nessa altura.

E, aliás, também em abono da verdade, devo dizer que o Sr. Vice-Presidente do Governo também quando foi candidato pelo CDS à Assembleia da República e que obteve, diga-se em abono da verdade também, o melhor resultado que o CDS tinha tido até ao momento em eleições legislativas fez a sua campanha baseada nesta premissa.

Stuart Mill, um dos, senão, o maior pensador do liberalismo clássico, disse uma vez, que o poder deve ser delegado e que a responsabilidade deve ser mantida.

Ora o poder foi-nos delegado por via da Lei de Financiamento das Regiões Autónomas, mas a responsabilidade nem sempre foi mantida, e, muitas vezes foi negligenciada.

Se me permitirem uma analogia, a Lei de Financiamento das Regiões Autónomas é como aquele pai que agora está a preparar a ida de um filho para estudar fora da região e que lhe diz, meu filho, tens aqui essa mesada, isto é para o pão, é para os estudos, e há uma parte que é para o circo, e, obviamente que esse filho tem que ter um sentido de responsabilidade, de com aquela mesada pagar o pão, pagar os estudos e com o que sobra ir para os copos.

A Região tem tido dinheiro para o pão e para o circo e infelizmente, ainda gasta muito no circo e menos no pão.

E é este o sentido de responsabilidade que tem sido negligenciado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não apoiado!

O Orador: E é este o sentido de responsabilidade que se apela aos governantes dessa Região, do passado aqueles que cometeram erros, os do presente, aos Autarcas também e aos Deputados que aprovam documentos fundamentais para a governabilidade desta Região.

A solução para os sucessivos incumprimentos da República perante os Açores e os açorianos, não está, nem vai ser nunca ultrapassada com a simples reclamação, vai ser também ultrapassada com a nossa capacidade de fazer ver a República de que, com um pouco que temos, fazemos mais do que a República faz com o muito que tem.

E esta abordagem que faço, fora da chicana parlamentar, e, de algum excesso de palavreado que aqui já foi utilizado esta manhã, faço-o com um sentido de responsabilidade, faço-o com sentido de alertar os açorianos

que, de facto, não basta apontar o dedo a Lisboa, porque de Lisboa não vai vir nada que preste.

É preciso que nós aqui também afirmámos, também consigamos afirmar a nossa capacidade de gerir melhor os poucos recursos que temos, e isto não tem sido o que tem acontecido na Região nos últimos anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, sem mais delongas, a Região, teve entre mãos, no final de 2019, daqui a dias faz já 4 anos, um furacão, uma tempestade, podemos estar à beira de outra, nunca sabemos, e, já lá vão 4 anos e a maior parte, a grande maioria dos assuntos deste problema estão por resolver e alguns deles são fundamentais para algumas populações e falo, nomeadamente do Porto das Lajes das Flores.

E esta é uma questão que devia preocupar todos os açorianos, não os florentinos, não os corvinos, não os micalenses e os terceirenses, esta é uma questão que devia preocupar todos os açorianos, alguns até usam e abusam de uma linguagem na qual eu não me revejo, ah, são 40 milhões de euros para 6 mil pessoas, quando na Fajã de Baixo também há 6 mil pessoas ou em São Mateus da Calheta há 9.

Não! Não é por aí! Temos que todos ser solidários, com um povo que está a ser sacrificado há 4 anos à espera de uma solução, mas também é preciso dizê-lo a solução estava encontrada, a solução estava no caminho, a solução foi interrompida, havia prazos na tal Portaria que ali foi mencionada ainda esta manhã pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, esses prazos não foram cumpridos pela Região.

Essa incapacidade da Região, para não chamar outro nome, tem um rosto e esse rosto tem que ser responsabilizado, não basta continuar a apontar as culpas para o parceiro do lado, quando também temos culpas do nosso lado, ou como diz o nosso povo, “não se atiram pedras ao vizinho quando se tem telhados de vidro”.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu queria, relativamente àquilo que já foi o decurso deste debate, clarificar algo que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro deixou como as suas certezas absolutas, mas que de alguma forma escondem o seu incómodo perante aquilo que se tem vivido nos Açores no relacionamento com a República, desde a mudança de legislatura e do Governo na Região Autónoma dos Açores.

Não se trata, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, de nenhuma teoria da conspiração, como o Sr. disse, e, é fácil, naturalmente, dizê-lo porque tem sido a sucessão dos factos e dos Governos que o tem levado a isso, todos os Governos nós temos razão para queixa e reivindicação de incumprimentos para com a Região Autónoma dos Açores, isso é transversal a todos os governos do país.

Mas, de entre essa visão da relação da Região com a República, que V. Exa. caracteriza como normal neste período, há uma anormalidade que é

substancial e que é substantiva e que impede o Governo dos Açores e os Açores de prosseguir normalmente com o percurso que escolheram e que nós determinamos em votações neste Parlamento, porque o Governo da República está a fazer um garrote financeiro, não transferindo aquilo que se comprometeu com o Governo, que na altura era de V. Exa., Sr. Deputado Vasco Cordeiro e do Partido Socialista.

E, é isso que, juntando ao facto de Deputados e responsáveis políticos do Partido Socialista, em opinião publicada ou difundida e até dita neste Parlamento, insinuarem que o percurso que temos escolhido democraticamente através de voto neste Parlamento e de escolhas das maiorias que se vão formando ao longo desta legislatura, estarmos a contrariar e a causar embaraço político na República e que isso nós devíamos ter em conta, esta espécie de aviso que o Partido Socialista dos Açores tem feito...

Deputado Berto Messias (PS): Vinganças é no Corvo!

O Orador: ... a esta legislatura e aos partidos aqui representados e, sobretudo aos partidos da coligação que forma Governo e a este Parlamento, é esse espécie de aviso, de alerta que o Partido Socialista faz, que baixar os impostos nos Açores quando temos um Governo da República que não baixa impostos, se calhar, pode não ser muito confortável para a justificação política do Governo da República, que temos resolvido a vida dos professores nos Açores e o Governo da República, não tendo podido fazer igual que não é confortável politicamente para o Governo da República e têm sido esses avisos, essas

ameaças veladas, do Partido Socialista, que o facto de haver acordos de incidência parlamentar com a Iniciativa Liberal e com o CHEGA que não é confortável para a esquerda e para o Governo da República, e, que, por isso mesmo, que nós devíamos, como que ter isso em atenção no relacionamento com a República, isso tem sido dito pelo Partido Socialista dos Açores e pelos responsáveis do Partido Socialista.

E não é compreensível, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, relativamente às verbas do furacão “Lorenzo”, V. Exa. já o admitiu aqui noutra ocasião, como é que nós podemos não associar isso, sem ter que ver termos conspirativos, mas como uma vingança, o facto, de assim que o Sr. deixou de fazer parte do Governo, aquele que era um compromisso de transferência do adiantamento de 20 milhões de euros, não ter simplesmente sido feito para os Açores?

O Sr. já o assumiu nesta Casa que isso era errado, é preciso que reafirmemos aquilo que está a ser feito em termos do furacão “Lorenzo” que tem sido, não só um prejuízo enorme em termos da gestão das finanças públicas dos Açores, porque têm que estar a pagar algo que supostamente devia ser também suportado pela solidariedade da República e pelo compromisso do Governo da República, mas porque há uma espécie de ideia de vingança sobre o percurso de sucesso que este Governo tem tido nos Açores, em políticas que demonstram caminho alternativo às políticas socialistas de V. Exa. e do Partido Socialista que, de facto, pelos vossos avisos e ameaças, pela concretização dos factos e por aquilo que tem acontecido desde a TSU, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, quando o Governo

da República fez com a TSU forma de excluir os açorianos de um orçamento que é nacional, que é da segurança social, o Sr. também devia notar isso como uma forma de relacionamento com a Região que vai para além da desconformidade ou do entendimento de uma via mais centralista, porque o compromisso estava assumido e desde logo no “Lorenzo”, nós estamos a fazer um esforço que não é aceitável e que este Parlamento e desde logo V. Exa., tem que ter uma posição firme de afirmação de que o Governo da República já o disse aqui há uns meses atrás, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, em jeito de alerta para o Partido Socialista, que não ficasse a ideia de que o Governo da República suspendeu aquilo que era as suas obrigações de solidariedade nacional relativamente aos danos provocados pelo furacão “Lorenzo” e deixar de transmitir essas verbas como vingança por mudança de Governo nos Açores.

Desde o início desta legislatura que alertamos para que isso não seja um facto que leve a que nos divida mais quando o que nós temos é de conversar para o bem dos açorianos e entre essas todas reivindicações que ao longo dos anos nós fomos fazendo, nós todos, desde o estabelecimento prisional de Ponta Delgada aos cabos submarinos, aos radares meteorológicos, ao aeroporto da Horta, às obrigações de serviço público, ao furacão “Lorenzo”, mais recentemente, às infraestruturas da justiça, às forças de segurança nos Açores, à fiscalização da nossa zona marítima, a tantas e tantas falhas, aquilo que nós temos de facto sido unânimes em assumir como deveres do Governo da República nunca pode o Partido Socialista, que tem sido o maior contribuinte para que haja esta relação de

desconfiança entre os Açores e a República neste momento, vir dizer que essa má relação ou esse mau relacionamento se deve ao facto de haver uma maioria diferente neste Parlamento, que não é de acordo com aquelas que são as políticas que eram seguidas pelo Partido Socialista e que isso leva a desconforto político na República e a atuação diferente do Governo da República, porque é aí que está o verdadeiro problema do relacionamento da República com a Região, é quando o Partido Socialista dos Açores acha que nós devemos ter um comportamento diferente para que a República não tenha motivos de sentir rancor das políticas que o Governo dos Açores segue, ou que este Parlamento maioritariamente aprova, e, é por isso, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que desde logo, relativamente ao furacão “Lorenzo” e a outras, às OSP e outras medidas que foram apresentadas como reivindicações justas, o Partido Socialista tem obrigação de também contribuir fortemente, não apenas dizer que está disposta disposto a ir à luta, mas contribuir fortemente com propositura e até com outras formas de se mostrar ao lado dos Açores, ao lado deste Parlamento, ao lado do Governo dos Açores e dos açorianos, a defender aquilo que é justo e que são reivindicações que nós temos que lutar para que elas sejam definitivamente cumpridas, muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

(O Deputado Paulo Gomes substituiu o Deputado Marco Costa na Mesa)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Começava a minha intervenção por se calhar fazer uma correção histórica à intervenção do Sr. Deputado do Partido Socialista quando daquela tribuna elencou a quantidade de situações que o Partido Socialista, passo a expressão foi salvando a Região ao longo dos anos, permita-me a correção, se é que ela está certa, Sr. Deputado, mas eu acho que se esqueceu de uma, quando o Governo da República, no final do século passado, colocou a dívida da Região a zero, eu acho que o Sr..

Deputado José San-Bento (*PS*): Quadro de Finanças Regionais!

O Orador: ...foi no Quadro das Finanças Regionais, muito obrigado.

Que foi um momento importante para a Região, porque nessa altura pude a Região começar a respirar de novo num período que vinha de uma asfixia económica muito acentuada.

Comentando esse debate de urgência eu, atrevia-me a dizer que ele está cumprindo os seus intentos, eu não sei se a mensagem vai chegar à República, mas eu acho que a mensagem ficou aqui dentro da sala.

O que se viu no debate de urgência promovido pelo PPM, é que o autor do debate ou da proposta do debate, está a mostrar aqui na sala a utilidade do PPM na defesa dessa solução governativa.

Numa altura em que dentro do maior partido que compõe a coligação, se põe em causa a utilidade ou não das outras duas forças partidárias para o próximo ato eleitoral, eis que surge aqui um debate de urgência a mostrar a utilidade do PPM, a defesa da Bancada Parlamentar do Governo, eu acho que nesse objetivo, acho que foi conseguido, portanto, percebeu-se aqui o entusiasmo, a vontade de confronto do Deputado do PPM quanto ao resto, a mensagem chegar à República ou não, eu tenho as minhas dúvidas, mas também tenho as minhas dúvidas, porque temos que todos fazer as nossas “Mea Culpa”, e, já várias vezes falei desse assunto aqui nesta sala.

Então quando temos um Orçamento inicial das obras do furacão “Lorenzo”, que era mais do que aquilo que depois veio-se a contabilizar, quando temos até nas despesas realizadas e no trabalho que realizamos no decurso do trabalho de grupo do furacão “Lorenzo” em que há despesas lá com maquinaria que eu, sinceramente, tenho dúvidas de que foram máquinas estragadas por aquela intempérie, como tenho dúvidas também de que o molhe de proteção do Porto das Lajes das Flores tenha sido destruído só e apenas por ação do furacão “Lorenzo”, mas também pela falta de manutenção que foi acontecendo ao longo dos anos, também por aí temos a nossa “Mea Culpa”, porque de Lisboa não dá para ver o Porto das Lajes das Flores, mas para quem vive nas Lajes das Flores e para quem governa os Açores, obviamente que percebia o que é que se estava a passar e que um dia, cedo ou tarde a casa cairia.

Mas também temos culpa relativamente à República de um subsídio social de mobilidade, aquele subsídio social de mobilidade, que nos permite a nós

pagarmos apenas 134 euros, enquanto na Madeira não chega a 100 euros e, é bom que se perceba isso, mas aqui uns portugueses menos portugueses do que os da Madeira penso.

Mas dizia, eu o subsídio social de mobilidade, quando continuamos repetidas vezes a faturar à República, passagens de deslocação de Açores/Lisboa ou Açores/Porto, que são faturadas às vezes a mais de 800 euros, Lisboa também seguramente não se sente bem com isso, sentem-se enganados, têm razões para tal, e, muitas vezes, quando se sentem-se enganados, depois acontece essas coisas, não aceitam bem as nossas “ai que estamos com dificuldades”, porque também já aconteceu com a cadeia de Ponta Delgada, porque é que se gasta 3 milhões a tirar um pico, para fazer o pico em outro lado?

E a República vai vendo essas coisas, como também, e, é assim, sem tabus temos que falar da Universidade dos Açores, que tem dificuldades de financiamento, é certo, todos nós que reconhecemos, mas também é preciso perceber o que é que nos trouxe até aqui, é porque ninguém gosta de falar nisso para não incomodar ninguém, mas eu não tenho esses problemas, eu acho que a Universidade dos Açores nos últimos anos perdeu o espaço que tinha, foi perdendo, acomodou-se, e, hoje, boa parte dos filhos dessa Terra não estuda na Universidade dos Açores, é preciso perceber esse problema, o que é que está a acontecer? Alguns dirão, por vaidade querem ir para o continente, eu não sei se é por vaidade, manter um filho no continente a estudar não é coisa barata, vaidades, temos tido cá nos Açores, enquanto queremos que a República resolva todos os nossos problemas ao longo

desses brilhantes anos de autonomia fomos criando escolas megalómanas, fomos criando museus, estradas e estradinhas e estradões, e, fomos deixando o resto para que a República resolvesse, que era sua obrigação.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já terminarei, Sr. Presidente. E em função disso, façamos um exame de consciência, realmente a República tem culpa das dificuldades que vivemos na Região, ou nós também somos parte ativa nessas dificuldades? Deixo essa questão. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional, faça favor, Sr. Presidente.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais.

Esta minha intervenção visa, na verdade dar enquadramento, e, reação pela parte do Governo e a minha própria, quanto às intervenções do Sr. Deputado Vasco Cordeiro e António Lima.

E, gostaria de, para ser claro que, sim, é verdade, eu atiro-me aos braços, mas aos braços dos açorianos e dos Açores em defesa do seu interesse.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e
Membros do Governo)*

Deputado Berto Messias (PS): Veja lá os braços em que cai!

O Orador: É nestes braços que eu acredito e é com eles que me comprometo a ajudar a resolver os problemas de um legado difícil, e, a virtude das ambições que os açorianos têm para o seu futuro.

Também queria deixar outro sinal, não é a tentativa, que, muitas vezes sei, dizer-se a quem em desespero quer esconder os sucessos alheios de que há incompetências do Governo dos Açores que estão a ser disfarçadas pela criação do inimigo externo do Governo da República.

Deputado José San Bento (PS): Claríssimo!

O Orador: Não é assim, o que incomoda o Sr. Deputado Vasco Cordeiro são os sucessos deste Governo que contrastam com o seu legado em tantas áreas que em tão pouco resolvemos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e
Membros do Governo)*

O Orador: É que, muitas vezes indagando os açorianos e muitos deles quando me confrontam e dizem, então o Sr. Presidente do Governo fala da Tarifa Açores fala da diminuição dos impostos, fala na creche gratuita, fala no idoso em casa, fala no fim do rateio dos apoios aos agricultores e o Partido Socialista incomoda-se que é sempre a mesma coisa, mas lembrem-se da visão reformista e de competência que resolveu esta ambição dos açorianos e olham...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... para os últimos 8 anos e na verdade, têm mais a memória, tem-me dito de, nestes últimos 8 anos, o que é que eu imagino que terá sido feito? Bom, um cachalote voador...

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e
Membros do Governo)*

O Orador: Heis, a diferença entre aquela identificação das competências e dos sucessos que esta perceção de factos, que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro gosta daqui com “soundbite” dizer que queremos disfarçar as nossas incompetências, não, nós estamos é a evidenciar os incumprimentos objetivos que penalizam o desenvolvimento dos Açores, e, tenho dito, não com chicana parlamentar ou política, mas com urbanidade, aliás, na relação cordial, sim com o Primeiro-Ministro...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e que não faz esconder a crítica e a reivindicação ao Governo da República.

Fica por hoje bem claro esta matéria, e, sim, é verdade, Sr. Deputado, eu procuro e tenho dado provas disso na vida a ser equilibrado, ponderado...

Deputado Carlos Silva (PS): Agora não está a ser!

O Orador: ...justo nas minhas perceções dos factos e dos relacionamentos interpessoais na política, fora da política, nas instituições e na democracia portuguesa, por isso sei bem quando se está no Governo, nós enaltecemos os adquiridos e as conquistas da nossa governação, quando se está na

oposição ou mesmo na sociedade do diálogo e da concertação, olhámos mais o valor das expectativas e o aquém dos resultados em relação às nossas expectativas e daí algum protesto, é verdade, mas o que eu quero sinalizar, quando propomos uma reflexão sobre o papel do Governo da República no desenvolvimento de Portugal inteiro, tem a ver com a reputação das instituições no cumprimento dos seus compromissos e, por isso, uma reflexão reputacional das instituições e dos compromissos do Governo da República para com o país, para com os açorianos, para com os Açores.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

O Orador: Sim, Sr. Deputado, eu amarro-me às causas, mas dou asas à nossa ambição...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... e a nossa capacidade de desenvolver através do diálogo, compromissos de concertação e temos feito também com a nossa sociedade civil, com os nossos parceiros sociais e isto parece que incomoda, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... porque este sucesso nunca foi alcançado pelos Governos anteriores na democracia autonómica dos Açores.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

O Orador: E na perceção de respostas a requerimentos para tentar desmentir afirmações do Presidente do Governo, sabe o que é que é? Afinal de contas, são desculpas para as culpas que o Governo da República tem sobre esta matéria, porque relativamente ao Porto de Ponta Delgada, já aqui o Sr. Secretário das Finanças bem esclareceu, e o que tem a ver foi com também a defesa, aliás dos operadores, bem como também da comunicação social ao investimento no quadro da Pol Nato, no Porto de Ponta Delgada, que está atrasado, mas, o que me importa aqui é exortar o Parlamento para que, em vez da pluralidade dos casos objetivos que na minha primeira intervenção eu fiz referência, possamos agora, aquele que é mais dramático, emergente e como aliás, foi dito aqui pelo Deputado Nuno Barata, relativamente à situação do Porto das Lajes das Flores, é que haja aqui uma posição comum, unânime da Assembleia, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...através da aprovação de uma Resolução, para que fique resolvido depressa e com justiça, o financiamento prometido por parte do Governo da República relativamente à recuperação dos prejuízos do furacão “Lorenzo” e, em particular, aquilo que já está pago no quadro da recuperação do Porto das Lajes das Flores.

Fico para assistir ao comportamento em votação de uma proposta que possa surgir...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: ... para tomar posição em nome da Assembleia Legislativa perante o Governo da República.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Deixar uma outra nota ao Sr. Deputado António Lima, quanto à sua primeira parte da intervenção, o papel da autonomia, nessa matéria, acompanho, sim, a autonomia é a capacidade de podermos assumir aqui as nossas medidas na dimensão das nossas ambições e resolver com mais eficiência os problemas de sempre do desenvolvimento dos Açores.

Mas isso, se é inquestionável, inquestionável é também que o Governo da República tem de ser um Governo do país e não apenas do continente, ...

Deputado Jaime Vieira (*PSD*): Muito bem!

O Orador: ... e creio que assim podemos estar acompanhados, até porque estamos do mesmo lado, se há agora um processo de revisão constitucional que visa aprofundar a autonomia, nós temos propostas, outros abstiveram-se de ter proposta e visão sobre esta matéria.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

Deputado Berto Messias (*PS*): Porque respeitam o Parlamento dos Açores!

O Orador: Quanto à sua abordagem na segunda parte, relativa à Lei das Finanças das Regiões Autónomas, e, devo clarificar, não se trata de uma lei de financiamento da autonomia, trata-se de uma lei, um regime, da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, não é apenas um exercício de financiamento, até porque a Constituição determina que é receita própria da Região, os seus impostos gerados e cobrados aqui na Região e, portanto, não se trata apenas de uma lei de financiamento, seja como for esse trabalho que estamos a desenvolver, tem também muito a ver com a recuperação do bom que a Lei original tinha, e, que fruto das suas revisões, vieram em regresso com constrangimentos às responsabilidades solidárias do Estado para com a Região e, designadamente, no quadro das transferências que a lei de Finanças das Regiões Autónomas admite.

Seja como for esse trabalho é um trabalho que está a ser desenvolvido pelo Governo, não exclui as iniciativas parlamentares de qualquer partido político. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e
Membros do Governo)*

(Neste momento, o Deputado Marco Costa reocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente. Tem agora a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves** (*PAN*): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Membros do Governo.

Não poderia estar mais de acordo relativamente, àquele que será o pedido do Grupo Parlamentar do PPM, não é o pedido neste caso, a queixa relativamente ao incumprimento do Governo da República perante a Região Autónoma dos Açores, não posso estar mais de acordo, aliás, não há um único partido que diga exatamente o contrário.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Uns mais que outros!

O Orador: Agora, a minha leitura política relativamente ao objetivo do Grupo Parlamentar do PPM e às intervenções tanto do líder parlamentar do PSD como do Deputado Rui Martins do CDS, vai completamente de um lado oposto do Sr. Presidente do Governo que diz que acha que à partida não é quase uma desculpa relativamente àquilo que será a execução deste Governo.

Este objeto para mim, e, a minha leitura política e basta estar com atenção, estar com atenção aquilo que foi dito na tribuna pelo Grupo Parlamentar do PPM, que foi criado um monstro na República e só foi criado esse monstro quando houve uma alternativa diferente na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente em 2020, e, também até o próprio Líder Parlamentar do PSD parece que estava a pedir um bloco central e para o PSD, vamos fazer um Governo de bloco central entre o PS e o PSD, porque precisamos do Deputado Vasco Cordeiro, sem o Deputado Vasco Cordeiro não vamos conseguir fazer nada da República.

A minha leitura parece mesmo que temos um monstro criado no Governo da República, mas só a partir do ano 2020, os anos anteriores, nada aconteceu relativamente, entre o Governo da República, independentemente do partido e a Região Autónoma dos Açores, e, eu tenho receio, e, é o meu único receio, porque obviamente cada um usa os objetivos que quer usar, os pensamentos políticos e as suas intervenções para demonstrar, obviamente, uma retórica daquilo querem demonstrar para ter consequências, sejam elas positivas ou negativas, mas o meu receio é outro e estava em dúvida se iria falar ou não, o meu receio é não usar como desculpas e espero que o Governo, eu vejo isto como um timing perfeito por parte do Grupo Parlamentar do PPM, na rentrée política, última sessão legislativa desta legislatura e muito próxima em termos de espaço temporal, a janela temporal é muito próxima do Orçamento de Estado e do Orçamento Regional da Região Autónoma dos Açores, que isso não seja uma desculpa para justificar, neste caso, o trabalho menos bom do Governo Regional nos Açores, dando como desculpa o Governo da República, quando à partida nós sempre tivemos um problema grave com o Governo da República sobre a Região Autónoma dos Açores e também a Região Autónoma da Madeira.

E, eu vejo que essa retórica está a mudar neste rentrée, tanto nos bastidores, tanto na comunicação social como neste Parlamento, e, eu espero mesmo, que isso não seja uma desculpa e obviamente, daqui a dois meses iremos ver se essa desculpa será usada pelo Governo da Região e não vai assumir

a sua responsabilidade e vai dizer que isto é um problema do Governo da República apenas por causa do partido que é do PS.

E, apesar de eu sentir empatia pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão sobre a perseguição que houve na altura que o Governo do PS fez a si e à sua família, eu acho que você está a transpor e a transmutar essa emoção na altura para agora para fazer um monstro que não existe ou se existiu, ou se existe agora, sempre existiu e vai existir, relativamente à Região Autónoma dos Açores, isto não é sobre partidos políticos, isto é apenas a forma sobranceira que o Governo da República olha para as regiões autónomas, sempre foi, sempre será, às vezes há uma oscilação melhor ou pior, não vamos, não vamos, e, Sr. Presidente, a sua leitura política é diferente da minha, eu bebi dos discursos e das intervenções de forma completamente diferente, os chavões usados pelos três líderes parlamentares que fazem a coligação deste Governo foi muito simples, o problema do Governo da República, nós não conseguimos governar, a governança não é melhor por causa do Governo da República, não usem isso como desculpa,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não foi nada disso!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: ... porque de resto concordo em absoluto, há um incumprimento, mas sempre houve esse incumprimento, agora temos um grave problema em termos financeiros, bastante robusto, que é obviamente o Porto das Lajes das Flores, sem dúvida nenhuma, mas eu recordo-me na altura, e, obviamente não havia um Governo de maioria absoluta e esse é que é o problema, a sobranceira às vezes aumenta, sobre, obviamente, os

aquíferos da Praia da Vitória e dos problemas graves durante anos que nós queríamos fazer essa limpeza, está aqui o Sr. Vice-Presidente que me pode ajudar e o problema não foi do Governo do PS, o problema era de um Governo de direita...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Não, Não!

O Orador: ... na altura e que continuou com um Governo PS 2015 e que foi sempre puxado...

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): Não reescreva a história!

O Orador: ... até 2019, teve em vários Orçamentos de Estado, mas começou antes de 2015 e arranjou-se várias desculpas de vários partidos.

Isto o problema não tem a ver com os partidos, isto tem a ver como a forma como a República vê as regiões autónomas e não podemos é usar isso como desculpa, espero que não usem, obviamente, o futuro é que nos vai ver quem é que tem razão e espero que eu esteja totalmente errado para nós darmos desculpa da governança dos Açores e não darmos a desculpa que é o Governo da República, que é que deveria estar a fazer e que devia estar obviamente a fazer um bom trabalho, mas não é por causa disso que nós vamos deixar de governar como devemos e com a convicção e com coragem política, com coragem em termos de governança, para com o Governo da República, obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em primeiro lugar, naturalmente, agradecer a resposta do Sr. Presidente do Governo, mas também dizer-lhe o seguinte, o Sr. Presidente não se irrite, nem se amofine com aquilo que é o debate parlamentar normal, a democracia vive isso, aliás, eu tenho notado desde alguns tempos a esta parte, que o Sr. Presidente do Governo está particularmente ácido...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Não, não! Isso era no seu tempo!

O Orador: ... e agressivo, em relação à minha pessoa, mas eu estou a fazer o meu papel e, portanto, tenha calma, o povo decidirá.

Mas, o Sr. Presidente do Governo, dentro desse estilo, a que eu acabei de fazer referência, colocou uma questão que é no fundo de salientar, bom, este Governo está com muitas conquistas, não se percebe porque é que o Partido Socialista se queixa tanto, o Partido Socialista como partido em que os açorianos votaram mais nas últimas eleições devia era de estar calado e em êxtase, adorando aquilo que os Srs. consideram as conquistas.

Sr. Presidente, de forma muito clara, o que é que nos preocupa? Preocupa-nos, que por exemplo, depois de anos a baixar a taxa de risco de pobreza os últimos dados dizem que ela está a crescer.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Tenha pelo menos pudor!

O Orador: Preocupa-nos que depois de anos a baixar a taxa de privação material severa, ela esteja a crescer, segundo os últimos dados.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Não é verdade!

O Orador: Preocupa-nos que depois de anos a melhorar índices, por exemplo, no caso da igualdade...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Disse dois anos!

O Orador: ...ou de combate às desigualdades, os últimos dados digam que está a crescer.

Preocupa-nos que, por exemplo, em dois anos apenas, o Governo tenha endividado a Região em mais de 600 milhões de euros.

Deputado José San Bento (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estevão (PPM): Não é verdade!

O Orador: Preocupa-nos que, por exemplo, o défice que verificado, em 2021 e 2022, tenham batido todos os recordes. Preocupa-nos, por exemplo, que a taxa de abandono escolar precoce depois de anos a baixar, segundo os últimos dados, esteja a crescer.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Não é verdade!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É falso!

O Orador: Preocupa-nos, por exemplo, que tenhamos deixado...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sr. Deputado, agradeço que termine

O Orador: Já termino. Sr. Presidente. Preocupa-nos, por exemplo, que o projeto relativo à execução do Porto das Flores, o projeto, ainda não esteja concluído.

Preocupa-nos, que o Porto Espacial de Santa Maria, esteja parado depois de 3 anos.

Preocupa-nos, por exemplo, que o Terceira Tech Island, esteja moribundo depois de três anos.

Preocupa-nos, sobretudo, passar em algumas das principais cidades desta Região e ver a olhos vistos, passo o pleonasma, aquilo que é uma evidência, ...

Deputado José San Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... há maior exclusão, há mais gente na rua a pedir, há mais gente numa situação que necessita de apoio, e, esse apoio não lhes está a chegar, eu não estou a dizer que o Sr. Presidente do Governo não quer resolver esse assunto, não é isso que eu estou a dizer...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado

O Orador: ..., mas esta solução não está a resultar, não está a chegar a essas pessoas, e, isso preocupa-me.

Foi dito aqui pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, para concluir, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já devia ter concluído!

O Orador: ... que, o PS quer alterar o poder político nos Açores, e, qual é o problema? É natural!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é natural!

O Orador: Nós, como partido, que se candidata, que é um partido do Governo, um partido que venceu as eleições e um partido que tem um património político...

Presidente: Sr. Deputado tem de terminar, faz favor.

O Orador: ...já termino, Sr. Presidente, de resolução de problemas de melhoria de indicadores, que, estão a piorar neste Governo, obviamente que quer voltar ao Governo.

Mas sabe uma coisa, Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Partido Socialista há de voltar ao Governo, quando os açorianos votarem claramente neste sentido, que é mais do que aquilo que este Governo fez ou que pode dizer. Muito obrigado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço.

Eram 13 horas e 01 minuto.

Eram 15 horas e 04 minutos.

(Após o intervalo o Deputado Marco Costa foi substituído na Mesa pelo Deputado Carlos Freitas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos, com o Debate de Urgência, que ainda não tinha terminado, creio eu. A Mesa não tem mais inscrições nesta fase. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão para encerrar o debate.

(*) **Deputado Paulo Estevão (PPM)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O que considero que este debate clarificou muito as posições dos diversos partidos nesta Assembleia, e, foi muito útil nesse sentido, foi também muito útil no sentido de servir os Açores, mostrando mais uma vez um Parlamento reivindicativo, órgãos de governo próprio reivindicativos, órgãos de governo próprio que servem e defendem os interesses do povo dos Açores.

É evidente que existiram aqui algumas habilidades, por exemplo, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro teve a habilidade de enviar em primeira linha, o Deputado José San-Bento, para depois do discurso exaltado do Sr. Deputado José San-Bento, aparecer como um político moderado.

Também devo dizer que, com aquele discurso, evidentemente até o Aiatolá pareceria um moderado.

Mas a verdade, e, aquilo que ficou provado é que, em relação aos estragos do furacão “Lorenzo”, o Governo da República, não pagou e estava previsto que o pagasse desde Dezembro de 2020 e em 2021 também não pagou e em 2022 também não pagou, estamos em 2023 e ainda não pagou, alguns Deputados, como o PAN, disseram bom, isso é um atraso, um atraso como todos os outros, não, não é um atraso como todos os outros, isto não é por acaso, não é uma negligência, é porque a Região teve que absorver estas despesas, estes custos, fazendo um esforço próprio no âmbito do seu Orçamento, que foi retirado a investimentos que era necessário realizar em muitas áreas, isto é premeditado, é premeditado.

A mesma coisa em relação às obrigações de serviço público, porque é que não foram pagas? Qual é o problema? Porque é que estes 9 milhões de euros continuam por pagar? Ah, porque isto acontece, não, não acontece por acaso, acontece porque o Governo da República quer que aconteça e o Partido Socialista da Região Autónoma dos Açores também quer que aconteça para dificultar a vida ao Governo Regional dos Açores e por isso é que eu falo em sanções económicas motivadas pura e simplesmente por interesses políticos e partidários.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, depois fez uma intervenção, mas há aqui um ponto que ainda gostava de referenciar, que foi confirmado pelo Sr. Presidente do Governo que é em relação ao Programa do Governo da República, que estabelece o seguinte, que irá reunir com frequência o Conselho de Concertação com as autonomias regionais, isto está no Programa do Governo, reuniu em 2022? Não, não reuniu! Reuniu em 2023? Não, não reuniu! Isto é de quem quer dialogar? Isto é de quem quer colocar com frequência os Governos da Região Autónoma dos Açores a colaborar com o Governo da República? Qual é a frequência? Uma vez de dez em dez anos? Qual é a frequência da concertação? Isto é por acaso? Não, não é por acaso! É porque o Governo da República quer que seja assim.

Depois o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tendo sido derrotado nestes itens, tentou defender esta tese peregrina, que é bem, mas isto acontece porque os Srs. quiseram fazer este debate porque os resultados regionais são maus,

não, não são maus, eu vou dar aqui alguns dados na linha do que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro disse.

Vamos então à taxa e ao número de empregados da Região Autónoma dos Açores é mais baixo o número de empregados na Região Autónoma dos Açores? Não, é o maior de sempre na Região Autónoma dos Açores, é o maior de sempre.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e
Membros do Governo)*

O Orador: Eu termino já, Sr. Presidente, só deixar aqui mais 2 ou 3 dados. O INE divulgou no ano passado a redução da taxa de abandono escolar precoce nos Açores, de 27% para 23%, referente ao ano de 2021, é preciso ter em conta que há 5 anos que não se registava uma descida tão profunda destes valores na Região, é um dado que contradiz o que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro afirmou há pouco...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... a taxa de transição e conclusão e taxa de retenção e desistência, à exceção do ano da pandemia, em todos os educadores da educação, apresentamos hoje os melhores resultados da última década.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em relação à taxa de retenção e desistência no ensino básico e no ensino secundário, os números desceram ao longo da última década, e, só para vos dar um único valor, porque já tenho mesmo que terminar,

quanto à retenção do ensino secundário, por exemplo, registava 25,9% em 2018/19 e agora, em 2020/2021 é de 12,8%, que é uma redução muito substancial e muitos mais dados eu aqui teria para anunciar, mas quer na área da educação, quer na área também da saúde, mas só para vos deixar também um número económico que eu acho que é fundamental, o número de passageiros embarcados nos aeroportos dos Açores em 2022 foi de 1 milhão e 840 mil, o que representa um crescimento de 8,1% face a 2019, e, no período de janeiro a agosto em 2023 já desembarcaram 1 milhão, quase 1 milhão e meio de passageiros, significando um crescimento, vejam bem, de 19,3% face ao período homólogo de 2022.

Mesmo ontem tivemos aqui um debate em que este crescimento é um crescimento praticamente de 20% em relação...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ...ao período homólogo anterior.

Portanto, Sr. Presidente, tenho mesmo que terminar e deixar-lhe aqui estes números que contradizem em absoluto aquela imagem que o Partido Socialista tentou passar com números que de facto, não correspondem à realidade.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está assim encerrado o nosso debate de urgência. Avançamos para a agenda, para o ponto 5 - **Projeto de**

Decreto Legislativo Regional n.º 94/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2023/A, que aprova o modelo de educação inclusiva”, é uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

Para apresentar a iniciativa tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo, faça favor.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Decreto Legislativo Regional n.º 5/2023/A, de 17 de fevereiro, que aprova o modelo de educação inclusiva, preconiza o regime jurídico da educação inclusiva e pretende a criação das condições para a adequação do processo educativo, de todos e de cada um dos alunos, por forma a responder à diversidade das suas necessidades e potencialidades, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa.

Este diploma prevê a constituição de uma Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), em cada unidade orgânica, enquanto recurso organizacional de apoio à aprendizagem e à inclusão. Esta Equipa Multidisciplinar é constituída por uma comissão permanente e uma comissão alargada. Na primeira integram um elemento do conselho executivo, um docente especializado em educação especial, um docente representante de cada ciclo de ensino, um psicólogo e um representante dos pais e encarregados de educação. Ora, a inclusão de um representante dos

pais e encarregados de educação na comissão permanente da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva motiva várias questões que poderão conflitar com a plena implementação deste regime jurídico nos estabelecimentos de ensino, nomeadamente no que concerne à confidencialidade e proteção de dados dos alunos e encarregados de educação, na medida em que um representante terá acesso a informação sensível, como seja a relativa à situação clínica, pessoal e familiar dos alunos daquela unidade orgânica e respetivos agregados familiares.

O equilíbrio entre o sigilo exigido face às informações sensíveis dos alunos e respetivos agregados familiares da unidade orgânica e o direito à participação dos representantes dos pais e encarregados de educação nas reuniões da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva poderá gerar situações conflituantes, poderá tornar impeditivo o regular funcionamento das reuniões e das funções dessa equipa, assim como poderá criar constrangimentos à participação dos pais e encarregados de educação dos respetivos educandos.

Esta é uma preocupação que motivou a participação cívica, através da apresentação de uma petição junto da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para que diligenciasse no sentido de serem encetados os procedimentos conducentes à eliminação da alínea e) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2023/A, de 17 de fevereiro, que aprovou modelo de educação inclusiva, ou seja, que se retirasse a alínea que inclui a presença de “Um representante dos pais e encarregados de educação na comissão permanente”. Esta é uma posição

partilhada pelos próprios Encarregados de Educação que se pronunciaram na audição da Comissão de Assuntos Sociais por via dos seus representantes, entenda-se a Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação dos Açores.

Neste sentido, importa criar condições para assegurar a desejável participação e colaboração dos pais e encarregados de educação de cada unidade orgânica, salvaguardando que esta articulação e cooperação aconteça e se circunscreva ao processo individual do respetivo educando, mormente no que concerne às medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão previstas no modelo de educação inclusiva”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Foi com este propósito que a coligação apresentou esta primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional que aprova o modelo de educação inclusiva,

Reiterando, assim, a sua posição em relação a esta matéria (porque a mesma já tinha sido apresentada na discussão do diploma a 18 de janeiro, nesta assembleia) e respeitando, também, a vontade das escolas e dos próprios pais/encarregados de educação.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está apresentada a iniciativa, estão abertas as inscrições. Sra. Deputada Alexandra Manes tem a palavra, faça favor.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em janeiro deste ano foi aprovado nesta Casa o modelo de educação inclusiva, o DLR n.º 5/2023/A de 17 de fevereiro, adaptando à Região o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, na sua redação atual, que estabeleceu o regime jurídico da Educação Inclusiva em Portugal, permitindo também que nas escolas regionais se procedesse a diferentes adaptações no âmbito da educação inclusiva.

Este diploma define políticas educativas centradas no progresso individual de cada aluna e aluno, criando estratégias para que todas e todos os intervenientes, nomeadamente a escola, família, comunidade, trabalhem em articulação para o desenvolvimento, sucesso escolar e inclusão na sociedade, dando respostas às necessidades educativas, de todas e de cada uma das crianças e jovens ao longo do seu percurso escolar, sendo transversal a todo o sistema educativo, mas para a implementação destas políticas educativas é necessário assegurar os recursos adequados, disse-o aquando do debate da iniciativa e torno a dizê-lo agora.

E, o que é que nós encontramos neste início de novo ano letivo? Constatamos que os problemas do passado voltam a repetir-se.

Temos ouvido com frequência este Governo dizer que aposta na digitalização, quando, no entanto, e apesar de no ano passado já terem

existido constrangimentos em relação à disponibilização dos equipamentos digitais, este ano os constrangimentos voltam a ser os mesmos, quando estes já deveriam ter sido antecipados.

Por outro lado, pela entrevista recente da Sra. Secretária, fica-se com a ideia que após 3 anos de governação descobriu que existem baixas médicas no que às e aos assistentes operacionais diz respeito. E ainda vai mais longe, dizendo que os constrangimentos nos inícios dos anos escolares são resultado das baixas, ou seja, imputa-se a culpa dos constrangimentos nas escolas às baixas, ou seja, não é a falta de organização para a antecipação do novo ano letivo é porque as pessoas estão doentes.

Outra realidade é a falta de docentes, que bem sabemos é transversal ao cenário nacional. No entanto, parece que agora é que surgiu a ideia milagrosa dos incentivos para captar docentes, Sra. Secretária, existem incentivos já previstos e que simplesmente não são executados!

Mas, agora, a 1 ano de eleições, a fórmula milagrosa para captar docentes, exatamente para as ilhas mais periféricas parece que surgiu.

Mas, Sra. Secretária, no início da atual legislatura, disse-lhe que as necessidades dos docentes são muitas, por exemplo, uma que sucede todos os anos é a habitação, é porque nós não podemos dizer que não conseguimos captar docentes para as ilhas mais periféricas, mas depois não ter capacidade de resposta para que essas pessoas habitem lá, é porque neste momento existem horários vazios nas Flores, vou dar um pequeno exemplo, mas se alguém quiser concorrer para as Flores e for lá colocado tem um problema enorme, não tem onde dormir, não é a primeira vez que

eu falo neste assunto aqui, já é a terceira vez, falei a primeira vez por causa do problema que se deu até na ilha do Corvo, disseram que iam ter soluções, iam trabalhar para essas soluções, passados três anos continuamos com o mesmo problema.

Acresce a isso, o que ainda ontem de manhã se ouviu nas notícias.

Pais de crianças com necessidades especiais preocupados e sem saber como as vão deixar nas escolas, uma vez que os bolsiros ocupacionais que as acompanham ainda não foram colocados.

Ao que parece e pelas declarações da Sra. Secretária Regional da Educação, até que os bolsiros ocupacionais entrem em funções, as crianças com necessidades especiais vão ter acompanhamento de terapeutas, de docentes de educação especial e inclusivamente de assistentes operacionais.

Sra. Secretária onde vão as escolas buscar estes recursos humanos?! Porque eles não estão disponíveis, simplesmente não há! Portanto tem de nos explicar aqui como é que vão substituir exatamente os bolsiros para essas crianças com necessidades educativas especiais, ou, então, os outros alunos vão ser privados, acabam os outros alunos por serem privados, porque não há recursos humanos suficientes.

Gostaríamos de saber como vai ser feita esta gestão, depois de feito o alerta, e, voltando à questão central para a qual já estavam, tem que se fazer o enquadramento da situação regional no sistema educativo.

Não é só chegar aqui, apresentar propostas de alteração muito bonitas no papel, mas depois não havendo recursos humanos para implementar é a

mesma coisa que nada, e, que eu saiba, isto que está a ser legislado aqui é para ser executado...

Deputado Berto Messias (PS): No caso deste Governo não é bem assim!

A Oradora: Então é necessário fazer um pequeno enquadramento...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Claro!

A Oradora: ...da situação que acompanha o início do ano letivo, que continua a ser caótico nessa Região.

Continuando, na aprovação do modelo da escola inclusiva foi incluída a alteração proposta pelo PS relativa à integração de um representante dos pais e encarregados de educação na Comissão Permanente da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), a atual alínea e) do n.º 1 do artigo 18.º, que foi aprovada, e que contou com o nosso voto favorável. Saliento que os partidos que compõem a coligação, PSD, CDS e PPM votaram contra esta alteração.

Em março, deu entrada uma petição a pedir a eliminação desta alínea, como muito bem explicou a Sra. Deputada Délia Melo, a situação que despoletou nas escolas, alertando para questões ao nível da confidencialidade e da proteção de dados dos alunos e dos encarregados de educação, e esta é realmente uma questão que temos de ter em conta.

Portanto, concordamos que os pais e encarregados de educação estejam representados na EMAEI, mas salvaguardando-se o legítimo respeito pelo Regulamento Geral de Proteção de Dados e da Privacidade.

Estranhámos que tenham sido os próprios partidos da coligação a entregar a iniciativa que agora aqui debatemos, uma vez que tinham votado contra

a integração de um representante dos pais e encarregados de educação na EMAEI, ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Mas quais os argumentos que votámos contra?

A Oradora: ... e embora concordemos com a proposta de alteração que aqui nos trazem, consideramos que há outros aspetos que devem ser salvaguardados.

Assim sendo, o Bloco de Esquerda apresentou propostas de alteração a esta iniciativa.

Primeiro, porque consideramos, e tal como sugeriu o Presidente da Assembleia Geral da Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação em sede de comissão, que é importante que o pai ou encarregado de educação que integre a EMAEI se possa fazer acompanhar por alguém que considere uma mais-valia na discussão do relatório técnico-pedagógico e/ou do programa educativo individual do seu filho ou educando.

E com isto, ao contrário do que disse a Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais, quando referiu em comissão que esta questão estava salvaguardada no n.º 3 do artigo 18.º, lamento Sra. Secretária, mas não é bem isso que diz o artigo.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Está a fazer confusão!

A Oradora: Além disso também consideramos que é importante que em assuntos que não digam respeito a alunos ou alunas em particular, também

esteja integrado na Comissão Permanente um representante dos pais e encarregados de educação.

Aqui, o que nos importa também salientar, é que nós podemos todos os dias dizer que há uma baixa natalidade nos Açores e, pelo menos, não assegurar as condições mínimas para um ano letivo arrancar, e, também não podemos todos os dias dizer que a comunidade escolar tem que estar aberta aos pais, às mães, às famílias e vetarmos a presença de pais ou de representante de pais numa Comissão tão importante como se quer que essa seja.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. A Mesa aguarda mais inscrições. Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Esse Projeto de Resolução, que, no fundo, foi a primeira alteração, a um Projeto de Decreto Legislativo Regional que foi aprovado ainda este ano, é uma matéria que faz sentido, o trabalho que foi feito em Comissão no seguimento da petição que surgiu veio trazer uma realidade que era de acautelar, e, em função desse trabalho que foi feito em Comissão em função dessa petição, e, da iniciativa que entretanto deu entrada por parte da coligação, mas também das propostas de alteração, eu sou do entender que a proposta mais adequada, que confere o devido valor aos pais, aos encarregados de educação e aos representantes dos pais é a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Em função disso, expresso aqui já o meu sentido de voto, porque entendo que é esta a proposta que melhor assegura o direito daqueles que anos a fio, com gosto, é certo, mas anos a fio asseguram a alimentação, a integridade, a educação dos seus filhos.

E, no ensino não pode ser diferente, os pais têm que participar, têm que participar por direito e não por favor.

E por esta forma, entanto, que a proposta do Bloco de Esquerda é mais adequada. Muito obrigado.

Presidente: Muito Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Rodolfo Franca, faça favor.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Gostaria de começar por dizer que não há educação sem pais e encarregados de educação, não há ensino, não há escola, não há aprendizagem sem que os pais e encarregados de educação, se envolvam nos trabalhos escolares a montante, quero com isto dizer que na perspetiva do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é importantíssimo que os pais e encarregados de educação participem nos órgãos de gestão da escola, participem em todos os órgãos de gestão da escola, porque do nosso ponto de vista é fundamental que os pais e encarregados de educação sejam entendidos como um pilar do Plano Estratégico da Educação para a nossa Região Autónoma dos Açores.

Plano Estratégico para a Educação da Região Autónoma dos Açores que não existe, moribundo que está o ProSucesso...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Só falta enterrar!

O Orador: ...prometido que está um plano para a década, entramos na última sessão legislativa, no último ano da legislatura deste Governo, e, não há um Plano Estratégico para a Educação.

E, portanto, do nosso ponto de vista, o Plano Estratégico será a base, será o projeto da casa e não, como se faz fazer a casa pelo telhado sem qualquer projeto. E desse plano estratégico, nós entendemos que os pais e encarregados de educação são um dos pilares fundamentais, que fazem com que efetivamente, Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não disse nada!

O Orador: ... efetivamente, os indicadores que convergiam...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Triplo da média nacional!

O Orador: ... com a média nacional até ao ano 2020 efetivamente começaram a divergir.

E, por uma vez mais recentrando-nos no diploma, entendemos que as famílias são uma componente essencial para que esses indicadores que agora divergem e antes convergiam, são uma componente essencial, dizia, fazendo parte da vida escolar.

Mas, seriamente sem haver aqui qualquer espécie de problema que V. Exas. parecem ter...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nós é que temos um problema!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é boa!

O Orador: ...em que estejam os encarregados de educação, representados por um seu representante designado, pela Associação de Pais,

eventualmente, numa primeira ordem de regulamentação, sejam respeitados pelo aquilo que têm a dizer e que a montante auxiliem nos destinos das escolas e auxiliem no destino daquilo que o Plano Estratégico da Região deve ter.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Grande confusão! Não sabe o que está a dizer!

O Orador: Importa, porque, há deputados muito confusos, sublinhar, importa que haja um Plano Estratégico que mais não seja no último ano da legislatura e que esse Plano Estratégico, tenha como pilar os encarregados de educação, os pais e encarregados de educação, a fazer parte da vida da escola e, ...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Ataque à defesa! Não estou a perceber!

O Orador: ..., portanto, a Comissão Permanente da EMAEI deve também ela ter um representante dos pais e encarregados de educação a fazer parte dos seus trabalhos.

Para além disto e porque os órgãos de gestão das escolas, através de uma petição, manifestaram aqui algum desconforto, eventualmente por quebra de confidencialidade por lá estar um representante dos pais e encarregados de educação, aquilo que nós propusemos agora numa nova proposta de alteração ao diploma, é que sempre que assuntos do domínio particular sejam objeto de tratamento no âmbito desta Comissão Permanente, o representante dos pais e encarregados de educação nesse específico momento, nesse específico assunto, dê lugar ao encarregado de educação

do aluno visado e, portanto, é esta a nossa proposta, defendendo intransigentemente a importância das famílias nas escolas. Obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo.

O enquadramento que nos levou a apresentar esta iniciativa já foi transmitido pela colega Délia Melo na apresentação da iniciativa e por isso não o vou fazer, e, recentrar naquilo que já foi dito no âmbito da discussão desta iniciativa.

E, há algo que, quer o Bloco de Esquerda deu a entender, quer agora o Sr. Deputado Rodolfo Franca, que quer passar a ideia de que os partidos da coligação não queriam os pais a participar no processo dos alunos e queriam afastar os pais ou encarregados de educação das escolas, e, não é nada disso!

E, portanto, eu acho que é necessário neste ponto do debate esclarecer essa questão, em janeiro, quando discutimos este diploma no seu art.º 5.º, que refere a participação dos pais ou encarregados de educação e no ponto 2., na alínea a), temos “participar nas reuniões de equipa multidisciplinar

permanente nas matérias concertantes aos respetivos educandos”, e, nesta perspetiva, esta foi sempre a nossa perspetiva do que é que deveria acontecer na Comissão Permanente, em que efetivamente os pais e encarregados de educação deveriam ter um papel ativo na Comissão Permanente naquilo que era a estratégia para o seu educando, porque agora, como antes, sempre defendemos que os pais e encarregados de educação devem participar na vida escolar dos seus educandos, porque as próprias medidas, estratégias que os professores, que os técnicos vão implementar terão sucesso se os pais também estiverem envolvidos.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

A Oradora: E, foi nesse sentido a nossa posição de, sermos sim contra, aquela que foi a proposta do Partido Socialista, na altura de ter um representante dos pais e encarregados de educação na Comissão Permanente, e, foi isso que nos divergiu,

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... porque uma coisa entendíamos que era ter o pai ou o encarregado de educação daquele aluno onde era discutido, era apresentada matéria do foro individual daquele aluno, informação clínica, familiar e, portanto, entendíamos que deveria ser o pai ou encarregado de educação a estar presente e não um encarregado de educação, que é nomeado pela

Associação de Pais a representar os encarregados de educação a participar nesse processo, e, foi isso que nos divergiu.

E, não podem querer passar agora a mensagem de que os partidos da coligação o que queriam era afastar os pais da escola e queríamos por os pais longe da escola, porque isso não é verdade.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e

Membros do Governo)

A Oradora: E depois da iniciativa aprovada e essa proposta legitimamente do Partido Socialista ser aprovada nesta Casa com os nossos votos contra, surgiu efetivamente a petição a manifestar a discordância desta situação, nessa petição a própria Federação de Pais disse exatamente isso que defendia que deveria estar o pai ou encarregado de educação presente, e, foi nesse sentido que surge esta nossa iniciativa e, portanto, neste ponto do debate o que queria refutar foi aquelas afirmações que os partidos da oposição afirmaram como se os partidos da coligação não quisessem os pais e encarregados de educação a participar no processo, e, isso não é verdade, e, esta proposta surge exatamente nesse sentido, porque sempre defendemos agora, como em janeiro, que quem tem que participar na Comissão Permanente e acompanhar o trabalho do processo individual do aluno é o pai ou encarregado de educação que, sem dúvida que será a pessoa que, é uma peça fundamental, as famílias, encarregados de

educação, para os resultados positivos e para se alcançar aquilo que se pretende quando se cria um plano individual do aluno, uma estratégia para um aluno, os pais são uma peça fundamental.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada, Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos então ler aqui, o que o Sr. Deputado Rodolfo Franca, disse que era um leve, um pequenino, muito pequenino, desconforto.

A petição pode ser mais descritiva em relação a este leve, pequenino, quase inexistente desconforto, por parte dos presidentes dos conselhos executivos e dos encarregados de educação, a petição diz em relação a este pequenino, quase inexistente, que nem sequer se vê desconforto, e, o que é dito, diz o seguinte, em relação à inclusão do representante dos pais e encarregados de educação na Comissão Permanente da Equipa Multidisciplinar e diz o seguinte, “considerando que, no ambiente do processo de implementação deste regime jurídico nos estabelecimentos de ensino colocam-se questões a nível da confidencialidade e da proteção de dados dos alunos, colocam-se questões a nível da proteção de dados dos alunos e de encarregados de educação, uma vez que esse representante terá acesso a dados respeitantes

à situação clínica, pessoal e familiar dos alunos e dos seus agregados familiares”.

Este pequeno, quase inexistente desconforto, continua assim, “considerando que se antevê conflitos entre o sigilo exigido para as informações constantes no parágrafo anterior e o direito de participação dos pais e encarregados de educação nas reuniões da Comissão Permanente e na Comissão alargada, considerando que a participação dos pais e encarregados de educação poderá tornar impeditivo o regular funcionamento das reuniões desta equipa e colocar constrangimentos e inibições aos encarregados de educação nele presentes” e prossegue, como está a acontecer, é evidente que o Sr. Deputado Rodolfo Franca, o que devia ter vindo aqui fazer é dizer, sim, errei, fui alertado por diversos partidos nesta Região, por diversos Grupos Parlamentares, fui alertado por diversos especialistas em relação à asneira que era colocar a alteração que sugeri e, portanto, eu aqui estou e peço desculpa pelo erro cometido e pelos constrangimentos que coloquei às nossas escolas.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

O Orador: E deixar-se de arrogâncias, deixar-se de arrogâncias, nem sempre temos razão e muitas vezes todos temos falhas, e, V. Exa. tem uma e por favor, Sr. Deputado, assumas as suas responsabilidades, Sr. Deputado, porque é isso que se espera de um representante do povo açoriano.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca, faça favor.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, sou um homem cheio de falhas, assumo-as quando deteto que realmente não estive bem, mas não é o caso, e, vou explicar porque é que não é o caso, nós mantemos na nossa proposta o representante dos pais e encarregados de educação na Comissão Permanente da EMAEI, e, portanto, não há aqui nenhuma assunção de erro, não sei se compreenderam!?

E porque é que nós mantemos? Nós mantemos porque há competências da EMAEI muito para além daquelas que V. Exas. julgam que lá está, ou seja, há competências do âmbito geral...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ... e nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, entendemos que um representante de pais deve estar sentado na Comissão Permanente para também ter uma palavra a respeito dessas competências de âmbito geral...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ... e, portanto, não há aqui qualquer confusão nem qualquer espécie de engano.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não há, não!

O Orador: O que não há, eu julgo que se quiserem eu explico novamente, não há, segundo V. Exas., o representante nunca lá estaria, só lá estaria o encarregado de educação do aluno, quando determinado assunto particular fosse debatido, o que significa que todos os assuntos de âmbito geral não teriam a participação dos encarregados de educação a montante...

Deputada Délia Melo (PSD): É mentira!

O Orador: ... nunca teriam, nunca teriam.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: E, portanto, Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, é a prova concreta como a coligação não quer, não quer...

Deputada Ana Luís (PS): Exatamente!

Deputada Délia Melo (PSD): Isso é mentira!

O Orador: ... os encarregados de educação a participar nos órgãos de gestão da escola, é esta a verdade e não outra, porque se quisessem compreenderiam que a nossa proposta, esta nossa proposta, ouvindo, sendo sensível àquilo que os órgãos de gestão das escolas disseram, não é as escolas não disseram, foram os órgãos de gestão das escolas numa petição, atenção que é diferente, mas ainda assim fomos sensíveis e reformulámos a nossa proposta, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ... mantendo o representante para os assuntos de âmbito geral e todos os assuntos de âmbito particular ter...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Peça desculpas!

O Orador: ... nesse momento desse trabalho o encarregado de educação de determinado aluno.

Portanto, não há aqui qualquer espécie de confusão, nem qualquer espécie de erro e explicaremos quantas vezes forem necessárias, se assim entender e precisarem. Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Délia Melo, faça favor.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Ora, bem, vou começar também aqui por uma nota preambular, perdoada que está a Sra. Deputada Alexandra Manes, por não se ter lembrado do meu nome, dizer-lhe que, de facto começou por falar em vários problemas que existem hoje no sistema educativo regional, e, porque é que existem? Sra. Deputada, não há nenhuma varinha mágica para resolver os problemas de um dia para outro, eu só vou fazer esse preâmbulo muito rápido, como também fez, porque quando este Governo tomou posse, nem um estudo

com a projeção das necessidades por grupo de recrutamento havia naquela Secretaria, na Secretaria de Educação.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e
Membros do Governo)*

A Oradora: Portanto, foi este Governo Regional ao tomar posse que fez as contas, percebeu quantos docentes é que se iriam formar, quantos docentes e quais eram os grupos mais carenciados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E mais, para além disso, não se ficou a lamentar nem a colocar as culpas para cima dos outros partidos ou governação anterior, porque criou as bolsas de mestrado via ensino, criou também incentivos para alunos de outras universidades poderem vir estagiar para a Região e fez a revisão do Estatuto da Carreira Docente, portanto, eu acho que isso diz muito do trabalho que tem sido desenvolvido por este Governo.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e
Membros do Governo)*

A Oradora: Recentrando aquele que é o tema deste debate, não posso deixar de desmentir aquilo que é dito reiteradamente pelo Sr. Deputado Rodolfo Franca, pelo Partido Socialista, que diz aqui reiteradamente que nós não queremos os pais a participarem nas escolas na vida ativa dos seus

educandos, ó Sr. Deputado, vamos lá ver, já foi explicado aqui por “a + b” deve haver aqui alguma dificuldade em compreender aquilo que é a mensagem, mas eu acho que é mesmo, eu julgo que é mesmo intencional para confundir as pessoas...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ou simplesmente uma forma de pensar diferente!

A Oradora: ..., mas eu devo lhe dizer, Sr. Deputado, quando afirma aqui que é uma questão de respeito para com os pais e encarregados de educação, eu diria precisamente o contrário, é um desrespeito, porque foram eles próprios, que impediram que não fossem os representantes, mas sim que fossem os pais encarregados de educação a terem assento e só estes, na análise dos processos dos seus filhos, eles propuseram na petição, portanto, o Sr. vem aqui contradizer aquilo que é uma vontade dos pais encarregados de educação.

Deputada Ana Luís (PS): A senhora é relatora! Sabem bem que não foi isso que eles disseram!

A Oradora: Mais, a vossa proposta, bem como a proposta do Bloco de Esquerda continua a padecer de um problema, é porque continuam a persistir aqui num erro, querem sempre um representante dos pais encarregados de educação e dizem que há competências...

Deputada Ana Luís (PS): E há!

A Oradora: ... mais vastas, há sim Sra., há Sra. Deputada e a resposta é que os pais ou representantes dos pais encarregados de educação já têm assento noutros órgãos, já estão no conselho pedagógico, já estão na

assembleia de escola, portanto, todos esses temas mais latos são já tratados...

Deputada Ana Luís (PS): Mas também são tratados nesta!

A Oradora: ... nesses temas, não vamos estar aqui a duplicar processos, nós temos de agilizar os processos, temos que ser práticos, ...

Deputada Ana Luís (PS): E um pai atrapalha nessa Comissão!

A Oradora: ... ali quem importa é a equipa especializada e o próprio pai, portanto, não venham aqui enganar as pessoas a dizer que nós não queremos a participação deles, nós queremos, nós queremos e defendemos a presença dos pais encarregados de educação...

Deputada Ana Luís (PS): É como nas comissões de proteção de crianças e jovens às quais já pertenci!

A Oradora: ... como forma de valorizar o aluno e as famílias, como forma de reforçar a confidencialidade dos dados, todo o processo, porque um representante de pais não está obrigado ao sigilo...

Deputada Ana Luís (PS): Esta por força da própria legislação deste diploma!

A Oradora: ... enquanto os outros elementos estão, é uma forma que nós mostramos que confiamos nos pais e encarregados de educação, porque impor a presença de um representante de pais encarregados de educação é atestar incompetência dos próprios pais que lá estão, e, isso não deve ser feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

A Oradora: Nós queremos garantir exequibilidade e eficácia da medida, porque as reuniões são periódicas, as reuniões têm lugar semanalmente e não pode um representante dos pais estar sempre na escola e então os seus afazeres, todas as semanas vai estar a faltar para marcar presença naquelas reuniões? Quando são os pais, a história é diferente, ...

Deputada Ana Luís (PS): Como e que são as comissões de proteção de crianças e jovens? Como e que funcionam?

A Oradora: ... é respeitar também o trabalho dos próprios profissionais que fazem parte da Comissão Permanente e, por fim, é respeitar aquela que é a vontade apresentada pelas próprias escolas e pelos próprios pais e encarregados de educação, coisa que os Srs. não estão a fazer.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor, está inscrito, peço desculpa.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não faz mal, Sr. Presidente, está sempre desculpado, naquele que é o meu histórico de relacionamento com os Presidentes desta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo.

Sr. Deputado Rodolfo Franca, então V. Exa. persiste no erro, aí, eu acho que estou certo, mudei aqui uma coisinha, mas nada de importante.

Bem, eu até vou aqui dizer o que o Sr. Deputado Rodolfo Franca defendeu na Comissão...

Deputado Rodolfo Franca (PS): Eu não defendo nada, eu ouço

O Orador: ...que é uma autêntica barbárie, mas vou ler, em réplica, o Deputado Rodolfo Franca perguntou...

Deputado Rodolfo Franca (PS): Perguntou!

O Orador: ..., em réplica ao peticionário, perguntou se a presença dos próprios pais e encarregados de educação, dos próprios, do aluno, que agora ele defende, que não se pode atacar a honorabilidade e proibir a presença dos próprios pais e encarregados de educação, que tem que ser valorizado, mas, no entanto, em Comissão vejam bem este preciosismo, porque perguntou se a presença dos próprios pais e encarregados de educação não poderia ser um entrave ao bom funcionamento da Comissão Permanente, visto que estes são estão emocionalmente envolvidos nas situações, fazendo com que nem sempre compreendam, os pais é que não compreendem, os encarregados de educação dos próprios filhos, estão emocionalmente envolvidos, fazendo com que não compreendam ou aceitem as propostas da restante equipa, não podem, estão emocionalmente envolvidos.

Eu pergunto, qual é o pai e encarregado de educação que vai a uma escola e não está emocionalmente envolvido?

Deputado Rodolfo Franca (PS): Isso é uma pergunta! Sabem o que é uma pergunta?

O Orador: É porque todos os que tiverem sentimentos não podem participar, só os robôs, porque esses emocionalmente não estarão envolvidos, os outros todos estão envolvidos.

E, depois diz o seguinte, para além disso, os representantes são eleitos pelos seus pares, pelo que a escolha irá recair em alguém a quem seja reconhecida competência para as funções que irá desempenhar, Sr. Deputado, eu lembro-lhe aqui que o Hitler foi eleito na Alemanha, Sr. Deputado, o Hitler foi eleito na Alemanha. E depois o peticionário lá lhe foi explicando que também não é bem assim em relação à eleição, porque o representante é indicado pela Associação de Pais e só no caso de não haver uma associação constituída é que o mesmo é eleito pelo Conselho Pedagógico.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas qual é a piada!

O Orador: Ó Sr. Deputado, qual é a piada? Eu estou a rir-me para não chorar.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Então chore!

O Orador: Então o Partido Socialista defende que os pais não podem participar onde os seus alunos estão envolvidos!?

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e
Membros do Governo)*

O Orador: Porque tem um envolvimento emocional, oh, Srs. Deputados, isto é só asneiras, é só asneiras, Sr. Deputado. A proposta do Partido Socialista em nenhum momento, e, a legislação aprovada, em nenhum momento anteriormente, em nenhum momento permitia que os pais fossem afastados no âmbito das discussões dos assuntos que envolvessem, por exemplo, a proteção de dados dos seus alunos, porquê? Para poderem ser afastados tem de existir alguma coisa na legislação, estava lá alguma coisa que dissesse, ah os pais são afastados no âmbito da proteção de dados quando estiverem a ser discutidos assuntos clínicos, estava lá alguma coisa? Nada! Não estava lá legislado nada, eu se fosse pai e encarregado de educação, estava presente na reunião e depois diziam-me, agora tem de sair, tenho que sair com base em quê? Leia lá o parágrafo que me obriga a sair, leia a alínea que me obriga a sair, mas o que V. Exa., o que defende e o que é trágico é que o Partido Socialista defenda que não podem participar no processo e tem muita desconfiança em relação à participação no processo dos pais e encarregados de educação dos próprios filhos, porque estão emocionalmente envolvidos.

Portanto, vejam as asneiras enormes, a confusão enorme do Partido Socialista nesta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto é, que é trágico e meus Srs., a tragédia desliza sempre para a comédia e, neste caso é uma tragédia muito próximo, eu diria até que o melhor não é chamar-lhe tragédia é mesmo chamar-lhe comédia, que é o que a vossa proposta apresenta.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Rodolfo Franca, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Sr. Deputado Paulo Estêvão é um artista na retórica.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Um artista?

O Orador: Mas olhe, na minha Terra podem-se fazer perguntas, sabe qual é a diferença entre afirmar e fazer uma pergunta? Com certeza que o Sr. Deputado sabe perfeitamente qual é a diferença entre afirmar e fazer uma pergunta, pois o Sr. Deputado, o que fez aqui, foi uma vez mais com a sua habilidade tentar transformar uma coisa noutra, pois aquilo que o Sr. Deputado aqui fez é completamente falso, é completamente falso, e, a prova de que é completamente falso é a evidência de que temos em cima da nossa mesa...

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: ... é a diferença entre a nossa proposta e a vossa...

Deputada Ana Luís (PS): Exatamente!

O Orador: ..., e, portanto, a diferença está à vista de todos, se dúvidas existissem, o que é que é verdadeiro e o que é que é falso.

O Partido Socialista, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que o representante, desde o primeiro dia, que o representante dos pais e encarregados de educação tenham assento, quando podem e quando não podem, Sra. Deputada Délia Melo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Exatamente!

O Orador: ..., tenham assento na Comissão Permanente da EMAEI, quando podem e quando não podem estar, têm assento!

E, portanto, nós Partido Socialista, propomos isto! A coligação não quer o representante dos pais na Comissão Permanente da EMAEI, ponto! É uma evidência e esta é a verdade.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Alexandra Manes tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Ora, há aqui neste debate, uma verdade que precisa ser reposta, em parte já foi pelo Sr. Deputado Rodolfo Franca.

Há aqui uma dúvida que fica, é que eu fico sem perceber se a coligação realmente, os partidos da coligação, estão com medo ou temem a presença dos pais ou temem os restantes membros que integram esta EMAEI, porque

se não houvesse aqui uma desconfiança muito grande, ou de um lado ou de outro, este problema não se colocava, é porque é assim, na verdade, se a proposta da coligação for aprovada, a verdade é que nós só vamos passar a ter a representação dos pais daquele aluno em particular quando lhe disser respeito e, na verdade, como bem disse o Sr. Deputado Rodolfo, na Comissão deixará de ter a presença quando se tratem de outros assuntos mais alargados.

É porque esta Comissão não foi criada só para aqueles casos em particular, há outras questões que no que à educação inclusiva diz respeito...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Mas era isso que estava? Não estava!

A Oradora: ... que também diz respeito à comunidade, e, quando se quer a comunidade também se deve querer os pais, portanto, o que aqui parece haver é, ou temem a presença dos pais ou temem os outros membros que integram a EMAEI, é porque das duas uma tem que ser, senão não havia tanta intolerância à presença dos pais nesta Comissão.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Muito bem!

A Oradora: Esta Comissão não trata só de alunos em particular é muito mais abrangente, e, é por ser mais abrangente, que é isto que o Bloco diz aqui na alínea f) da sua proposta, deve ter um representante dos pais nesta Comissão. Ainda não compreendi e provavelmente as pessoas que nos acompanham, ainda não compreenderam a razão pela qual estes partidos de direita não querem, porque é a verdade, a presença, a representação dos pais que são interessados nesta matéria nesta Comissão, e, só querem a representação dos pais quando diga respeito a um determinado assunto, a

um determinado aluno, que nem isso queriam, atenção que nem isso queriam, vamos lembrar que nem sequer os pais daqueles alunos, em casos particulares, nem sequer isso queriam, mas tiveram que se redimir a isso e passou a ter, pronto.

Deputada Délia Melo (PSD): Já estava previsto no diploma!

A Oradora: E agora o problema é, não sei se temem os pais ou se temem os restantes membros, mas alguma coisa aqui se passa, porque senão não havia tanta intransigência à representação dos pais numa Comissão destas que é importantíssima e que fala de educação inclusiva, e, quando se fala de educação inclusiva, fala-se de uma comunidade e quando se fala desta comunidade, não se fala só no seio escolar, num núcleo, fala-se de toda a comunidade educativa, e, Sras. e Srs. Deputados, os pais não só fazem como devem fazer parte desta comunidade educativa em tudo o que diga respeito àquela comunidade educativa, e, temos que ficar bem clarificados aqui...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... à intransigência dos partidos de direita, em relação à presença dos pais nesta Comissão, muito obrigada.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Presidente: Muito Obrigado, Sra. Deputada. O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este diploma. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo.

A minha pergunta inicial é o seguinte, este relatório da petição é credível ou não é credível? Foi votado favoravelmente pelo Partido Socialista ou não foi? Foi votado por unanimidade, então o que aqui está escrito foi aquilo que foi dito, ...

Deputado Rodolfo Franca (PS): Não! O que foi dito é mentira

Deputado Nuno Barata (IL): Devia ter lido o relatório da Comissão do deputado Rodolfo Franca!

O Orador: ... portanto, é um facto que é aquilo que foi dito, e, o que o Sr. Deputado Rodolfo Franca aqui diz, o Sr. Deputado o que diz é que a sua pergunta, que é uma informação, que é uma opinião, não haja dúvidas, o Sr. Deputado diz assim, mas nós podemos colocar todos os tipos de perguntas, imaginem que eu faço agora aqui uma pergunta, os Deputados que têm peso a mais porque são um mau exemplo para a saúde, devem ou não devem estar impedidos de se candidatar ao Parlamento dos Açores? Não me condenem, isto é uma pergunta, posso perguntar ou não posso perguntar?

Deputado Rodolfo Franca (PS): É um brincalhão!

O Orador: Posso ou não posso perguntar? O Sr. Deputado Rodolfo Franca diz, todas as perguntas são legítimas, eu sinto-me ofendido com essa pergunta, porque eu ficaria impedido de me candidatar.

E, portanto, a pergunta do Sr. Deputado é esta, que é uma pergunta, ele não pergunta por acaso, ele pergunta, por que acha que é isto, ele pergunta o seguinte, o Deputado Rodolfo Franca, perguntou se a presença dos próprios encarregados de educação não poderia ser um entrave ao bom

funcionamento da Comissão Permanente, ou seja, os pais dos alunos, visto que estes estão emocionalmente envolvidos nas situações, fazendo que nem sempre compreendam ou aceitem as propostas das restantes equipas. E, portanto, para quem vem aqui como o campeão da defesa dos encarregados de educação, ter feito uma pergunta destas que não é nenhuma pergunta é a opinião do Sr. Deputado é algo que nega em absoluto aquela que é a posição do Partido Socialista...

Deputada Ana Luís (PS): O senhor pode dizer o que quiser, mas foi uma pergunta!

O Orador: ... e, é por isso, meus Srs., e é por isso que a posição do Partido Socialista nesta matéria é um absurdo, é um absurdo e mais, meus Srs., é ou não verdade que tal como estava, e, que levou à reação dos conselhos executivos e também dos pais e encarregados de educação, também está aqui escrito, só o Sr. Rodolfo Franca é que pensa de forma diferente, os presidentes dos conselhos executivos...

Deputado Nuno Barata (IL): Devia ter lido o relatório da comissão. Foi só atrás do Sr. Deputado Rodolfo Franca! Devia ter lido o relatório todo!

O Orador: ...sim, só o Deputado Rodolfo Franca é que pensa desta forma e, não sei a opinião do Sr. Deputado Nuno Barata também, vamos lá ver o que é que o Sr. Deputado Nuno Barata pensa sobre esta matéria, mas a mim o que me interessa, ó Sr. Deputado, eu preocupo-me com o peixe graúdo, desculpe lá, portanto, eu preocupo-me com a posição do Partido Socialista nesta matéria.

E, por isso, Sr. Deputado, a questão é muito simples, tal como estava a legislação, um encarregado de educação que estivesse nesta Comissão, tinha acesso ou não tinha acesso, por exemplo, a uma doença, saberia a doença que o aluno tinha, a motivação, o problema psicológico qualquer, o que é que tinha acontecido, que ambiente em casa existia que pode ter proporcionado este tipo de situação, saberia, saberia tudo, o encarregado de educação teria conhecimento específico sobre isso tudo, é claro que esse encarregado de educação, de acordo com as sábias conclusões do Sr. Deputado Rodolfo Franca, não poderia ser o pai ou encarregado de educação do próprio, tinha que ser outro, ora, meus Srs., o que a proposta da coligação o que faz é corresponder, evidentemente a quem percebe do assunto que são os peticionários, é corresponder aos encarregados de educação, é corresponder ao senso comum que é o mais importante, o senso comum, que é que os encarregados de educação não devem ter em assuntos deste índole acesso a esse conjunto de informação, até porque a própria Lei o proíbe, as limitações no âmbito do acesso de dados.

Deputada Alexandra Manes (BE): A comissão é mais do que isso!

O Orador: Quanto ao discurso ideológico da Sra. Deputada Alexandra Manes, eu pensei, é que ela ficasse, se fosse a direita, ai a maldita direita, a odiada direita a fazer referências que os pais estão emocionalmente envolvidos e não podem tomar decisões sobre os seus encarregados, eu gostava de saber, Sra. Deputada, o que é que a Sra. Deputada não iria dizer, mas, como foi a esquerda, a esquerda pode dizer, pode afirmar que os pais que estão emocionalmente envolvidos nas questões dos alunos, esse sim

devem estar impedidos de participar nas equipas e de tomar decisões no âmbito do processo educativo.

Deputada Alexandra Manes (BE): O senhor é que tem de explicar porque é que não quer os pais nessa comissão!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Acabamos de ouvir aqui uma intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, que eu sinceramente gostava que ele nos explicasse uma terminologia que ele usou, uns adjetivos de “peixe graúdo”, eu gostava que ele nos explicasse, a mim e se calhar a mais algumas pessoas aqui na Casa, o que é que ele entende por “peixe graúdo” e o que não é “peixe graúdo”, o que é que é? E, já agora, o que é que ele entende que o PPM é aqui nesta Casa? Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Délia Melo, faça favor.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Bem, isto, estar a falar novamente...

Deputado Carlos Silva (PS): É uma chatice!

A Oradora: ... acho que já foi tudo dito, é uma chatice, porque eu vou voltar a repetir aquilo que basicamente já disse, eu farei isso as mesmas vezes que do outro lado da bancada alguém se levantar para vir novamente mentir aos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, vou voltar a repetir que, os partidos da coligação sempre defenderam que os pais devem estar envolvidos nos processos dos seus alunos, no processo educativo dos seus filhos, e, é exatamente isso que nós temos na nossa proposta.

Ora, estar um representante, isso não, e, já foi explicado o porquê, estar um representante numa Comissão dessas traz perigos...

Deputado Rodolfo Franca (PS): Os pais são perigosos!

A Oradora: ..., porque há grande parte do tempo, destas Comissões, é destinado ao tratamento de assuntos particulares da análise dos processos dos alunos.

Deputada Ana Luís (PS): Mas esta comissão também tem estas competências!

A Oradora: Portanto, para as questões mais latas, eu volto a frisar, há outros órgãos onde têm assento.

Para além disso, ninguém garante que aqueles representantes tenham conhecimento sobre inclusão, estamos a falar de uma equipa de especialistas que tem sustentação científica e depois nós temos os próprios pais que trazem o conhecimento fora do contexto educativo, que trazem o conhecimento de casa num contexto mais informal, que é muito importante para o conhecimento integral do aluno.

Portanto, é nessa combinação de saberes que nós vamos encontrar a melhor forma de propormos as medidas para aquele aluno, é na combinação daquilo que é a experiência dos pais e encarregados de educação e da equipa multidisciplinar que tem este conhecimento científico.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, não vale a pena estarem a tentar ludibriar as pessoas a dizer que nós não queremos os pais quando nós queremos precisamente os pais, porque os representantes já têm assento noutra lugar.

Mais, convidar um representante ou colocar aqui que o representante tem assento nesta Comissão Permanente e todas as vezes que se vai falar de um assunto particular convidá-lo a sair, isso configura-se num enorme falta de respeito.

Deputada Ana Luís (PS): Como é noutros fóruns?

A Oradora: Então, chega o representante falam de uma questão geral, depois vão falar em particular, olhe, faça favor tem de sair agora.

Deputada Ana Luís (PS): Como é que é nos outros órgãos?

A Oradora: E depois retoma o assunto geral, voltam, por favor, portanto, o nosso trabalho aqui é agilizar processos e os Srs. só querem complicar,

nós temos de agilizar, temos de ser práticos, mais uma vez repito, e, os Srs. só querem complicar todo este processo.

As próprias escolas, os próprios encarregados de educação foram ouvidos sobre essa matéria.

Não se esqueçam que estão a ir contra a própria vontade dos pais encarregados de educação.

Deputada Ana Luís (PS): O que é que eles disseram? Não foi isso que eles disseram!

A Oradora: Os Srs. estão a desrespeitar aquela que é a decisão dos principais interessados, portanto, não faz qualquer sentido.

Para além disso, não digam que nós não queremos a presença dos pais, porque está aqui contemplado, no art.º 5.º, n.º 2, alínea a) e eu vou ler: “um direito dos pais é participar nas reuniões da equipa multidisciplinar permanente nas matérias concernentes aos respetivos educandos”, sempre esteve, sempre esteve, portanto, não é retórica, Sr. Deputado, é saber ler a legislação, está aqui, o Sr. se não soube interpretar, olha, temos paciência, tem de aprender da próxima vez, portanto eles já estão nos órgãos, não queiram colocar os pais em todos eles, senão íamos colocá-los também, no quê? Na coordenação dos departamentos, também íamos ter os pais? Portanto, em todos os órgãos escolares, não, Sr. Deputado, eles estão nos órgãos, onde têm um papel fundamental, onde decidem as políticas educativas e o plano de escola, e, esse assunto também é abordado nestas reuniões, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ..., portanto, não queira continuar a enganar os açorianos a dizer que nós não queremos a participação dos pais, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ...porque nós defendemos afincadamente a presença dos pais na escola.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Nuno Barata tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Há neste particular, um dado que me parece, agora tenho de relembrar a Câmara e os Srs. Deputados que estiveram na audição sobre esta petição, porque na verdade, a Iniciativa Liberal foi o único partido que, em sede de audição dos peticionários se opôs à posição dos peticionários, e, não o fez por simples vontade de contrariar qualquer peticionário e qualquer ação cívica, fê-lo por convicção, fê-lo porque entende, quer os peticionários, quer os partidos que defendem que o representante dos encarregados de educação não deve estar na Comissão Permanente das EMAEI, reduz o papel dessa própria EMAEI e dessa Comissão Permanente.

É o mesmo que dizer que a EMAEI ou a Comissão Permanente da EMAEI só trata assuntos específicos de um determinado aluno.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não! De todos e de cada um!

O Orador: E isto não é verdade. Mas há nesse processo de aprofundamento de uma legislação algo que me está a preocupar, parece que o legislador, a partir de agora, o legislador tem que agradar a tudo e a todos, o papel de legislador não é agradar...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Olha quem fala!

O Orador: ... a tudo e a todos, o papel do legislador é ser responsável pela forma como constrói a legislação no sentido de construir uma sociedade melhor. Ora nem sempre os interesses pessoais, os interesses corporativos de um grupo de petionários pode ser ouvido pelo legislador, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Tenha respeito por quem trabalha na área!

O Orador: ... bem pelo contrário, muitas vezes, bem pelo contrário, muitas vezes.

O legislador, tem a responsabilidade de aferir, de avaliar e decidir sobre aquilo que vai legislar para um futuro próximo, e desde logo, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Senhor tem sempre razão!

O Orador: ... esta proposta de alteração é extemporânea porque denota que ainda há pouco tempo legislamos e agora já estamos a querer alterar uma coisa que ainda foi feita há pouco tempo.

E, portanto, isto demonstra que ainda há pouco tempo o debate não foi devidamente bem feito, não foi aprofundado e não foi feito com sentido de legislar da melhor forma, mas eu percebo que assim seja, e, eu percebo que para alguns Deputados e nomeadamente para o Sr. Deputado Paulo

Estêvão, o Deputado Nuno Barata, da Iniciativa Liberal, seja peixe miúdo e que esteja mais preocupado com o peixe graúdo, mas o peixe miúdo, quando unido, consegue derrotar ou pelo menos amedrontar o peixe graúdo, é uma parábola já muito antiga e para quem percebe de pesca, sabe melhor do que muitos como é que isto funciona.

E, neste caso, parece-me que, quer a proposta de alteração do Bloco de Esquerda quer a proposta de alteração do Partido Socialista, não indo ao encontro das pretensões dos peticionários, vem criar um certo equilíbrio, não deixa de estar na Comissão Permanente das EMAEI um representante dos encarregados de educação, ao mesmo tempo que garante que, em casos específicos, aliás, não poderia ser de outra forma, em casos particulares, este representante dos encarregados de educação é convidado a sair da sala para que não seja violada alguma intimidade desses processos.

E isto é que é aprofundar a legislação e responder às necessidades da comunidade e, nesse sentido, a Iniciativa Liberal vai votar favoravelmente o diploma, mas vai votar favoravelmente a proposta de alteração do Partido Socialista.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

Presidente: Muito Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Délia Melo, faça o favor.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A minha intervenção vem na sequência da intervenção anterior, do Sr. Deputado Nuno Barata, de facto o papel do legislador é ser responsável

para a construção de uma sociedade melhor e é responder às necessidades da sociedade, e, é exatamente isso que nós estamos a fazer.

Ora nós, na altura, em janeiro, não foi há muito tempo, realmente já debatemos aqui este diploma e foi um debate responsável, agora, o que houve foi a irresponsabilidade, e, permitam-me com o devido respeito, ...

Deputada Ana Luís (PS): Oh, Sra. Deputada, da irresponsabilidade da maioria deste Parlamento!

A Oradora: ... a irresponsabilidade de alguns partidos votarem um aditamento para inviabilizar aquilo que era a proposta inicial em que os pais até estavam por via do art.º 5.º.

Portanto, isto sim é que foi uma irresponsabilidade, porque aqui fizemos o nosso trabalho e nós somos coerentes, abriu-se esta porta por via da petição e nós aproveitamo-la para ir ao encontro das necessidades das escolas e daquela que é a vontade dos próprios pais encarregados de educação, querem a todo o custo colocar um representante de pais encarregados de educação, quando eles próprios já se manifestaram contra, ...

Deputada Ana Luís (PS): Eles não se manifestaram contra! Não é o que está escrito no relatório!

A Oradora: ... foram eles próprios que disseram, portanto, não venham aqui dizer o contrário e não venham aqui dizer que nós estamos a ser irresponsáveis por querer tirar um representante de pais encarregados de educação, porque foi precisamente isso que aconteceu, a irresponsabilidade esteve do lado de quem votou a favor do aditamento apresentado naquela altura.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Muito Obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais, tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Começando por responder à Sra. Deputada Alexandra Manes, relativamente às questões que foram suscitadas, Sra. Deputada, desde o início da nossa legislatura e em abono da verdade no que concerne aos partidos que constituem esta coligação desde há vários anos a esta parte, que são denunciadas situações e denunciados problemas, com propostas de alteração que dizem respeito aos problemas que acabaram por ser estruturais que respeitam à falta de docentes na Região e no todo nacional e em todas as nossas declarações, fazemos isso e desde o início desta legislatura, como a Sra. Deputada Délia Melo já teve oportunidade de evidenciar, que começámos desde logo a implementar medidas para permitir combater esta fuga de professores e criar maior estabilidade nos nossos quadros.

Para começar, em menos de três anos, já colocamos 572 professores nos quadros da Região.

Sr. Deputado Rodolfo Franca, o respeito pelos pais, também passa pela salvaguarda dos seus direitos, esta é uma questão que está aqui em causa, eu lamento que o debate depois se transforme em quem é que quis o quê ou pôs o quê, aliás foi isso que nos conduziu ao problema inicial, foi essa a situação que nos conduziu ao problema inicial de ter sido incluído uma norma que depois mereceu a reação dos peticionários e aqui também temos que respeitar aquela que foi a posição dos peticionários, e, é muito importante que nós tenhamos a noção das decisões que estão a ser tomadas no que concerne a esta comissão, efetivamente, quer a alargada, quer a permanente, a EMAEI, mas também no seio das outras comissões e dos outros órgãos que operam nas nossas escolas.

Na sua grande maioria, até vou fazer ao contrário, serão raríssimas as ocasiões em que não serão discutidos nesta Comissão Permanente assuntos que dizem respeito à individualidade de um aluno, muito menos até, provavelmente, do que as próprias reuniões do Conselho Pedagógico que têm por competência também avaliar todas as restantes competências mais latas que o Sr. Deputado Rodolfo Franca aqui faz menção e que têm o assento dos pais e encarregados de educação e, portanto, a questão que nós temos aqui que ter em atenção tem a ver também com o próprio funcionamento das instituições e de encontrarmos aqui uma solução que seja coerente.

Gostaria de salvaguardar, uma vez que esta questão também foi aqui, suscitada pela Sra. Deputada Alexandra Manes, que este facto é um processo que já está em execução, Sra. Deputada, o diploma foi aprovado,

foi implementado, aliás, até suscitou a discussão aqui nesta Assembleia da capacidade do Governo promover junto das nossas escolas o manual e a formação devida para o funcionamento deste novo modo de funcionamento ao abrigo da educação inclusiva, assim o fizemos, fizemo-lo num tempo muito exigente, fizemo-lo em três meses, não somente produzimos o manual, como fomos a todas as escolas e também escolas do setor particular e cooperativo e solidário, prestar formação e informação para que os docentes e os demais elementos da comunidade educativa tenham condições para avançar na educação inclusiva, e, esse trabalho começou de imediato a ser feito.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

A Oradora: E é precisamente por isso, e, é precisamente neste âmbito, que ainda no termo do ano letivo anterior, já estavam várias comissões de acompanhamento da EMAEI nas escolas, a reunir com os encarregados de educação, que têm alunos com medidas seletivas e adicionais e já encontrar medidas que deviam ser implementadas desde o início do próximo ano escolar...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é que é trabalhar!

A Oradora: ... e, portanto, esse trabalho foi feito e é um trabalho que vai continuar a ser executado em progresso. Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo vamos passar à votação deste diploma.

Vamos votar na generalidade o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 94/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2023/A, que aprova o modelo de educação inclusiva”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 94/XII foi aprovado, com 20 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do Bloco de Esquerda, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente e 24 abstenções do PS.

Presidente: Vamos iniciar o debate e votação na especialidade. Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade?

Não havendo, vamos votar o primeiro artigo do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O primeiro artigo foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao segundo artigo, a primeira proposta de alteração é do Bloco de Esquerda, à alínea e) do n.º 1 do artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada, com 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 do PAN e 1 do Deputado independente, votos contra 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal e 24 votos de abstenção do PS, 20 do PSD, 3 do CDS e 2 do PPM

Presidente: Vamos votar a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, proposta de aditamento da alínea f).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada, com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 do PAN e 1 do Deputado independente e 24 abstenções do PS.

Presidente: Muito bem, vamos votar a proposta de aditamento do n.º 5, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente, 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo PSD pelo CDS-PP e o PPM, que é a proposta de eliminação do n.º 2 do art.º 20.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi reprovada com 24 votos contra do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM e 1 abstenção do Deputado independente.

Presidente: Está à votação o art.º 2.º do diploma com as propostas de alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 2.º do diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O 3.º e o 4.º artigo podem ser colocados em conjunto? Está à votação o 3.º e o 4.º artigo do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: Os artigos 3.º e 4.º do diploma foram aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

(Neste momento, a Deputada Isabel Teixeira foi substituída na Mesa pelo Deputado José Eduardo)

Presidente: Muito bem, está encerrado assim este ponto da ordem de trabalhos, avançamos para o ponto 6 - **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 80/XII – “Passes de Mobilidade para Transportes Públicos Coletivos”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo

O transporte coletivo desempenha um papel muito importante na mobilidade.

Nos Açores, infelizmente, tem sido o parente pobre dos transportes.

O serviço está estagnado, parado no tempo, os autocarros são em regra desadequados, obsoletos e por vezes completamente degradados.

Esse desprezo a que é vetado o transporte coletivo terrestre é fruto da visão de que este é uma solução apenas para quem não pode aceder ao transporte individual.

Essa é uma visão de outro tempo. É nos países com melhor qualidade de vida que os transportes coletivos têm maior utilização e qualidade.

As insuficientes alterações que têm sido promovidas no setor nos Açores não respondem às necessidades das populações.

Não têm tornado o transporte coletivo uma verdadeira alternativa ao transporte individual.

Por exemplo, em 2014, foi aprovado o Plano Integrado de Transportes (PIT), que dava conta da intenção de flexibilizar os percursos associados ao Passe Social, ao propor a introdução do sistema de zonas e coroas. Esta evolução nunca foi implementada, até hoje.

Apesar de todos os planos e regulamentos criados para o sistema de transportes públicos coletivos, a verdade é que este se mantém praticamente imutável e sem responder à transição energética.

Como tal, é urgente tomar medidas para dar resposta tanto à crise ambiental, como promover a redução de circulação de carros nos centros

urbanos, mas acima de tudo promover a redução de custos das famílias com os transportes.

Cria-se com esta proposta um conjunto de passes de transporte que incluem o Passe Urbano, interurbano, ou o intermodal, com um custo máximo de nove euros mensais e sem limites de utilização.

Os passes de mobilidade que se pretende criar preveem a utilização dos transportes coletivos em zonas delimitadas e não apenas numa determinada carreira, de modo a torná-los mais funcionais e atrativos.

Prevê-se ainda a articulação entre diferentes transportes - através da criação de passes combinados, entre transporte urbano, interurbano - e intermodal, que incluem os transportes marítimos.

Transporte urbano, interurbano e marítimo andam de costas voltadas para prejuízo dos utentes que se vêm a braços com falta de articulação de horários, paragens e de bilhética.

Que sentido faz, em pleno século XXI, um passageiro ter de adquirir dois passes, um para o transporte entre localidades e outro para o transporte dentro das cidades?

É isso que se verifica hoje nos Açores.

Para além das questões ligadas ao funcionamento dos sistemas de transporte há ainda o preço, que nos Açores é proibitivo.

Um passe Ribeira Grande - Ponta Delgada custa 53,16 euros por mês - um percurso de cerca de 19km

Um passe Biscoitos - Angra custa 63 euros por mês - um percurso de cerca de 23km

Um passe entre Praia do Norte e Horta custa 54,42€ - um percurso de cerca de 23km

Um passe entre Capelas e Ponta Delgada custa 50,35 euros - um percurso de apenas 12 KM!

Não contente com esses preços proibitivos e desproporcionais com a elevadíssima inflação que sofremos este ano, o governo aumentou-os em 5%.

As isenções de pagamento atuais só chegam a uma parte da população desincentivando a utilização pela generalidade das pessoas.

Propomos por isso um preço máximo de 9 euros nos passes de modo a baixar o preço dos transportes para todas as açorianas e açorianos, mantendo as isenções de pagamento existentes e alargando-as a estudantes, idosos e desempregados, entre outros grupos.

Só uma utilização generalizada dos transportes trará mais gente para os transportes coletivos, que por sua vez aumentará a exigência e a qualidade. Isso só é possível com mudanças profundas na filosofia de funcionamento dos transportes e no preço.

Nas mãos do governo, das autarquias e dos operadores está ainda a modernização da frota e a sua adequação à nossa estrutura rodoviária e adaptação à transição energética.

O Bloco faz a sua parte, propondo uma verdadeira transformação dos transportes coletivos nos Açores.

Deputada Alexandra Manes (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições, tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado António Lima, traz-nos aqui uma Proposta de Decreto Legislativo Regional, que propõe, como disse, como acabou de apresentar, a criação de um passe urbano, ou seja, dentro do espaço urbano, de um passe interurbano, onde também é preciso ter em conta que há ilhas que têm mais do que um operador, um passe combinado entre o urbano e o interurbano e o passe intermodal entre o rodoviário e o marítimo.

Eu, até compreendo a perspetiva da proposta, até compreendo as boas intenções que estão por trás da proposta, mas já disse em Comissão, reafirmando, aliás, declarações de um antigo Secretário Regional com a mesma tutela de que enquanto as empresas não tiverem um sistema de bilhética, isto não é exequível.

Não é exequível, primeiro porque em relação ao urbano, estamos a falar de municípios e do interurbano da Região, poderá haver conciliação entre os dois, mas tem que se repartir as receitas entre os interurbanos e os urbanos, como é que se reparte a receita, Sr. Deputado? Se não há um sistema de bilhética que leia de forma uniforme os passes e que depois faça a repartição da receita, não é possível.

Os urbanos, os interurbanos, nomeadamente em São Miguel, há três operadores, há um operador para o nordeste, outro operador para o lado poente outro operador para o lado nascente, usa-se um passe único, tem que haver um sistema de bilhética nos autocarros todos que possam ler um título único, e, depois esse mesmo sistema tem que repartir a receita pelos três operadores, como é que se faz isso, Sr. Deputado, sem um sistema de bilhética?

Deputado António Lima (BE): Vou explicar!

A Oradora: Da mesma maneira, o passe combinado, da mesma maneira o passe intermodal entre o marítimo e o rodoviário.

Sem um sistema de bilhética, que tem que ser instalado em todos os operadores terrestres e nesse caso, também marítimo, não há possibilidade física, real, efetiva de pôr em prática esta proposta.

Já em 2014 lhe disseram isso, mas o Sr. insiste numa situação que não foi resolvida até 2020 e que só será resolvida de acordo com os cadernos de encargos que agora estamos a pôr a concurso, os cadernos de encargos que estão neste momento São Jorge a decorrer e seguir-se-ão todas as outras ilhas, Santa Maria e Flores já estão, que já estão a decorrer...

Deputado Nuno Barata (IL): A senhora sabe o que está a dizer?

A Oradora: ... é que consideram a aquisição do sistema de bilhética, e, só com esse sistema de bilhética é que se consegue pôr em prática este processo e, portanto, nesse sentido estamos aqui perante uma impossibilidade que eu queria deixar já muito vincada para que depois não

se labore aqui em qualquer tipo de discussão que efetivamente é, do ponto de vista técnico impossível.

Por outro lado, e, no entretanto, obviamente que o Governo Regional não ficou parado, não só tem em vigor os passes sociais de 30 dias, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Já existiam!

A Oradora: ..., o passe social para a terceira idade, o passe social de pensionista, o passe social para invalidez, o passe do desempregado e tem também o último que foi aprovado nesta Casa, o passe do antigo combatente.

Deputado Carlos Silva (PS): Já existiam!

Deputada Alexandra Manes (BE): E aumentou os preços!

A Oradora: Portanto, esses passes estão em vigor, mas, entretanto, Sra. Deputada, na resolução do Conselho do Governo no dia 5 de abril, criou o passe social gratuito para além dos acordos que temos com a empresa para horários noturnos e para horários no fim de semana.

Portanto, há um conjunto de aditamentos aos contratos de concessão e aos contratos de prestação de serviços nas ilhas onde já há prestação de serviços e naquelas que agora estão a concurso já se inclui os horários alargados, os horários ajustados, os horários conciliados com os vários operadores e os horários conciliados o mais possível com os novos horários de trabalho das pessoas, porque, entretanto, as coisas mudaram, fez-se com contratos adicionais, nos concursos que estão a decorrer, estão a ser feitos já no caderno encargos e já é um pressuposto do próprio concurso, portanto, com estes passos todos e com o passe gratuito que abrange o

primeiro e segundo escalão de todos estes passes, porque estes mantêm-se em vigor para aqueles que não estão no primeiro e segundo escalão, nós temos aqui uma oferta bastante variada, com descontos de 30% nos transportes rodoviários para aqueles que estão fora do primeiro e segundo escalão, os estão no primeiro e segundo escalão têm passe gratuito, é isto que está em vigor, é isto que é possível colocar em vigor enquanto não tivermos a evolução tecnológica necessária nas empresas e digo-lhe já que estamos a falar de mais de 1 milhão de euros só em São Miguel, porque cada autocarro tem que ter condições de leitura e de produção e desenvolvimento dos dados que são introduzidos para fazer a repartição da receita.

Tem de haver um hardware e um software bastante alargado, um para cada autocarro no mínimo.

E, portanto, estamos, dizia eu, com um conjunto significativo de oferta ao nível de passes e desde logo do passe gratuito, por isso, Sr. Deputado, desculpe a forma como lhe digo, mas a verdade é que esta sua proposta em parte não é exequível...

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a parte do não exequível?

A Oradora: ... e na parte que é exequível, nós temos o passe gratuito que se sobrepõe, obviamente à sua proposta.

E, portanto, comungamos da necessidade de incrementar o aumento de utilização do transporte coletivo de passageiros, comungamos todos dessa necessidade, aliás, devo dizer que foi aprovado no Orçamento de Estado uma proposta criando exatamente no programa 9.2. a criação do passe

social gratuito e foi isso que nós fizemos ao longo deste mandato, em abril, portanto, poucos meses depois da aprovação do Orçamento, é isso que está em vigor.

Porque queremos oferecer aos açorianos o melhor possível naquilo que hoje tecnologicamente está à nossa disposição, criámos por isso o passe gratuito, queremos incrementar a utilização do transporte coletivo, mas temos que criar as condições para ir mais longe e essas condições estão a ser criadas à medida que estamos a lançar os concursos públicos.

É esta a situação que temos neste momento e que penso que é perfeitamente compreensível, porque é a realidade, a qual não foi mudada de 2014 até 2020 e agora só poderá ser mudada à medida que os concursos forem sendo lançados e tivermos os contratos de prestação de serviços em vigor. Muito obrigada.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves, faça favor.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo

O Bloco de Esquerda traz-nos um diploma intitulado “Passes de Mobilidade para Transportes Públicos Coletivos”, que, em suma, almeja a criação de um passe de mobilidade que cubra todas as áreas de transporte

coletivo existentes na Região Autónoma dos Açores, excluindo, naturalmente, as viagens aéreas. Pretendem também que sejam criadas diversas isenções de pagamento destes mesmos passes para todo o sistema de transportes públicos coletivos, quer sejam concessionados pelo Governo Regional, quer sejam da iniciativa dos municípios.

O objetivo pretendido pelo Bloco de Esquerda é o reforço da mobilidade dos açorianos, objetivo esse que partilhamos, assim como o Governo Regional, como ficou comprovado pelas palavras da Sra. Secretária Regional do Turismo e Infraestruturas – Dr.^a Berta Cabral, aquando da sua audição em sede de comissão parlamentar, a 30 de março do corrente ano. Em relação ao diploma apresentado, o seu articulado suscita-nos algumas dúvidas que dificultam a implementação deste diploma.

Em primeira instância, a dúvida que nos parece mais difícil de superar será a generalização desse passe de mobilidade por todo o sistema existente de transportes públicos coletivos, principalmente pelas ilhas de São Miguel e Terceira, onde existem várias empresas privadas a realizar os percursos sujeitos a concurso público e que neste momento estão em operação. Para a implementação desses passes de mobilidade entre empresas privadas é necessário a implementação de um sistema de hardware e software partilhado entre empresas, ...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... que funcione de forma igual para todos e que desse modo dê para existir um só passe que funcione por todas as empresas. Assim sendo, este objetivo para ser implementado carece de investimentos em

equipamentos comuns entre empresas privadas e públicas, o que não faz sentido ficar em letra de lei um sistema que ainda não pode ser implementado.

Só com um sistema integrado é que será possível aferir a receita que pertence a cada operador, por cada trajeto realizado pelos passageiros.

Outra dificuldade que observamos neste diploma é relativamente ao artigo 7.º do presente Projeto de DLR, que incide na “Fixação de Preço e limite de utilização”, onde, e passo a citar, “é definido o limite máximo de 9 euros para o preço dos Passes de Mobilidade Urbano, Interurbano, Combinado, Marítimo ou Intermodal”.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: No entanto, para se implementar esse valor, seria necessário subsidiar a empresa transportadora pelo serviço prestado, porquanto, os 9 euros não seriam suficientes para cobrir toda a despesa que não se encerra apenas com a utilização e desgaste do veículo utilizado, tendo funcionários e uma estrutura empresarial que tem custos.

Achamos também que a utilização de um exemplo do governo alemão que implementou esse mesmo valor para os transportes públicos coletivos é desproporcional, extemporâneo e até mesmo ridículo, na medida em que o peso das duas economias são simplesmente incomparáveis. A saber, a realidade da nossa economia é 1000 vezes mais pequena que a economia alemã.

Em relação às isenções do pagamento dos passes sugeridos pelo proponente, temos a analisar que já existem há largos anos medidas que

favorecem franjas da população mais desprotegidas, através de um projeto de resolução aprovado por este Parlamento e que estas estão a ser reforçadas pelo atual governo regional. A verdade, é que para além dos passes já existentes, como o de pensionista, inválido, de 3.ª idade ou de desempregado, acresce agora com este governo regional um passe social gratuito que beneficia passageiros de agregados familiares com rendimento inserido no 1.º e 2.º escalão...

Deputado Pedro Neves (PAN): Não tem coragem de dizer o PAN!

O Orador: ... do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, vulgo IRS, reforçando a mobilidade dos açorianos e a pretensão de redução da utilização das viaturas particulares para trajetos onde é cómodo e prático utilizar os transportes públicos coletivos, sendo mais rentável para os seus utilizadores e para o meio ambiente.

Assim sendo, pelas considerações invocadas, o Grupo Parlamentar do PPM não poderá acompanhar o presente projeto de Decreto Legislativo Regional do Bloco de Esquerda.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Muito Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN)**: Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Antes de falar sobre a iniciativa do Bloco de Esquerda, tenho que, obviamente, para os açorianos saberem da coragem do Governo Regional relativamente ao passe gratuito para o primeiro e segundo escalão, não é a coragem do Governo Regional, vamos ser sinceros, o Governo Regional simplesmente está a executar uma medida que o PAN inseriu em sede de especialidade para o Orçamento 2023 e é por isso que isso está a ser cumprido, só se espera que o Governo seja sério...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): E é!

O Orador: ...sim, sim, mas a Sra. Secretária não foi capaz sequer de dizer quem é que inseriu a medida, o PPM não foi capaz de dizer quem é que inseriu essa medida e diz que é o Governo que tem coragem, não, não! O PAN é que assumiu em várias opções, achar à partida que aquilo tinha prioridade e a prioridade era passe gratuito para o primeiro e segundo escalão, porque as pessoas com mais dificuldades económicas tinham que ter o passe gratuito.

Essa foi uma das medidas, houve outras medidas também, obviamente, do PAN em que o Governo vai querer dizer que foi o Governo que teve coragem e não é capaz de dizer sequer qual foi o partido, mas vamos pelo menos não ganhar protagonismo das medidas ou iniciativas dos outros partidos e ganhar sobre isso, ...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Nós tivemos coragem de votar favoravelmente!

O Orador: ... a mim não me interessa, isso não me interessa. Sobre esta iniciativa do Bloco de Esquerda, onde fica também inserido aquilo que já está, obviamente, no Jornal Oficial de 11 de setembro, em que mudou para o fundo de transportes, neste caso a medida do PAN com a Sra. Secretária, a corajosa Sra. Secretária, que meteu a medida do PAN e agora temos esta do Bloco de Esquerda que vai obviamente um pouco mais à frente, não em termos de só gratuidade, mas também alargar, porque o problema agora não são só as pessoas com grandes dificuldades económicas, mas também a classe média que necessita no ano 2023/2024 que nós não tínhamos a noção que iria infetar em termos económicos a nossa classe média e além disso, também falar da parte da evolução que nós necessitamos para não ficarmos obsoletos dentro de uma Região Autónoma dentro de um país, dentro da União Europeia, em que a gente não consegue fazer uma ligação, seja uma ligação entre a mobilidade que é necessária para a Região Autónoma dos Açores estar na média da União Europeia e não ficar na cauda a dizer só porque é difícil a gente não quer fazer porque não queremos dor de cabeça, ou temos três operadores ou quatro operadores, nem que fossem vinte, nem que fossem vinte operadores, quando se define algo, nós podemos fazer, se há vontade política nós podemos fazer, temos nove ilhas, temos vários operadores, temos várias formas de transporte, é possível ter sempre uma forma de conseguirmos automatizar esta situação.

Se é difícil? Sim, acredito, se eu sou técnico operacional ou especialista nisto? Não, não sou! Nem tenho que ser, simplesmente temos que decidir politicamente e temos que ter os nossos técnicos que são pagos pelo Governo Regional para fazer esse trabalho ou então pedir, obviamente, a empresas do exterior para que façam isso, porque a gente consegue ver e não precisamos ir tão longe ou pelo menos no nosso Portugal, que temos já essas opções e podemos pedir essa ajuda, pelo menos é do vosso partido, obviamente que o Carlos Moedas pode partilhar essa informação. Por isso o PAN vai aprovar, vai aprovar não, vai votar a favor, quem me dera que isto fosse aprovado, vai votar a favor do Bloco de Esquerda, nem que seja pela evolução que nós necessitamos aqui nos Açores, tanto de vários tipos de transporte público que nós temos e vemos isto também com uma evolução.

Sobre o valor máximo de 9 euros, achamos que neste momento é a altura ideal, na altura o PAN, no ano passado, verificou que era o primeiro e segundo escalão as pessoas que precisavam desse benefício, neste momento, isto alargou de uma maneira que a classe média necessita, sem dúvida, desse valor máximo e tem que ser o Governo Regional, não são os operadores que têm que pagar, tem que ser o Governo Regional, obviamente que tem que apoiar as operadores e para os operadores não ficarem com esse ónus. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não anda de autocarro, não sabe como é!

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Estamos aqui a debater um Projeto de Decreto Legislativo Regional sobre transportes terrestres, uma matéria que o Governo Regional tem trabalhado afincadamente, sempre no sentido de criar melhoramentos.

Dando cumprimento também ao programa de Governo, este aprovou em Conselho de Governo o passe social gratuito que tem como objetivo apoiar aqueles cujo agregados familiares têm rendimentos no primeiro e segundo escalão.

Uma necessidade básica, a mobilidade e, ao mesmo tempo, estimula a utilização de transportes públicos...

Deputada Alexandra Manes (BE): Estimula? Eles não têm outros!

O Orador: ... como meio preferencial de acessibilidade interna, visando inverter a tendência de incremento de uso de viaturas pessoais.

No final de agosto, o Conselho de Governo aprovou algumas alterações à resolução anterior, que mantém os pressupostos que presidiam à criação deste apoio ao passageiro beneficiário, ...

Deputado José Ávila (PS): Fora aqueles que ficam isolados!

O Orador: ... fruto da experiência recolhida com a implementação do passe social gratuito, procedendo a uma alteração das regras por forma a que fossem suprimidas lacunas e que fosse clarificado em obediência aos princípios da legalidade, da transparência, da igualdade e da

imparcialidade, os direitos, obrigações e procedimentos a adotar pelos beneficiários da atribuição deste passe.

Pretendeu-se assim clarificar, que o apoio em causa é concedido ao passageiro, servindo as operadoras somente como intermediários na disponibilização do passe social em causa.

Falando nos transportes, em uma forma geral, tem sido aqui também são vários os bons exemplos na execução de políticas deste Governo Regional. Queria aqui aproveitar este momento também para enumerar algumas, como o enorme reforço de ligações inter-ilhas em termos aéreos, onde em algumas ilhas é mais do triplo as ligações diárias para muitas dessas ilhas, ...

Deputado José Ávila (PS): Fora aqueles que foram cancelados!

O Orador: ... a criação da Tarifa Açores, que muito incomoda o Partido Socialista, porque não a queria, achava que não era possível e era ilegal e está a ser um gigantesco sucesso em termos de mobilidade nunca antes vista nos Açores.

Posso dar um exemplo da criação também da Linha Laranja, que tem sido muito importante aqui para o triângulo e que apresenta uma taxa de ocupação em crescimento.

E, por fim, não podia deixar de falar em algo que tem sido pouco falado aqui, mas o fim do fretamento dos navios gregos que custavam à Região cerca de 10 milhões de euros anualmente e que mereceram a críticas do Tribunal de Contas pelo desperdício de recursos públicos que representavam para uma baixíssima taxa de ocupação.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O Tribunal de Contas não diz isso! Fale a verdade!

O Orador: Mas, continuando, também queremos salutar a aprovação em Conselho de Governo do Plano de Transportes para os Açores para o período de 2021/2030.

Constitui um instrumento de definição de prioridades de investimentos infraestruturais estratégicas de médio e longo prazo nos setores de mobilidade e transportes, incluindo infraestruturas rodoviárias, portuárias e aeroportuárias de mobilidade e transportes públicos, conforme plasmado no Programa do Governo dos Açores, este pretende implementar um novo modelo de transporte marítimo de mercadorias e passageiros inter-ilhas que assegure a regularidade, a previsibilidade, a estabilidade e a segurança das operações realizadas. Obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Bem, tendo em conta as intervenções dos partidos da coligação que já intervieram, basta-me dizer que o segredo para a aprovação de uma proposta deste tipo era a proposta chamar-se “Tarifa Açores” se fosse

“Tarifa Açores”, certamente que teríamos a aprovação garantida, independentemente do que lá estivesse escrito.

Sra. Secretária, referiu as dificuldades desta proposta, que já tinha referido em Comissão, não referiu uma que também estaria à espera que é a questão do custo, que seria aquela eventualmente mais óbvia, mas, nós congratulamos que o custo da medida não seja um problema, então vamos às questões técnicas.

As questões técnicas que a Sra. Secretária levanta, nomeadamente da interligação entre diferentes operadores já foram resolvidas, Sra. Secretária, pergunte, como referiu o Sr. Deputado Pedro Neves, pergunte ao Presidente da Câmara de Lisboa, por exemplo, ou outro qualquer da zona metropolitana de Lisboa como é que as resolveu, é que na área Metropolitana de Lisboa há dezenas de operadores, públicos, privados, dou alguns exemplos, Carris, Metro Lisboa, CP, Fertagus, Rodoviária de Lisboa, todos esses operadores estão interligados, e, nos Açores com dois ou três operadores por ilha no máximo é que isto é extremamente complexo, complexo, mas é tão complexo, tão complexo que o Governo já fez um plano, o Governo tem o chamado Plano de Transportes para os Açores para o período 2021/2030, está publicado no site do Governo, que tem uma medida que se chama, aliás, um objetivo estratégico e operacional, promover a intermodalidade, articulação dos horários e complementaridade entre os três setores de transporte de passageiros presentes na Região Autónoma dos Açores, aéreo, marítimo e rodoviário, nós não incluímos aqui o aéreo na nossa proposta, mas o Governo que diz

que não consegue articular o rodoviário, quer articular o aéreo, acho muito bem, mas então se a Sra. diz que isso é tudo muito complexo, então porque é que tem um plano que diz isto? É assim tão complexo? Quanto tempo é que vai demorar? E depois há a questão do custo, do custo da bilhética, não é do custo da medida, mas isso é um investimento, Sra. Secretária, que fará uma vez.

Não vale a pena fazer esse investimento? Em adaptar o sistema a uma nova realidade, vamos continuar com um sistema que é completamente obsoleto, que não funciona, que não é atrativo para as pessoas e há aqui um equívoco em que se incorre quando se fala de transportes coletivos terrestres e que é, não é recorrente, é sempre, e, infelizmente é de várias bancadas, é que nós não estamos a falar de uma espécie de apoio social, que os autocarros estão na rua é uma espécie de apoio social para quem é mais pobre, não é! Não tem de ser assim, mas nos Açores é, infelizmente funciona assim, mas não deve, não pode funcionar, o transporte coletivo deve ser uma alternativa para qualquer pessoa, independentemente do seu rendimento, porque é uma alternativa mais amiga do ambiente, ...

Deputado Nuno Barata (IL): Ora nem mais! Aí é que está!

O Orador: ..., mais económica e é uma alternativa que permite uma melhor qualidade de vida se eles forem de qualidade aos passageiros e quem vive nas cidades, nas vilas que terão menos carros a circular nos centros urbanos, bem, mas, continua com este equívoco, que nos discursos que ouvi e isso é efetivamente lamentável.

Gostaria, nesta intervenção de dizer o seguinte, relativamente à medida que está em vigor e que nós naturalmente, aliás, o Deputado Pedro Neves, do PAN, referiu, nós votamos favoravelmente a proposta de alteração que apresentou e é uma medida importante no que diz respeito à redução de custo, mas ela não tem não só a abrangência ao nível das pessoas que atinge, que abrange, a proposta que nós fazemos é naturalmente manter as isenções que já existem, reduzir preços para as restantes, mas alterar o modo de funcionamento dos transportes, porque o que o Governo continua a fazer é a ver que os passes se reduzam a uma carreira em que a pessoa só pode circular entre dois pontos.

Isso é redutor, é de casa para o trabalho, do trabalho para casa e não sou eu a dizer é o Governo, diz aqui a resolução que foi publicada esta semana curioso timing, segunda-feira, no seu n.º 3, diz o seguinte e vou ler, porque é bastante interessante, diria eu, até muito interessante, “o passe social gratuito abrange o trajeto entre os aglomerados populacionais onde se situa a residência e o local de trabalho do passageiro beneficiário ou entre o local de residência do passageiro e a sede do concelho da sua residência, nas situações previstas no n.º 7, sem prejuízo de outras deslocações consideradas justificadas pela Direção Regional com competência em matéria de transportes terrestres”, ora, as pessoas para fazerem outro circuito têm de pedir autorização ao Governo, Sr. Deputado Nuno Barata, o que é que acha deste Estado, que, a quem se tem que pedir autorização para se desviar do percurso, casa, trabalho, trabalho, casa? Bem, isto é para além de ridículo, Sra. Secretária, infelizmente, isto é para além de ridículo.

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor sabe que sou contra isso!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Vai ser preciso um curso de formação!

O Orador: É preciso pedir autorização ao Governo para mudar o circuito. Bem, depois há outras coisas, eu não vou gastar o tempo todo, mas há outras coisas que estão para além de ridículas, em que os passageiros para obter este passe, este passe social gratuito que já agora abrange quem ganha 806 euros por mês, para além disso, já não tem direito, que é aquilo onde está mais ou menos o segundo escalão do IRS, as pessoas têm que entregar uma declaração sob compromisso de honra, onde atesta que efetuará o mínimo de 24 viagens, ou seja, a pessoa se fizer 23 viagens está a incumprir com a resolução do Conselho do Governo.

Não é viagens a mais é viagens a menos, bem, Sra. Secretária, não sei como é que esta resolução com estas cenas de comédia foi aprovada em Conselho de Governo, mas poderá nos explicar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor vai-nos explicar!

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Eu não, a pergunta é dirigida ao Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Esta problemática, que é aquilo que concerne, este Projeto de Decreto Legislativo Regional que o Bloco de Esquerda nos traz é efetivamente e encerra uma discussão muito pertinente, que é algo que, obviamente, julgo

que nos preocupa a todos, que é a existência de boas redes de transportes públicos para reduzir efetivamente uma pegada ecológica, e, que obviamente nos deve unir a todos, esse esforço, e, os próprios sucessivos Governos, parece-me que sempre tentaram abordar esta problemática e a realidade é que talvez por falta de escala, talvez dada também a dispersão territorial da nossa Região e dos próprios aglomerados populacionais, acaba por dificultar uma rede que seja eficiente e eu vejo, por exemplo, aqui na ilha do Faial, os próprios transportes públicos, é complicado, por exemplo, um trabalhador que viva na cidade e que trabalhe fora da cidade já não consegue apanhar um transporte público, porque a rede não é funcional, ou seja, são pendulares normalmente no sentido do maior aglomerado, neste caso da cidade da Horta.

Deputado Paulo Estevão (PPM): No Corvo não temos esse problema!

Deputado Nuno Barata (IL): E se tivessem já estava resolvido!

O Orador: Sim, e, umas ilhas são melhores outras piores e efetivamente há estes condicionalismos, é algo que não é uma problemática de agora e por isso, obviamente aquilo que o Bloco de Esquerda nos traz parece-me uma proposta, é pertinente, mas no nosso entendimento há vários problemas que é, por exemplo, o facto de neste momento, aquilo que a Sra. Secretária referiu relativamente à questão da bilhética está a ser desvalorizada, ah, basta perguntar ao Carlos Moedas, quer dizer aqui não é uma questão da existência ou não de tecnologia, que a tecnologia obviamente existe, agora aqui a questão é o custo, e, a realidade foi aquilo que a Sra. Secretária referiu é que, por exemplo, só para a ilha de São

Miguel estamos a falar num investimento na ordem de 1 milhão de euros que à partida teria que ser feito até pelos próprios empresários, que é uma questão de termos as empresas, ou seja, dos operadores poderem, no fundo, prestar este serviço, tendo em conta aquilo que é o investimento que depois é feito por parte do Governo na parte dos passes, que é essa a parte que depois requer um investimento do Governo, seja ele gratuito, seja a compensação dos 9 euros como preço máximo que o Bloco de Esquerda propõe, ou de um outro qualquer valor que fosse entendimento, mas o que está em causa é os 9 euros que o Bloco de Esquerda propõe, e, a realidade é que à partida, quer dizer, o Governo não vai fazer o investimento todo, não vai fazer o investimento na questão tecnológica nas empresas, e, depois ainda fazer o investimento para as pessoas para poder colmatar aquilo que é o diferencial entre o preço que vai ser praticado e aquilo que será o custo das empresas, que obviamente, que era o custo que eles iriam praticar se não houvesse este tipo de apoio.

E por isso, aqui o que nos parece é que há efetivamente, por um lado, este investimento parece-nos absolutamente inviável para uma implementação imediata para as empresas. Porquê? Porque as próprias redes não são atrativas, neste momento a maior parte dos açorianos continua, ou seja, utiliza os transportes públicos porque eventualmente não terá outra alternativa, porque se tiver e se tiver a possibilidade de adquirir um outro veículo vai fazê-lo, porque não servem, mas a realidade é que nós não temos uma forma de ter transportes públicos com a cadência ou com a regularidade e a frequência que nós desejaríamos, porque é absolutamente

inviável, nós tivemos ainda há pouco aqui em conversa com o Sr. Deputado José Pacheco, estamos a falar de rotas que, há um autocarro que faz a volta inteira para levar um passageiro num troço de 1 km, ou seja, quem é que paga esse investimento, não é? E é isso que está em causa e por isso é que nos parece que o facto de requerer este investimento avultado por parte das empresas para uma operacionalização desta proposta neste momento dificulta e muito essa implementação, isto é o primeiro aspeto, o outro e para ser breve relativamente a isto, o outro facto é que aquilo que foi implementado neste momento pelo Governo Regional, pese embora o Sr. Deputado António Lima esteja a tentar ridicularizar aqui, que eu percebo, é uma perspetiva, quando uma pessoa lê, ah tem que fazer estas viagens, a questão do compromisso e honra ninguém vai ser penalizado porque fez 23 ou 15 viagens, mas é para assegurar que efetivamente a pessoa vai abdicar do transporte individual para utilizar o transporte coletivo, é uma medida e é gratuito e é gratuito, e, por isso é que nos parece que neste momento, esta implementação da proposta que o Bloco de Esquerda aqui nos traz, pese embora o mérito e até as soluções que possa avançar, neste momento parece-nos que é um retrocesso face àquilo que foi implementado pela resolução do Conselho de Governo e é por esse motivo que nós não poderemos acompanhar esta proposta. Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Esta semana é pródiga em memórias, se bem se recordam em 9 sessões de perguntas que fiz ao Governo sobre as nossas 9 ilhas, decorrência das minhas visitas oficiais, em 8 delas falei deste assunto, em 8 delas falei de transporte coletivo de passageiros e apenas não falei no caso da ilha do Corvo, o Sr. Deputado Paulo Estêvão não está presente, mas como ele próprio disse ali, em aparte, o Corvo não tem este problema, também já sabemos se o Corvo tivesse este problema, estava resolvido, os outros não precisam, mas no Corvo estaria resolvido, comprava-se 2 autocarros, 4 condutores, 24 horas sobre 24 horas a correr toda a ilha do Corvo de segundo a segundo e estava tudo resolvido.

Mas é só para enquadrar aquilo que se pretende com esta intervenção. A Sra. Secretária Regional, dos estudos, reiteradamente respondeu ao Deputado da Iniciativa Liberal que, estava a tratar dos concursos, que os concursos já iam entrar em vigor, que isso tudo se ia resolver rapidamente em todas as ilhas, está a decorrer de facto, neste momento, o de São Jorge, que talvez seja o caso mais “bicudo”, para usar uma expressão popular, na Região.

O que é certo é que o transporte coletivo de passageiros como bem disse o Sr. Deputado Rui Martins e o Sr. Deputado António Lima, não é só uma questão de mobilidades para carenciados, nem é só uma questão de

mobilidade mesmo para aqueles que não são carenciados, é uma questão mesmo de sustentabilidade, é mais um daqueles casos em que todas as bancadas parlamentares falam da necessidade de implementar, de incrementar, de reduzir a mobilidade individual, de transformar a mobilidade coletiva no sentido da sustentabilidade ambiental, da sustentabilidade económica, do apoio às famílias, inclusive, da qualidade de vida do cidadão, porque o cidadão que se mete num automóvel para fazer 6 ou 7 km todos os dias de manhã num trânsito infernal, que se zanga com os miúdos que estão no banco de trás, porque o da frente fez a manobra malfeita, perde qualidade de vida, vai melhor no autocarro, só que o autocarro o serviço não serve, e, não serve porque houve aqui displicência de todos ao longo de todo este tempo.

Eu vou só lembrar que o regulamento 1370 de 2007, de 23 de setembro, salvo erro, ou 23 de outubro, criava certas regras e cria, elas estão em vigor, os regulamentos são de aplicabilidade direta, os regulamentos comunitários são de aplicabilidade direta não precisam de adaptação sequer à ordem jurídica interna e como tal, têm um conjunto de disposições legais, como disse, que deveriam estar implementadas em Portugal e na Região Autónoma dos Açores até 31 de dezembro de 2019, mas 31 de dezembro de 2023 está aí à porta e está tudo por implementar, tudo por implementar. Pois, é daquelas coisas como as pessoas se vão desenrascando, vai-se atirando com a barriga para a frente e não se faz.

A indiferença, a indecisão, a indefinição dos sucessivos Governos Regionais nessa matéria levou a que as empresas de transporte coletivo de

passageiros não tivessem a estabilidade necessária para fazer os investimentos que necessitavam nas suas frotas, na bilhética que custa muito dinheiro, na reorganização inclusivamente das suas rotas, das suas viagens, e, há, de facto, alguma desadequação, sendo que também percebo, Sr. Deputado José Pacheco, mil metros, também acho que a pessoa há de fazer-lhes a pé, se vai dar uma volta muito grande, mais vale fazer-lhes a pé, é bom para a saúde, inclusive.

Deputado José Pacheco (CH): Subir o Pisão.

O Orador: Inclusive para a saúde.

Mas, a complexidade desse processo e hoje já se fala em ligar o transporte coletivo de passageiros ao marítimo de passageiros ou ao aéreo de passageiros.

Eu estudei aí há uns oito anos uma coisa chamada PIT, onde é que está o PIT? O que é que foi feito do PIT?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pergunte ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro!

O Orador: Está nas gavetas da Secretaria Regional? Nada disso foi implementado, era um conjunto de boas intenções, o PIT era um conjunto de boas intenções que o próprio Governo que teve essas boas intenções não implementou e quem veio depois, se calhar nem o leu, mas o que é facto é que o PIT faz falta aos Açores.

E, por isso, parece-me que este conjunto de propostas que o Bloco de Esquerda aqui traz, assim como a resolução do Conselho de Governo não vai resolver o problema de fundo.

E, obviamente não vai resolver o problema de fundo, porque o problema de fundo está nos concursos públicos e na definição daquilo que é preciso fazer, dos contratos com os operadores e na definição do que é que o Governo Regional de facto quer para o transporte coletivo de passageiros, e, o transporte coletivo de passageiros não pode continuar a ser como o ambiente, a boca cheia de sustentabilidade e as mãos sujas de gasóleo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra, o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs., Membro do Governo.

Muito rapidamente, Sr. Presidente, para dar duas notas à Câmara, a primeira é que, de facto, o Governo não precisa nem deve apropriar-se de outras propostas, o facto é que a proposta dos passes gratuitos foi do PAN e foi aprovada em sede da discussão parlamentar que aqui tivemos para o Orçamento e Plano de 2023 e, portanto, neste caso, como quaisquer outros que sejam desta índole, o seu a seu dono, estamos tranquilos em relação a isso, mas gostaria também de dar nota do seguinte, como responsável pelos Assuntos Parlamentares no Governo e também com a responsabilidade da pasta do Planeamento, sinto-me o primeiro advogado daquilo que é acordado aqui dentro.

E, portanto, podem continuar a contar comigo como o primeiro advogado, quer seja nas responsabilidades parlamentares, quer seja nas

responsabilidades do Plano e Orçamento para o cumprimento daquilo que é aqui determinado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

É assim, esse Projeto de Decreto Legislativo Regional que é trazido aqui pelo Bloco de Esquerda não me agrada profundamente, não me agrada porque, eu entendo que os 9 euros que são proposto para o passe, não faz de forma nenhuma justiça ao custo da operação e como tal, essa operação ou essas operações, porque estamos a falar de várias, têm que ser necessariamente financiadas pelo erário público, até aí tudo bem, mas também temos que perceber, Sr. Deputado António Lima, que depois nem todas as pessoas, por razões diversas usam os transportes públicos e no limite, vamos ter aqui contribuintes que não utilizam os transportes públicos que podem ser condicionados a outras ações que competem ao Governo, porque teve que deslocalizar verbas para financiar os transportes públicos que possam faltar para outras situações, portanto, no limite, podemos estar a falar dessa realidade.

Todavia, Sr. Deputado António Lima, eu tenho de concordar consigo numa coisa, é que mais vale o seu Projeto de Decreto Legislativo Regional aprovado aqui hoje, do que as promessas continuadas do nosso Governo.

E aí, se calhar, vamos conseguir falar a mesma linguagem, e, vamos conseguir falar a mesma linguagem, porque conforme eu disse, não concordo com os 9 euros, que eu acho que deve ser um valor acima disto, mas também não concordo com aquelas situações que o Sr. identificou aí do documento que foi aprovado da resolução do Conselho de Governo, que foi tornada pública dia 11, com a situação das 24 viagens obrigatórias, portanto, é daquelas coisas que “não lembra ao diabo”

Não concordo que a operacionalização da medida que está dependente de um sistema informático que custa não sei quantos milhares de euros, não concordo.

Não concordo também, que, na sua iniciativa, enquanto existe os que não pagam nada, os que não pagam os 9 euros eu acho que os que não pagam os 9 euros têm que ser mais, mas tem que haver aqui também alguma justiça social, porque, como disse também e eu concordo de início consigo que é, cada vez há mais gente a necessitar dos transportes coletivos, e, mais, os investimentos necessários a fazer nos transportes coletivos e a utilização dos transportes coletivos por parte da população é daquelas situações igual à galinha e o ovo, é que não podemos ter operadores privados a fazer investimentos enquanto não tiverem negócio que justifique os investimentos.

E não vai haver utilizadores enquanto o preço não for proporcional e os meios, quer os autocarros quer também as gares de transporte sejam adequadas a que as pessoas percebam que é um modelo de transporte funcional e confortável, atendendo às realidades dos dias de hoje.

Por isso, Sr. Deputado António Lima, eu acho que a sua iniciativa tem “pés para andar”, vou acompanhar a sua proposta e algumas propostas de alteração que, entretanto, surgiram.

E quanto à operacionalização da dita iniciativa, se faltar ideias para pôr em prática uma bilhética sem ser à Carlos Moedas, uma coisa mais à moda antiga, com cartões, com alicate de picar e coisas do género, até eu estou disponível para ajudar nas horas e dias que forem precisos a encontrar os problemas e as soluções para pôr em prática um modelo que não custe as largas dezenas de milhares de euros, mas que possa-se pôr a funcionar para, a partir daí, perceber a reação do mercado, perceber a adesão, perceber a compatibilidade das linhas existentes com aquelas que são as necessidades das pessoas, porque enquanto não começarmos não vamos a lado nenhum, enquanto andarmos aqui, passe a expressão de dizer que, enquanto andarmos aqui com esquisitices, porque temos que ter a bilhética, porque temos que adaptar os horários, porque temos que perceber a nova realidade, porque temos os estudos, porque temos três operadores numa ilha, que é uma coisa brutal, que isso não se consegue resolver o problema, porque tem três operadores numa ilha, enquanto andarmos aqui nessas fugas para a frente, não vamos resolver o problema da mobilidade dos Açores, não vamos fazer a nossa parte, que ambientalmente estamos obrigados, que é

arranjar soluções de mobilidade eficazes, confortáveis e amigas do ambiente e por isso tem que se começar, por isso é que eu digo, eu vou aprovar a proposta do Bloco de Esquerda, vou-me disponibilizar ao Governo para se quiser a minha colaboração para arranjar soluções baratas e simples para no momento resolver o problema e das bilhéticas eletrónicas falaremos mais tarde. Muito obrigado.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Isso é muito simplista!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

(*) **Deputado Tiago Branco** (*PS*): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Esta proposta que o Bloco de Esquerda nos traz hoje aqui, destaca e está substanciada em princípios e em linhas orientadoras que nós concordamos inteiramente.

Por um lado, e não sendo esse o espírito da proposta, naturalmente, pelo aumento do custo de vida com que se confrontam os açorianos e, no caso em particular, do preço dos combustíveis que assumem cada vez mais uma posição preponderante no orçamento das famílias.

Como também concordamos com a necessidade de se proceder a uma revisão profunda de todo o sistema, nomeadamente do que se refere desde logo aos próprios custos para o utilizador, aos itinerários praticados, aos horários e às frequências, aspetos esses que são naturalmente,

absolutamente centrais para fomentar a atratividade do transporte coletivo e reformar este setor.

E, nessa medida, não há dúvidas, e, penso que nenhum de nós tem dúvida que este modelo já não serve as necessidades da mobilidade terrestre nos Açores, nem tão pouco as exigências dos nossos tempos...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Que mudanças vão nestas ilhas!

O Orador: ... quer em termos de qualidade, quer em termos da eficiência, quer na perspetiva de uma Região que se afirma enquanto destino turístico de excelência e de natureza, com cada vez mais visitantes que se preocupam com esta questão da sustentabilidade ambiental, conforme aliás, referiu o Sr. Vice-Presidente da AMRAA em sede de Comissão.

Para se obter o sucesso desejado, o setor tem que possuir necessariamente uma outra dinâmica, uma nova dinâmica.

Tem de estar sintonizado com as necessidades das famílias, naturalmente, por outro lado, estamos também na Agenda Europeia da descarbonização, da redução da emissão de gases com efeito de estufa, da mobilidade elétrica, da necessidade de reduzir o peso dos automóveis nos núcleos urbanos e na própria mobilidade das pessoas, e, como todos sabemos, o sistema de transporte coletivo de passageiros tem, digamos assim, um impacto considerável pela sua dimensão na emissão de dióxido de carbono. Não temos quaisquer dúvidas que os operadores e as empresas têm feito o melhor possível para prestar um serviço de qualidade aos utilizadores, com as condições que detêm, suportando a redução da procura que muito se adensou na pandemia e, por conseguinte, a diminuição das suas receitas, o

envelhecimento da frota e o aumento dos gastos na sua manutenção e o aumento do preço dos combustíveis, naturalmente.

É por isso que a alteração de paradigma, que é preciso levar a cabo, só poderá ser feita sob a liderança do Governo Regional em parceria com os operadores e com os municípios, naturalmente assente numa estratégia que envolva a mobilidade elétrica, a política tarifária, a revisão alargada dos percursos, horários e frequências, fomentar a utilização dos transportes públicos deve ser uma obrigação cujo objetivo só será atingido com políticas e medidas incisivas que permitam consagrar uma profunda reestruturação deste setor.

É neste contexto que o Partido Socialista tem defendido e defende que é tempo de promover uma reforma profunda e estrutural do sistema de transportes terrestres coletivos de passageiros na Região, por considerar que este é um investimento que permitirá melhorar a eficiência e a qualidade do serviço prestado aos açorianos e fomentará a mobilidade elétrica e a descarbonização dos transportes.

Uma reforma de largo espectro com impacto significativo que abranja as 8 ilhas dos Açores que possuem este serviço.

Uma reforma que naturalmente não pode passar apenas pela substituição de autocarros a diesel para autocarros elétricos ou de outras energias, mas que tenha também o objetivo central, a melhoria substancial da eficiência do sistema para prestar o melhor serviço às populações e constituir um verdadeiro fator de mobilidade entre cada uma das comunidades das nossas ilhas.

A proposta que hoje debatemos incide particularmente sobre a política tarifária como forma de fomentar a utilização do transporte terrestre coletivo, não há dúvida que esse é e será um aspeto incontornável nos objetivos que preconizamos, mas também é verdade e nós entendemos que esta vertente não deve ser implementada sem ter acoplada uma estratégia de renovação e de conversão das frotas, pois a mesma permitirá reduzir os custos para as empresas operadoras e por essa via, os recursos públicos necessários para a implementação de um novo sistema que sirva melhor os Açores, os açorianos e aqueles que nos visitam.

E, da intervenção da Sra. Secretária, o que verifico é que não houve qualquer tipo de palavra nem qualquer tipo de estratégia para esta questão da renovação das frotas das empresas de transporte coletivo de passageiros. As empresas na Região Autónoma da Madeira, a Empresa Horários do Funchal, que é uma empresa do Governo Regional de transporte coletivo, já tem previsto investir 20 milhões de euros em 20 autocarros elétricos, não sei do que é que o Governo Regional dos Açores está à espera para também fazer essa previsão de investimento. Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Quanto a transporte coletivo de passageiros, ainda há pouco referia aqui uma coisa que é uma realidade, chama-se oferta e a procura, e, realmente assisti a isto, não sei se ainda existe esse percurso àquele horário que era um horário bastante tardio para a Vila Franca e que no retorno vinha lá um fulano pendurado da Ribeira Chã até Água de Pau, vinha lá pendurado um autocarro enorme com um fulano lá pendurado, vi isso várias vezes, vim a saber também que a utilização era muito pouca naquele horário, eu compreendo as necessidades das pessoas, agora, talvez um táxi saia mais barato para ir levar uma pessoa a Vila Franca, isto é do senso comum, isto é, é daquilo que não é preciso grande estudo, não é preciso grande estudo para se chegar a essa conclusão.

Realmente, da informação que fui pedindo a algumas pessoas desta área é que há realmente horários completos, há horários que os autocarros vão completos e há horários que os autocarros andam vazios.

A oferta e a procura é que tem que determinar um pouco isso e eu acho que é até mau para o ambiente termos autocarros a circular com pouca utilização.

Mas também eu vi ainda há pouco tempo, estando nos Mosteiros e nas Sete Cidades, que me falaram da necessidade de ter mais alguns horários.

Tudo bem, estas coisas devem ser pensadas, agora há uma mistificação, às vezes, talvez decalcada de outras realidades que as pessoas querem andar de autocarro e que não andam de autocarro, porque não há horários, não é

a perceção que eu tenho, até pelo meu percurso profissional da área que estive envolvido ou indiretamente envolvido, não, as pessoas querem é ter um carro para ir levar os miúdos à escola, ir trabalhar, ir visitar a mãe na volta fazer umas compras, é esta a vontade das pessoas, é esta a vontade, é aquilo que se percebe, toda a gente quer ter um automóvel, depois temos um problema, é que não há onde estacionar todos os automóveis, outro problema.

A verdade é que não passa pela mobilidade, eu concordo, e, tive essa conversa há pouco ali com o Sr. Deputado António Lima, eu acho que nós devemos criar esta pedagogia de se utilizar mais os transportes públicos na cidade de Ponta Delgada, era ali a Sra. Secretária, Presidente da Câmara e implementou-se, ficaram batizadas “as Bertinhas” e penso que hoje funciona e finalmente as pessoas começam a perceber, é aos poucos e é conforme a necessidade, agora dizer que as pessoas não andam de transportes públicos e vêm-se obrigados a comprar carros, isto não é o mundo que eu conheço e acho que não é o mundo das pessoas que estão lá em casa, as pessoas gostam de ter o carrinho parado à porta, normalmente têm mais do que um, agora, se nós tivermos transportes públicos em condições, as coisas funcionam.

O meu filho um dia destes vendo a notícia do passe gratuito para jovens em Lisboa, etc. ó papá, isto é que era uma boa medida para os jovens, eu disse, ó Manel é uma boa medida para os jovens, é! O problema destas coisas é saber se nós podemos pagar, porque ser uma boa medida, ah e tal

é uma boa medida e voos para a Lua tudo é uma boa medida e férias na praia, tudo é uma boa medida, o problema é pagar.

E, agora, por falar em transportes públicos, lembrei-me, lembrei-me de uma questão que, se não foi em requerimento, vai em requerimento, não sei se já saiu ou não do meu gabinete, que são os ex-combatentes que nos estão a reclamar que o que foi aprovado no diploma, Sra. Secretária, temos que ver isso, é que o que está aprovado é que eles têm um passe que podem circular, podem ir às Furnas comer uma maçaroca, podem ver as Sete Cidades, o que está a acontecer na realidade é que o passe, e, eu vi com os meus olhos, o passe está condicionado a um percurso, está condicionado e no caso era Calhetas- Ribeira Grande, este eu vi, este eu vi e fotografei.

Isto é que não pode acontecer, o que nós aprovamos nesta Casa é que o passe seria para os ex-combatentes irem para onde quisessem, o Sr. Presidente ri-se com a maçaroca, então os homens não têm direito em ir comer uma maçaroca às Furnas? Têm! Foi isso que aprovamos, agora não há é maçarocas na Ribeira Grande, pelo menos feitas nas fumarolas.

Isto é preciso corrigir, são estas pequenas coisas, sim, Sr., nós aprovamos aqui uma benesse, não digo que um dia não se coloque aqui também a questão de os jovens terem, os meus filhos andam de autocarro e outros miúdos e era bom e é a tal pedagogia, Sr. Deputado António Lima, começando pelos jovens, se calhar nós habituámo-nos, a verdade é que habituámo-nos todos a ter um carrinho, ir às compras, visitar a mamã o papá e já não estamos habituados aos transportes públicos.

Eu desde o meu tempo de escola, que não os utilizo, pronto, não utilizo porque não preciso, tão fácil quanto isso.

São estas questões, não consigo acompanhar a vossa proposta, mas vejo aquilo que tem de bom, e, aquilo que nós temos que trabalhar no futuro, neste momento, não, mas se calhar mais à frente, se calhar noutra dia, noutra necessidade com outro contexto, o CHEGA estará aqui para dizer sim, Sr. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Vamos fazer um intervalo, regressamos às 18h05 minutos. Entretanto temos reunião de Conferência de Líderes.

Eram 17 horas e 42 minutos.

Eram 18 horas e 14 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Neste momento a Mesa não tem mais inscrições para este diploma.

Vamos dar continuidade ao debate, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Muito rapidamente para uma intervenção, eu sei que a Sra. Secretária tentou inscrever-se, e, certamente que terá coisas para dizer muito interessantes, mas eu já agora aproveito para fazer uma pergunta prévia,

não sem antes dizer que os problemas que são levantados, em primeiro lugar, no que respeita à atratividade do transporte coletivo, que já foram aqui aduzidos tanto pelo CHEGA como pelo CDS, se não me falha a memória, são um falso problema porque, naturalmente, quando temos um serviço que não responde às necessidades das pessoas ele não é atrativo e terá pouca procura e poucos passageiros, o que é preciso é fazer uma alteração de fundo que efetivamente atraia e garanta que o serviço serve as pessoas e que elas veem no transporte público coletivo, uma alternativa viável ao transporte individual, e, há pessoas nos Açores, que por vezes, nem conseguem aceitar ofertas de emprego, porque não têm transportes coletivos em horários que sejam compatíveis com o horário de trabalho que lhes é oferecido, não são compatíveis também com o salário que vão ter, é porque, como demonstrei na minha intervenção inicial, pagar 50 euros de passe mensal não é de modo algum uma despesa que seja displicente.

E por isso é que é fundamental, associada à alteração do funcionamento dos passes, uma redução significativa nos preços e com o preço máximo que propomos de 9 euros.

Mas, efetivamente não só essas questões do funcionamento, mas também as questões do investimento que é necessário têm sido recorrentes, mas eu também não posso deixar de dizer que, levanta-se o problema de investir 1 milhão de euros na questão da bilhética, eu não vi problema nenhum, e, o Governo passou o cheque rapidamente para pagar 4 milhões de euros à Ryanair para reduzir a operação.

Para isso, o dinheiro, o cheque estava mesmo à mão, para melhorar a vida dos açorianos, dos seus transportes e ter um serviço de transporte que funcione, então não há 1 milhão de euros, 4 milhões de euros para quem tem lucros milionários, como a Ryanair, aí não houve qualquer problema e a Sra. Secretária passou o cheque no imediato.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Não tenho cheque nenhum.

O Orador: Mas, Sra. Secretária o plano de transportes que está em vigor, que está publicado no site do Governo, e, que, segundo a Sra. é muito complexo, segundo o Governo, é muito complexo esta interligação entre operadores, porque são muitos, mas a Sra. não nomeou uma nova estrutura de missão para implementar esse plano de transportes que até prevê aquilo que nós estamos a propor? A Sra. nomeou uma nova estrutura de missão, este Governo, para além dos estudos é o Governo das estruturas de missão, estrutura de missão para a implementação do plano de transportes para os Açores a EIPTA, e, curiosamente, é uma estrutura de missão que tem na sua composição três trabalhadores da Direção Regional dos Transportes, ou seja, nomeou três pessoas para trabalhar no plano de transportes na Direção Regional, onde já onde já trabalham, a única diferença que nós vemos é que vão ter um upgrade no ordenado, aí houve efetivamente um investimento,...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Mas não é a favor dos trabalhadores?

O Orador: ..., mas o investimento naquilo que é fundamental, que é na alteração e na melhoria dos sistemas de transportes, esse já é muito caro e não pode ser, agora o investimento em estruturas de missão para implementar e para fazer o trabalho que a Direção Regional da Mobilidade tem que fazer aí já houve uns trocos para o fazer.

Sra. Secretária, gostaria que me explicasse o que é que vai fazer esta estrutura de missão? Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva (PS): Sai mais um estudo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo e Mobilidade.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Uma primeira palavra para o PAN, eu, efetivamente não referi, mas tenho aqui o documento em que disse exatamente que estava no nosso Plano esta ação e é com todo o respeito que o faço e está aqui, nós não temos vergonha de cumprir aquilo que é aprovado e proposto pelos outros partidos, nenhuma, é a nossa obrigação democrática e aceitamos de bom grado e fizemos o passe, aliás, eu disse, 4 meses depois do Plano aprovado e do Orçamento aprovado.

Sr. Deputado, é assim, não temos problema nenhum nisso.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é bem assim.

A Oradora: O Sr. Secretário das Finanças já disse, mas eu não queria deixar de ser eu própria a afirmar o mesmo, está aqui, eu tinha aqui a sua proposta, tenho aqui a sua proposta e como tenho a proposta...

Deputado Berto Messias (PS): A Sra. Secretária da Educação não acha bem isso!

A Oradora... de outros Srs. Deputados, como se fez a Lagoa do Fogo proposta pela Iniciativa Liberal, como se fez a eletrificação do pisão proposta pelo CHEGA, estamos aqui para cumprir aquilo que foi determinado no Plano e no Orçamento, nem para mais nem para menos, é assim!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

A Oradora: Bom, isto foi a primeira nota introdutória, a segunda nota introdutória é para o Sr. Deputado António Lima, porque efetivamente Sr. Deputado, eu pensava que o Sr. era a favor dos trabalhadores.

Deputado António Lima (BE): E sou!

A Oradora: Pronto, está bem. Então os nossos trabalhadores que vão monitorizar o cumprimento do PTA do Plano de Transportes Aéreos, aliás decorre da Lei que tem que haver uma estrutura de missão para acompanhar a execução do plano de transportes e é decorrente dessa legislação que se nomeia, mas não fomos buscar ninguém de fora, não fomos buscar gente de fora, fomos valorizar os nossos, os nossos trabalhadores, coisa que eu julgava que merecia o seu apreço.

Findas estas duas notas introdutórias, eu, queria dizer aos Srs. Deputados, em função das várias intervenções, de que, em 2014, o Bloco de Esquerda apresentou um diploma exatamente igual a este que nós hoje estamos a discutir.

Deputado António Lima (BE): Não é igual, é parecido!

A Oradora: E esse diploma na altura, o Sr. Secretário Regional dos Transportes Terrestres, o que tinha a área dos transportes terrestres, disse, considerou, que a proposta não estar adequada à realidade atual.

Deputada Andreia Cardoso (PS): A realidade atual de há 10 anos.

A Oradora: Pois ignora a situação atual das empresas no que concerne a sistemas de informação necessários para implementar esta intermodalidade e, por exemplo, o modelo de coordenação necessário entre os vários operadores dos diversos tipos de transporte para efeitos de distribuição de receita, e, na altura dizia mais que o Plano Integrado de Transportes já previa a implementação destas medidas, pelo que existe já uma calendarização para a sua implementação.

Essa calendarização não foi cumprida, a implementação não foi cumprida e neste momento, o que é que nós temos? Temos uma situação em que as empresas continuam sob o regime de concessão quando já deviam estar ao abrigo do novo regime jurídico do serviço público de transportes de passageiros desde 2015, que saiu desde 2015 e este novo regime obedece à contratação pública, já não é concessão é contratação de serviços e, por isso mesmo, é que estão a ser colocados, neste momento, os vários concursos de aquisição de serviços ao obrigo do novo regime que é de

2015, portanto, é com este Governo que estamos a dar cumprimento a uma Lei de 2015, em que se prevê que há uma contratação pública com obrigações de serviço público para serem compensados, porque é preciso lembrar que as empresas de transporte terrestre não têm compensação pública, não têm compensação pública, elas recebem os bilhetes e fazem a sua vida com isso, apenas há contratos adicionais para o transporte noturno e para o transporte de fins de semana, são contratos adicionais.

A substância da sua concessão mantém-se em concessão e tem que ser transformado em prestação de serviços com obrigações de serviço público, e, aí sim, já o Governo fica autorizado a dar às empresas a compensação que de acordo com o caderno de encargos e a proposta que apresentarem estiver lá estipulado, e, é nesse caderno de encargos e no resultado desses concursos que nós podemos e já está previsto apoiar as empresas através das compensações de obrigações de serviço público a comprarem o sistema de bilhética.

É assim que funciona, é assim que está previsto e nós já temos os concursos todos aprovados para sair, está o Pico e S. Jorge, o Pico já está a decorrer, São Jorge, que vai iniciar-se já o prazo e Faial e Graciosa e depois São Miguel e Terceira.

Porque são concursos complexos e estão a fazer-se os vários cadernos de encargos adaptados a cada ilha, porque cada ilha é diferente, tem percursos diferentes, tem situações diferentes que têm que ser atendidas.

E só neste contexto é que é possível criar este sistema informático de interoperabilidade e de intermodalidade, caso contrário, já não estamos no

tempo dos cartões de picar, isso já não existe e, portanto, é preciso um sistema de leitura que leia, que o passe é válido, que o passe é para o percurso tal, ou que o passe tem as características tais, isso tem que fazer parte do caderno de encargos e das obrigações de serviço público.

O que é que nós temos neste momento? Temos uma proposta que quer pôr o carro à frente dos bois, é porque quer que se faça um passe sem ter o sistema de bilhética que permite implementar o passe.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Isto é o que é, isto é o que está aqui e não é possível, Sr. Deputado, não é possível, Sr. Deputado.

O Sr. vai chegar à conclusão como chegou o Partido Socialista, por isso votou contra esta proposta em 2014 que não é possível, não é possível.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É preciso ter um sistema de leitura, é preciso ter o software e o hardware para repartir as receitas, o Sr. não quer ter uma empresa e ao lado outra empresa, fazem tudo junto e depois repartem as receitas, é preciso saber como é que se reparte, é preciso saber quem é que tem direito ao quê, quem é que fez os percursos quais, e, mais, é preciso ler os percursos, porque se a gente não ler os percursos, não houver uma forma de ler os percursos, o Sr. pode estar a pagar um percurso que a pessoa não fez e pode estar a pagar um passe que teoricamente é um preço de 30 dias e a pessoa fez apenas um dia e por isso é que está lá as 24 viagens, vai dar às empresas 29 dias quando a pessoa fez um percurso de uma de uma viagem só? Como é que controla que a pessoa só fez uma viagem? Como

é que controla, diga-me? O Sr. que é tão rigoroso com as empresas está de acordo dar 29 viagens à empresa, porque a pessoa que tem um passe de 30 dias fez uma viagem.

Por isso é que tem que ter os percursos entre a residência...

Deputado Carlos Silva (PS): Mas o objetivo não é implementar nos transportes públicos?

A Oradora: ... e o trabalho e tem que ter a declaração da residência e a declaração do trabalho, que é para se saber que se está a pagar...

Deputado António Lima (BE): Não pode ir às compras.

A Oradora: ... efetivamente aquele percurso, se não compra um passe que só precisa, vamos supor, eu vou dar um exemplo teórico, dos Fenais da Luz à Ribeira Grande, já para não falar de Ponta Delgada, dos Fenais da Luz à Ribeira Grande, mas depois compra um passe e vai dos Fenais da Luz à Ribeira Grande, dos Fenais da Luz a Ponta Delgada, dos Fenais da Luz, pronto.

Deputado António Lima (BE): Isso é impossível. Não pode.

A Oradora: E, entretanto, ando em duas companhias diferentes, anda em duas companhias diferentes, é possível, é possível, anda é em duas empresas diferentes, e, como é que reparte entre as duas? Digam-me lá, como é que reparte entre as duas?

Deputado António Lima (BE): Pergunte ao Moedas!

A Oradora: O Moedas não tem nada a ver com isso, já tem a bilhética instalada há muito tempo, já tem a bilhética instalada há muito tempo e não se instala agora, como o Sr. pretende.

Por isso é que está a pôr o carro à frente dos bois que é o que lhe estou a dizer, se vier colocar a esta proposta, uma proposta melhor que esta depois de haver bilhética, estamos todos de acordo.

O que não pode é criar um sistema de iniquidade em que o Sr. vai pagar passagens que as pessoas não fazem como se estivessem a fazer e quem vai ganhar com isso? Quem vai ganhar com isso são as empresas e é preciso ter esse sistema de controlo, não existe, esse sistema de controlo tem que existir.

isto é um diploma que não tem exequibilidade prática, isto cai à primeira porque o próprio Tribunal de Contas levanta a questão, como é que a gente paga um passe que depois não sabe se anda ou não anda, por isso é que eu preciso do passe a dizer que trabalha aqui e mora ali, tem de ser...

Deputado António Lima (BE): Isso não existe em lado nenhum.

A Oradora: ... para ter aquele percurso, para ter aquele percurso percebe? Isso não pode ser assim, por isso eu deixo isto à reflexão desta Câmara, porque é preciso perceber que tudo isto é dinheiro público...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... que deve ser bem gerido, não é pagar um passe de 30 dias e andar um dia, tenham isso em atenção. Muito obrigada.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Participo neste debate para realçar também aqui algumas questões que já foram apresentadas pelo Deputado Tiago Branco, em primeiro lugar pela necessidade que temos hoje de ter uma verdadeira reforma e modernização do sistema de transportes terrestres, conforme foi destacado pelo Presidente do PS/Açores, Vasco Cordeiro, no dia 17 de abril, e passo a citar, “é necessário uma reforma e modernização do sistema de transportes coletivos de passageiros na Região, porque considero que este investimento permitirá melhorar a eficiência e a qualidade do serviço prestado aos açorianos e fomentará a mobilidade elétrica e a descarbonização dos transportes”, isso foi afirmado no dia 17 de abril e, portanto, é de facto necessário avançarmos rapidamente nesta matéria de forma a corrigir algumas ineficiências que existem e de forma a garantir também que exista um sistema de transportes terrestres robusto e eficiente que serve a população, e, neste momento, a verdade é que ele não serve na sua plenitude e tem limitações que não surgiram em outubro de 2020, não é isso que está aqui em questão, há que reconhecer, e, os números são públicos, que se consultarmos as estatísticas em 2017, utilizavam passageiros transportados nas carreiras urbanas e interurbanas nos Açores, 8,7 milhões, em 2018 -7,8 em 2019- 6,9, em 2020 4.3, mas estamos a falar da pandemia, não é comparável, em 2021-5 milhões de passageiros, em

2022-5,5, ou seja, os números de 2022 estão abaixo dos de 2019 em 20%

...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Ah e agora é que tem que se investir? Dantes não.

O Orador: ...abaixo de 2018 em 29% e abaixo de 2017 em 36%. Isso significa que ao longo dos anos tem havido uma redução do número de passageiros transportados, isso demonstra que o sistema não funciona e é necessário atualizá-lo, e, é necessário, de facto uma reforma, não há qualquer problema em assumir isso, não foi possível no passado fazer na sua plenitude é necessário neste momento aproveitar os fundos que existem, e, existem fundos do PRR e fundos do PO que podem e devem ser aproveitados para garantir a renovação das frotas, conforme já foi aqui salientado, exatamente como se fez em 2001, com investimento do Governo Regional na ordem dos 17 milhões de euros, conseguiu-se renovar cerca de 185 autocarros na nossa Região e isso foi um investimento muito importante, passados 20 anos, sensivelmente é necessário darmos um passo significativo novamente nesta matéria, para garantir, de facto, que os utilizadores sejam residentes, sejam não residentes, tenham ao seu dispor um sistema de transportes que seja eficiente, quer do ponto de vista ambiental, mas também que permita fixar população em zonas mais rurais e esse é um problema, que permita fomentar a empregabilidade, porque ainda hoje em dia há pessoas que não aceitam propostas de trabalho porque não têm transportes adequados, e, isso é um problema que temos na nossa Região e, portanto, é necessário de facto avançar.

Relativamente à proposta que aqui é apresentada pelo Bloco de Esquerda, é uma boa proposta, concordamos com os seus princípios, isso já foi realçado pelo Deputado Tiago Branco, ela tem, obviamente tem algumas limitações e, no nosso entender, a principal limitação tem a ver com o preço dos 9 euros.

Porque se é verdade que na Alemanha foi aplicado um projeto experimental, um projeto piloto durante 3 meses a aplicar os 9 euros, funcionou bem, teve uma adesão extraordinária, mas foi abandonada essa ideia porque ela não era financeiramente sustentável e a Alemanha decidiu não abandonar de todo a proposta, mas a altura de facto, o valor, porque financeiramente comportava um encargo muito significativo para o erário público, e, o que fez, foi em abril de 2023, aprovar um passe de 49 euros, por exemplo, com as condições que existiam anteriormente, porque verificou que a adesão foi de forma extraordinária, garantia aqueles que eram os objetivos, fomentar a utilização de transportes públicos, reduzir as emissões e garantir aos cidadãos uma redução dos seus encargos do ponto de vista mensal e isso funcionou e, portanto, nesta perspetiva, a proposta do Bloco de Esquerda tem essa virtude.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Não tem é a base que permite fazer.

O Orador: Traz uma parte daquilo que é necessário fazer, não é tudo, é verdade, é necessário garantir também que há um sistema de incentivos à renovação de frota, mas isso não tem que estar necessariamente neste diploma.

O Governo pode e deve avançar na criação de avisos para garantir a renovação da frota e deve depois negociar com os operadores, com as autarquias, e, é bom lembrar em Comissão que o Vice-Presidente da AMRAA, Alexandre Gaudêncio disse que o Governo não tem auscultado as autarquias relativamente aos transportes terrestres e que deve fazê-lo e até há uma expressão que ele usa, que é uma mágoa por não terem sido consultadas as autarquias relativamente aos transportes terrestres e, portanto, é necessário que haja esse estreitar de relações com as autarquias, porque elas são parte importante na resolução deste problema, há autarquias que já têm sistema de transportes, há outras que não têm é verdade, mas é preciso conciliar os interesses de todos para garantir que mais uma vez, repito, que o sistema é atrativo para os utilizadores e essa é a nossa principal missão aqui também como legisladores, é garantir que é um sistema de transportes adequados e corresponde às suas necessidades. E, é nesta perspetiva, Sra. Secretária, a Sra. Secretária em Comissão disse que era impossível colocar em prática esta medida, refugiou-se na questão do tarifário...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): E é a base.

O Orador: ..., mas, por exemplo, na Alemanha foi possível criar um passe disponível em formato digital através de uma aplicação para smartphone...

Deputado Gustavo Alves (*PPM*): Toda a gente tem um smartphone!

O Orador: ... ou num cartão físico que funcionará em regime de subscrição.

Sr. Secretária, nós estamos na Era do mundo digital e há aqui um outro, ó Sra. Secretária há aqui uma outra virtude dessa proposta, ela não inclui o transporte aéreo, que era uma dificuldade que tinha sido encontrada no passado para garantir que havia um bilhete único, se é que podemos chamar assim, ela não inclui a parte de transporte aéreo, estamos a falar de transporte terrestre e transporte marítimo, portanto, se é possível fazer um investimento para garantir que não há problemas na aplicação deste DLR e que há de facto um sistema de transportes que seja eficiente e bom para os utilizadores, bom para os açorianos, eu acho que vale a pena o esforço, vale a pena que o Governo ausculte as autarquias, ausculte os operadores, garanta as condições necessárias para a renovação das frotas, e, assim em conjunto seja possível definir, através de acordo, obviamente, que há uma redução muito significativa do preço que é aplicado nos transportes terrestres e que seja mais uma vez, que seja atrativo para os utilizadores utilizarem os transportes terrestres, porque aquilo que os números indicam é que há um retrocesso nos últimos anos, não tem a ver necessariamente com este Governo apenas, mas tem havido uma redução do número de utilizadores de transportes terrestres, isso deve-nos fazer refletir, portanto, é necessário fazer investimento e é necessário criarmos as condições necessárias para que funcione.

Esta iniciativa, é um passo, não é a reforma que nós defendemos na sua plenitude, mas é um passo e, portanto, tem virtudes e naquilo que nós concordamos, vamos aprovar, naquilo que não concordamos teremos uma posição diferente. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sra. Secretária Regional, nós defendemos e queremos o melhor para os trabalhadores, para todos os trabalhadores, não para três escolhidos pelo Governo apenas, mas voltaremos a esse assunto certamente mais tarde.

Sra. Secretária, então é muito difícil implementar esta medida, porque é preciso lançar primeiros os concursos públicos, toda esta burocracia, mas então, como é que fez com a Ryanair? Explique-nos! Qual foi o regime jurídico que utilizou para um acordo com a Ryanair? É que foi rápido, foi alguns meses e apareceram 4 milhões, há de me explicar como é que o conseguiu.

E, já agora, como é que foi com a Tarifa Açores?

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Também não concorda?

O Orador: Era também um assunto complexo, o Governo fez. Talvez um bocado de vontade, concordamos, com um bocado de vontade, resolve muitos problemas.

E, já agora também é preciso que se diga, a Tarifa Açores é uma medida que nós sempre acompanhamos e concordamos e é muito positiva, mas há uma diferença relativamente a esta, porque esta ainda é mais importante é que a Tarifa Açores também serve para fazer viagens de férias, legitimamente, e, é muito importante que o garanta, mas o transporte coletivo terrestre, como sabe, é essencialmente e quase exclusivo utilizado para ir trabalhar e esta é uma questão essencial para todas as pessoas e não apenas aquelas que têm capacidade financeira para viajar de avião, porque para algumas é uma opção, para outras é uma obrigação, nas ilhas, por exemplo, que não têm hospital, mas para algumas é uma opção de vida.

Nesse caso é uma necessidade muito premente para muitas famílias, o transporte coletivo para se deslocarem nas suas deslocações diárias para o trabalho e para outras da sua vida.

Finalmente, Sra. Secretária, como é que se controla se a pessoa entrou no autocarro, se não entrou, ó Sra. Secretária, quantas vezes andou, em muitas cidades para não dizer a maioria onde há este tipo de passes, não há controlo, não há limites de utilizações, o que tem que existir é um mecanismo que o Governo tem que negociar com os operadores de repartição da receita, de repartição do subsídio, que é atribuído a esses operadores, é impossível, como é óbvio, controlar quantas vezes a pessoa andou no autocarro, se andou naquele percurso ou neste, se andou no domingo, no sábado, isso não acontece e basta, talvez, basta andar em transportes públicos com passes, na maior parte das cidades da Europa para perceber como é que isso funciona. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. A Mesa neste momento não tem inscrições. Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça o favor.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu queria começar por reiterar aqui que estamos todos de acordo que é preciso fazer uma reforma no sistema dos transportes, e, é isso que se está a fazer, porque quando se entra pela execução do novo regime jurídico é precisamente para fazer a reforma aos transportes não é deixar tudo como está, como esteve até agora, e, o Sr. Deputado Carlos Silva foi o primeiro a reconhecer, efetivamente o Governo que tem isto para fazer desde 2015, não fez até 2020 e não é de 17 de abril até agora que nós poderíamos fazer, porque isto são assuntos complexos, é preciso fazer os cadernos de encargos e são 9 ilhas e, portanto, é preciso fazer cada um adaptado à sua ilha...

Deputado Carlos Silva (PS): Falei da renovação da frota!

A Oradora: ... como eu já referi e, portanto, não vou voltar a repetir, até porque quem não quer perceber o que se diz nunca vai perceber e, portanto, o que eu estou a dizer é que, ao abrir concursos públicos ao abrigo do novo regime com obrigações de serviço público, estamos imediatamente a fazer a tal reforma que tem que ser feita e é com essa reforma que não se pode começar a querer a construir a casa pelo telhado ou a por o carro à frente dos bois, como eu estava a dizer, temos que fazer as reformas, criar os

sistemas de base para que as reformas funcionem, para que possa ser implementado. E isto que o Sr. Deputado António Lima acabou de dizer, as cidades todas e tal, mas é as cidades, o Sr. aqui está a fazer um passe único que abrange a Região toda, significa até que se tiver o passe de São Miguel pode ir utilizar noutra ilha, além disso, pode não só fazer a parte urbana e suburbana, como pode até ir até o Nordeste.

Deputado Carlos Silva (PS): A senhora quer complicar, a gente já percebeu.

A Oradora: Isto na ilha de São Miguel para encontrarem as maiores distâncias, e, estou a falar consigo que é de São Miguel, portanto, pode ir até ao Nordeste e a gente vai pagar um passe a toda a família gratuito...

Deputado Carlos Silva (PS): A tarifa Açores pode ser tudo, não é?

A Oradora: ...gratuito a toda a família, é só quando a pessoa viaja e o Sr. recebe a fatura, não é quando não viaja.

Isto é um passe, que a pessoa quer viaje quer não viaje paga ao operador, não pode ser, não pode ser Sr. Deputado, precisa de um sistema que controle isso. Eu nem acredito que o Sr. concorde que se pague ao operador uma viagem que não se faz, se estivéssemos a falar de um perímetro em que se conseguisse fazer uma tarifa média, mesmo assim, colocava-se a questão de estar a pagar viagens que a pessoa não faz, agora, num perímetro tão alargado, em que pode ir desde um percurso de 2 ou 3 km até um percurso de 60 km, não pode considerar um passe único indefinido, indeterminado de viagens indeterminadas para toda a gente, isso não tem equidade nem justiça social introduzida nisso.

E, por isso, para que tenha essa equidade e essa justiça social precisa ter um sistema de bilhética, que é um sistema informático que vai permitir que isso aconteça, caso contrário, é uma injustiça total.

Deputado António Lima (BE): Pode-se criar zonas!

A Oradora: É uma injustiça enorme, para além de que não consegue controlar aquilo que depois tem que pagar às empresas e, portanto, isso não tem exequibilidade prática, não tem exequibilidade prática e não é justo.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é justo porque não é o Governo a apresentar, não é?!

A Oradora: Portanto, o Sr. Deputado António Lima disse, e bem, isto é feito para quem? E as palavras são suas, para as pessoas irem trabalhar.

Deputado António Lima (BE): E não só!

A Oradora: Sim, como é que o Sr. controla que as pessoas vão trabalhar se lhe dá um passe de 30 dias para qualquer sítio?

Deputado Carlos Silva (PS): A senhora agora quer controlar tudo?

A Oradora: Como é que controla? Que isso é para as pessoas que efetivamente vão trabalhar se lhe quer dar, se lhe quer dar um passe que a pessoa pode ir 30 dias para todo lado? Pronto é assim, tem direito, tem direito a um passe que pode ir a todo o lado na maior ilha ou na mais pequena ilha, pode ir é igual, paga, paga o passe o erário público paga o passe quer a pessoa vá, quer não vá.

Deputado António Lima (BE): É na zona!

A Oradora: Não compare, com a Tarifa Açores a pessoa viaja e tem o seu controlo. As coisas são como são e não vale a pena estar a fazer as confusões nem de fazer discussões laterais...

Deputado Carlos Silva (PS): A senhora é que levou a conversa praí.

A Oradora: ... só para desviar as atenções, isto, na prática, precisa de um sistema informático que permita pôr em prática, não estou a dizer que não se deve fazer, eu concordo que se faça, eu não estou a dizer que não se deve fazer, o que não se pode é aprovar um Decreto Legislativo Regional nesta Casa que não tenha exequibilidade agora, no momento, em que ele é aprovado.

Já dizia isso o antigo Secretário do PS, já dizia isso não é exequível, não é exequível, ...

Deputada Alexandra Manes (BE): Há 10 anos. E daqui a 10 anos vai dizer o mesmo.

Deputado Berto Messias (PS): Tem que terminar Sra. Secretária. Já excedeu o seu tempo.

A Oradora: ..., porque não pode, e, digo o mesmo enquanto não for não é! A verdade é a verdade, não é exequível, enquanto não houver um sistema informático que permita repartir a receita e controlar os percursos, não é, pronto! Não é possível.

E por isso, Srs. Deputados, eu já expliquei o que tinha para explicar, desta Casa, se sair isto, pois, lá fora hão de perceber que os Srs. não têm a mínima preocupação com os gastos da administração pública, muito obrigada.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e
Membros do Governo)*

Deputada Alexandra Manes (BE): Chantagem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Falar em transportes terrestres, falar de paragens de autocarro, já falamos do Pisão, Sra. Secretária falou das luzes do Pisão, eu não ouvi, peço desculpa, estávamos ali com outra colega a tratar de outro assunto. Pronto, Sra. Secretária já tinha recebido as fotografias ontem, é uma história muito curiosa, porque foi uma promessa do PS que nunca foi cumprida, inclusive esteve numa num panfleto da própria junta de freguesia que na primeira reunião da Assembleia de Freguesia disseram, o Governo não quer fazer, está feito, acho que é de justiça. Pronto uma está feita, só faltam 16 agora, vamos a isso. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado António Lima, faça o favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sei que o Governo não tem tempo, não vou fazer perguntas, apenas um esclarecimento à Câmara e ao Governo sobre a questão das condições e se a pessoa pode andar das Sete Cidades ao Nordeste e como é que se reparte essa despesa e essa compensação aos operadores, bem, o próprio diploma define como é que esta matéria deve ser analisada, o Governo tem que criar um acordo, há um acordo constitutivo entre o Governo e os operadores e os municípios se aderirem, que indica as zonas onde os passes são válidos, indica os prazos do acordo, indica as localizações de utilização do passe, ou seja, o Governo, o trabalho do Governo em seguida, é trabalhar na implementação deste diploma, e, que naturalmente tem que ser feito com os operadores.

Ou seja, as perguntas que a Sra. faz...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): E que não controla!

O Orador: ... em parte estão aqui respondidas e em parte é o Governo que depois tem que implementar, para isso é que há Governo.

Por isso julgo eu que ficam claras as dúvidas e os obstáculos que o Governo tem colocado à proposta. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições?

Vamos votar o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 80/XII – “Passes de Mobilidade para Transportes Públicos Coletivos”, primeira votação votamos na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 80/XII, foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PAN e 1 do Deputado independente, 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Vamos iniciar o debate e votação na especialidade. Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade? Não havendo, vamos votar. Pergunto à Câmara se posso colocar os 2 primeiros artigos que não têm alterações em conjunto? Votemos então o 1.º e o 2.º artigo do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O 1.º artigo e o 2.º, foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PAN e 1 do Deputado independente, 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma alínea h) e de uma alínea i), podem ser as duas em conjunto, apresentadas pelo PAN ao art.º 3.º? Não.

Portanto, está à votação a proposta de aditamento à alínea h) apresentada pelo PAN ao número 2 do art.º 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Sr. Deputado Nuno Barata?

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, uma interpelação à Mesa para solicitar a repetição dessa votação, se faz favor

Presidente: Sim Sr. Vamos repetir a votação.

Está à votação a proposta de aditamento à alínea h) ao n.º 2 do art.º 3.º, apresentada pelo PAN.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento deu empate com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PAN, 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 abstenção do Deputado independente.

Presidente: Vamos repetir a votação. Está à votação, a segunda votação, a proposta de aditamento à alínea h) ao n.º 2 do art.º 3.º, apresentada pelo PAN.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi rejeitada com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PAN, 20 votos contra do PSD, 3 do

CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 abstenção do Deputado independente.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma alínea i) apresentada pelo PAN ao n.º 2 do art.º 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PAN e 1 do Deputado independente, 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Vamos votar o art.º 3.º com esta proposta de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 3.º foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PAN e 1 do Deputado independente, 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Avançamos para o art.º 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 4.º foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PAN e 1 do Deputado independente, 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Avançamos para o art.º 5.º, a primeira proposta de alteração, é alteração do proémio ao n.º 2 do art.º 5.º, apresentada pelo PAN.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PAN e 1 do Deputado independente, 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Este n.º 2, o PAN também apresenta duas propostas de aditamento. Pergunto à Câmara se posso colocá-las à votação em conjunto? Não havendo oposição. Estão à votação, a proposta de aditamento de uma alínea k) e l), apresentada pelo PAN ao n.º 2 do art.º 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de aditamento foram aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente, 20 votos contra do PSD, 3 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Está à votação o art.º 5.º com estas propostas de alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 5.º foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente, 20 votos contra do PSD, 3 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Está à votação o art.º 6.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 6.º foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PAN e 1 do Deputado independente, 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Art.º 7.º, proposta de alteração apresentada pelo PAN ao n.º 2 do art.º 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça o favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Queríamos solicitar que depois sejam votados os números em separado, Sr. Presidente.

Presidente: O 1 e o 2, certo!? Votamos a proposta de alteração primeiro. Proposta de alteração apresentada pelo PAN ao n.º 2 do art.º 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do Bloco de Esquerda, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal, 24 votos a favor do PS, 1 do PAN e 1 do Deputado independente.

Presidente: Vamos votar o n.º 1 do art.º 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O n.º 1 do art.º 7.º foi rejeitado com 24 votos contra do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal, 1 do Deputado independente, votos a favor 1 do PAN e 2 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está à votação o n.º 2 do art.º 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O n.º 2 do art.º 7.º foi rejeitado com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal, 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PAN e 1 do Deputado independente.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Sr. Presidente, eu pedia-lhe para repetir a votação do n.º 2, por favor.

Presidente: Vamos repetir.

Está à votação o n.º 2 do art.º 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O n.º 2 do art.º 7.º foi rejeitado com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente, 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Sr. Deputado António Lima, para uma intervenção, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Nós na votação na especialidade deste artigo, já foi votado, mas não posso deixar de fazer este alerta à Câmara porque a sua eliminação na totalidade como consequência da rejeição do n.º 2, eventualmente pode ser resolvido em sede de regulamentação, mas poderá permitir que o passe deixe de ser pessoal e intransmissível, só para fazer este alerta sem prejuízo da regulamentação poder resolver este problema, mas não posso deixar de o fazer. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Peço a palavra para intervir que após a votação do art.º 7.º provavelmente vai dar direito a que seja reenumerado todo o Decreto Legislativo Regional, porque isso resulta da extinção do n.º 7.º por falta de composição.

Queria ainda alertar que votei contra o n.º 2, porque entendo, que o modelo que assenta, no princípio do mês e não no princípio de viagens é desadequada a uma utilização que não se pretende que seja rotineira, ou que seja com a rotina que o utilizador assim pretender. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Vamos votar o art.º 8.º do diploma, o art.º 9.º e 10.º não tem propostas de alteração, posso votá-los em conjunto?

Estão à votação os artigos 8.º, 9.º e 10.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 8.º, 9.º e 10.º foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PAN e 1 do Deputado independente, 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN ao art.º 11.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao art.º 11.º foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PAN e 1 do Deputado independente, 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Votamos agora o art.º 11.º com esta proposta de alteração que acabamos de aprovar,

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 11.º foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PAN e 1 do Deputado independente, 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Os últimos 3 artigos do diploma não têm propostas de alteração, posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação os artigos 12.º, 13.º e 14.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 12.º, 13.º e 14.º foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PAN e 1 do Deputado independente, 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 80/XII foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PAN e 1 do Deputado independente, 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Sr. Deputado António Lima, para uma declaração de voto tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou favoravelmente este Projeto de Decreto Legislativo Regional, porque ele efetivamente representa uma mudança muito importante nos transportes coletivos, terrestres e marítimos na Região Autónoma dos Açores.

O estado em que este setor dos transportes estava e está, efetivamente exige uma mudança profunda na sua forma de funcionamento, na forma como os passes são criados, na sua abrangência, numa nova disposição e um novo funcionamento deixando o regime antiquado de carreiras e criando-se zonas onde as pessoas, os titulares de passes podem circular livremente numa determinada área, como prevê o diploma, com integração e articulação de bilhética e de horários também entre os transportes

interurbanos e os transportes urbanos que são disponibilizados pelos municípios que aderirem, e, esperamos que adiram a este novo sistema de passes de mobilidade.

Ora, essa mudança que esta legislação introduz é uma mudança fundamental e congratulamos com a sua aprovação, todavia, há outros aspetos, alguns que não são naturalmente, não estão neste diploma e que competem acima de tudo ao Governo e aos operadores no que diz respeito à modernização da frota, mas há outro aspeto que poderia ter ficado bem salientado e bem vincado neste diploma, que seria uma significativa redução do preço, que é um dos fatores que levam a que as pessoas não levem a sério o transporte coletivo terrestre e que optem pela viatura individual e que tenham efetivamente uma utilização que é reduzida na Região desse tipo de transporte, que é o preço, o preço não foi aprovado, a redução significativa do preço não foi aprovada, lamentamos a sua rejeição, mas esperamos que o espírito deste diploma, que é a melhoria do serviço e a redução do preço, seja efetivamente implementado, porque não tendo sido aprovado o valor que tínhamos definido 9 euros no máximo, cabe ao Governo definir o preço e o Governo terá que definir o preço, esperamos que o Governo o faça, esperamos que o Governo baixe significativamente o preço e esperamos naturalmente que o Governo cumpra esta legislação, como é óbvio, porque esse é o primeiro passo para ela servir as pessoas que efetivamente precisam de uma melhoria nos transportes públicos para que eles sejam mais atrativos e que cheguem efetivamente a toda a gente, sejam aqueles que ganham o salário mínimo,

sejam aqueles que ganham os salários mais altos na Região, porque a utilização massiva do transporte público é o que protege melhor o ambiente e melhora a qualidade de vida nas nossas vilas e cidades. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Foi com orgulho que participei, votando favoravelmente este Projeto de Decreto Legislativo Regional trazido aqui pelo Bloco de Esquerda, não que concordasse com ele na íntegra, prova é que houve dois ou três artigos onde votei de forma diferente, mas acima de tudo, tive que dizer presente ao espírito da iniciativa.

Como sabem, eu tenho nesta Casa uma iniciativa que versa sobre a mesma matéria que está há mais de 1 ano, há muito mais de 1 ano à espera de ser discutido aqui na Assembleia Regional, uma vez que assim é, os meios justificam os fins, já não é a primeira vez que o faço, já não é a primeira vez que usando a iniciativa de outra força partidária faço aprovar aquilo que são os princípios daquilo que defendo.

A iniciativa do Bloco de Esquerda não é isenta de problemas no futuro, eles vão aparecer, os problemas vão aparecer no decurso da aplicação da iniciativa, mas hão de ser resolvidos, pior seria não dar o primeiro passo e esse primeiro passo importante na mobilidade dos açorianos fica hoje aqui aprovado nessa iniciativa. Relativamente ao preço, com certeza ficará

agora sobre a responsabilidade do Governo proporcionar um preço adequado àquela que é a condição das famílias açorianas, mas também àquela que é a capacidade do Governo de poder disponibilizar verba neste sentido, e, ainda articulando essa situação, com as condições de operacionalidade dos operadores dos transportes marítimos e de passageiros.

Uma vez mais, foi com orgulho que participei, está de parabéns o Bloco de Esquerda pela aprovação dessa iniciativa. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Cá está um diploma que não obstante os princípios que nós partilhamos e as preocupações que nós acompanhamos, é inócuo, porque o resultado final da votação deste diploma não traz aquilo que o Bloco de Esquerda queria, aquilo que o Bloco de Esquerda propunha e aquilo que o Bloco de Esquerda entendia que era realmente fulcral neste diploma e, portanto, ao fim e ao cabo, esta discussão serviu para, em termos de votação, se concretizar aqueles que foram os alertas que fizemos e as dificuldades que encontramos neste diploma, e, não obstante haver um diploma que está aprovado, ele não vai trazer aquilo que são as alterações que o Bloco de Esquerda inventariou...

Deputado António Lima (BE): Só se o Governo não implementar!

O Orador: ... como sendo os grandes objetivos deste diploma, é mais um diploma que permanece na ordem jurídica, mas que não tem...

Deputado Nuno Barata (IL): A gente já sabe que o Governo não vai implementar.

O Orador: ... aquilo que o Bloco de Esquerda pretendia e que pretende manifestar em termos da sua propositura, nós não concordávamos com este diploma, com a forma como ele estava definido e conforme era proposto, a reprovação do art.º 7.º, que era aquilo que efetivamente o Bloco de Esquerda identificou como a essência do diploma, de facto, ficamos satisfeitos que não tenha passado, não obstante o diploma ter sido aprovado. Muito obrigado.

Deputado António Lima (BE): Isto é surreal!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto? Sr. Deputado Carlos Silva, para uma declaração de voto, faz favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Partido Socialista votou favoravelmente a proposta que foi apresentada pelo Bloco de Esquerda, porque considera que este é um passo importante na reforma e modernização do sistema de transportes terrestres na nossa Região, não é o único caminho, não resolve os problemas todos, mas é um passo importante e por isso votámos a favor.

Este é um contributo muito relevante para a melhoria do sistema de transportes, para o aumento da sua eficiência, para a redução das emissões

de carbono, para contribuir para a fixação de população em freguesias mais rurais e mais afastadas dos centros urbanos é um contributo também para facilitar o acesso à habitação e também, não deixa de ser um contributo para garantir a igualdade e promover a empregabilidade e, portanto, foi por isso que votámos a favor e votámos com responsabilidade também quando não concordamos com o preço que era apresentado de 9 euros.

Entendemos que esta é uma matéria que deve ser alvo de acordo entre o Governo, operadores, autarquias e todos os envolvidos, e, deve obviamente, ser articulado e estar previsto em sede de regulamentação.

É com alguma preocupação que assistimos aqui, imediatamente após a aprovação deste diploma, haver alguns partidos...

Deputado Berto Messias (PS): Não são alguns! É o PSD!

O Orador: ... que dizem que ele não vai ser implementado. Esperamos que o Governo implemente, que cumpra aquela que foi a vontade deste Parlamento, da maioria deste Parlamento, porque isso sim é respeitar a democracia, isso sim é servir os açorianos e há um art.º 14.º sobre a regulamentação que diz que o diploma tem que ser regulamentado no espaço de 90 dias e, portanto, é na regulamentação que se resolve aquilo que não está previsto no DLR. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para? Uma interpelação, vamos ver se há mais alguém escrito para declaração de voto. Pergunto se há mais declarações de voto? Não havendo, Sr. Deputado João Bruto da Costa para uma interpelação, faça favor,

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, uma interpelação, não obstante não ter sido diretamente citado, foi identificado o partido que fez referência, foi identificada a referência que fiz ao facto deste diploma ser inócuo.

Ele é inócuo porque foi reprovado o art.º 7.º na sua votação e não que o Governo não vai implementar naturalmente, o Governo vai implementar, não vai implementar aquilo que o Bloco de Esquerda queria porque foi chumbado aquilo que o Bloco de Esquerda queria. Muito obrigado.

Deputada Alexandra Manes (BE): Isso não é uma interpelação!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima, para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente eu solicitava um esclarecimento à Mesa no sentido de lhe perguntar quantos artigos tinha este diploma e se não é obrigação do Governo aplicar a Lei de todos os artigos...

Deputada Ana Luis (PS): Nem sempre!

O Orador: ... em toda a legislação que são aprovados nessa Casa? Muito obrigado.

Presidente: Com certeza que sim, o Governo tem de aplicar todos os artigos que foram aprovados.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faz favor, tem a palavra para interpelação.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, é para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Até amanhã!

Presidente: Meia hora!? Peço aos líderes que se acerquem.

Sras. e Srs. Deputados, a conferência de líderes deliberou interromper os nossos trabalhos por hoje, e, de seguida vai-se realizar uma conferência de líderes.

Eram 19 horas e 24 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

José Gabriel Freitas Eduardo

Manuel José da Silva Ramos

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Jaime Luís Melo Vieira

José Joaquim Ferreira Machado

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Chega (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Lubélio de Fraga Mendonça

A redatora, Sónia Furtado